

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCSST
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

MICHELY DA SILVA ALVES

ATÉ O ÚLTIMO DIA DAS NOSSAS VIDAS:

análise das estratégias comunicacionais pelas mulheres de luta em Piquiá, Açailândia-MA

IMPERATRIZ-MA
2022

MICHELY DA SILVA ALVES

ATÉ O ÚLTIMO DIA DAS NOSSAS VIDAS:

análise das estratégias comunicacionais pelas mulheres de luta em Piquiá, Açailândia-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientadora: Profa. Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva Alves, Michely.

ATÉ O ÚLTIMO DIA DAS NOSSAS VIDAS: : análise das estratégias comunicacionais pelas mulheres de luta em Piquiá, Açailândia-MA / Michely da Silva Alves. - 2022. 115 f.

Orientador(a): Roseane Arcanjo Pinheiro.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2022.

1. Comunicação. 2. Estratégias Comunicacionais. 3. Feminismos. 4. Mulheres. 5. Piquiá-MA. I. Arcanjo Pinheiro, Roseane. II. Título.

Para todas as mulheres de luta, continuemos
acreditando em um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Como tudo na minha vida o momento de dedicar os meus agradecimentos não poderia ser diferente, cheio de imensidão e pluralidade. Primeiramente obrigada Deus, Orixás, Divindades infinitas, Santos que sou devota, Budas e todas as fontes de luz que pedi recursos espirituais para continuar.

À minha mãe, Maria de Fátima, que durante os anos iniciais da graduação, insistentemente, me acompanhava ao ponto de ônibus, debaixo de sol e chuva ela estava lá. Que me escutou nos meus piores momentos e me aconselhou, como mãe, a dar continuidade no que eu acreditava, você é uma mãe e uma mulher espetacular.

Agradeço ao meu pai, José Darlan, que mesmo não entendendo o que realmente era esse “tal de jornalismo” me ajudou a prosseguir nessa caminhada.

À minha irmã, Kelly Cristina, que compartilha comigo todos os questionamentos do mundo e me faz pensar sobre como é difícil viver sem eles, a arte de questionar e aprender é magnífica, você me ajudou a ir atrás das minhas dúvidas e criar um vínculo com cada uma delas.

À Sebastiana Alves, minha avó, e minha primeira ligação com a memória. Foi através das suas histórias de vida que comecei a escrever sobre mulheres e sobre as experiências das pessoas.

À Pérola, Bell (*In Memoriam*), Loreta e Marley, meus cachorrinhos. Com vocês aprendo que não existe idade para voltar a ser criança e que o simples fato de tê-los já é suficiente para mim.

Agradeço à minha orientadora Roseane Arcanjo Pinheiro, eu não tenho palavras para descrever seu acolhimento, sua paciência e seu brilhantismo intelectual, não ganhei a melhor orientadora que poderia ter, ganhei uma amiga, você é demais!

À Bárbara de Moraes Nascimento, você é minha melhor versão de ser, minha melhor amiga da vida, minha irmã de alma, 12 anos de amizade não são o suficiente para expressar a nossa conectividade. Obrigada por fazer parte dessa construção, por escutar os meus desafios. Você é a minha pessoa.

À Mariana Muniz Gonçalves, obrigada por tudo! Você esteve comigo até quando eu mesma não estava, você me acolheu nos meus piores dias, você dividiu alegrias comigo e me incluiu na sua vida como parte da sua família. Aqui deixo todas as minhas vibrações e energias positivas para que sua nova vida em Maceió-AL seja prospera e cheia de oportunidades, que seu futuro

seja o que a vida tem de melhor para oferecer. A gente se completa, eu te amo muito minha amiga.

À Patrícia Araújo que compartilha as melhores conversas sobre o futuro que jamais terei com outra pessoa, você é uma mãe, mulher e pesquisadora incrível. Obrigada pelas mensagens de apoio a qualquer hora do dia e pelas fofocas na madrugada.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP) que me encaminhou para a tríade da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), sendo o lugar que me possibilitou experimentar a vida acadêmica e todas as suas virtudes. Amo ser o que somos.

Ao Núcleo de Pesquisa Maria Firmina dos Reis pelo acolhimento inesperado a partir de um estágio curricular, que importância vocês estão fazendo na minha vida!

À Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização (AGEUFMA), por ser minha primeira experiência na Iniciação Científica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) por proporcionar a continuidade no meu trabalho como pesquisadora de Iniciação Científica.

À toda comunidade de Piquiá-MA, em especial à dona Tida, mulher potente que exala luta e comprometimento; à Flávia Nascimento que é a mulher militante que desejo ser um dia; à Joselma Alves por acreditar que a educação é a melhor ferramenta de resistência para esse mundo tão caótico como o nosso. Força, mulheres!

Um agradecimento especial aos meus eternos poetas, que dividiram comigo suas visões sobre o mundo e me acolheram em momentos de perda e tristeza, mostrando que poesia é esperança: Hilda Hilst, você é meu ponto de luz, obrigada por me receber todas as noites em seus livros depois de um dia inteiro de produções, reuniões e visitas de campo; Obrigada Bell Hooks pela humanização deste trabalho, sua poesia é ardente.

Por fim, mas não menos importante, obrigada Ferreira Gullar, por me apresentar em seus escritos a melhor frase do mundo: *“A arte existe porque a vida não basta”*, e este trabalho é sobre isso, sobre a arte – acadêmica, a arte de aprender, a arte de pesquisar, a arte de conhecer as singularidades das coisas como um todo, viver sem isso não vale de mais nada para mim.

Obrigada a todos!

*Quando eu for pó, entoe estas palavras sobre
meus ossos: ela foi uma voz.*

(Sue Monk Kidd, em O Livro dos Anseios)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as estratégias comunicacionais das mulheres de luta da comunidade de Piquiá, bairro da cidade de Açailândia-MA, através das narrativas de três moradoras símbolos de luta e resistências, sendo, portanto: Francisca Sousa Silva, conhecida popularmente como dona Tida, atual presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP); Joselma Alves de Oliveira, ex-secretária e ex-conselheira fiscal da ACMP; e Antônia Flávia Nascimento, segunda tesoureira da ACMP. Esta pesquisa se fundamenta através dos estudos sobre comunicação, principalmente, quando relacionamos com os conceitos de comunicação popular e comunicação comunitária, a partir das orientações de Peruzzo (1997; 2009a; 2009b; 2013; 2017) que associa a ferramenta da comunicação aos processos de construção da cidadania; também utilizamos o aporte teórico de Freire (1983; 1992; 2020) que nos ajuda a trilhar os caminhos sobre a prática da liberdade, a partir do diálogo. Para a compreensão dos movimentos sociais, especialmente voltados aos conceitos de gênero e raça, dirigimo-nos através dos estudos de Bell Hooks (2015; 2018; 2019; 2020) que nos convida a entender o sentido dos feminismos e suas vertentes políticas. Os estudos sobre memória são de suma importância, uma vez que as lutas femininas em Piquiá se destacam através da preservação das memórias individuais e coletivas. Como metodologia de pesquisa, utilizamos o método biográfico a partir das concepções de Gobbi (2005) e como técnica a entrevista em profundidade, sob a ótica de Duarte (2005). Evidencia-se, portanto, que as estratégias comunicacionais das mulheres de luta de Piquiá são baseadas nas mobilizações e articulações comunitárias, isso porque, as mulheres se organizam em dois campos de atuação, o social e o político, para conseguir desenvolver suas atividades dentro e fora da comunidade, defendendo, assim, os direitos coletivos.

Palavras-chave: Comunicação; Estratégias comunicacionais; Feminismos; Mulheres; Piquiá-MA.

ABSTRACT

This work has the general objective of analyzing the communication strategies of the women fighting in the community of Piquiá, a neighborhood in the city of Açailândia-MA, through the narratives of the three residents who are symbols of struggle and resistance, therefore: Francisca Sousa Silva, popularly known as Ms. Tida, current president of the Community Association of Residents of Piquiá (ACMP); Joselma Alves de Oliveira, former secretary and former tax advisor of ACMP; and Antônia Flávia Nascimento, ACMP's second treasurer. This research is based on studies on communication, mainly when we relate to the concepts of popular communication and community communication, based on the guidelines of Peruzzo (1997; 2009a; 2009b; 2013; 2017) who associates the communication tool with the processes of communication, construction of citizenship; We also use Freire's theoretical contribution (1983; 1992; 2020) which helps us to walk the paths on the practice of freedom, based on dialogue. To understand social movements, especially those focused on the concepts of gender and race, we turn to the studies of Bell Hooks (2015; 2018; 2019; 2020) who invites us to understand the meaning of feminisms and their political aspects. Studies on memory are of paramount importance, since women's struggles in Piquiá stand out through the preservation of individual and collective memories. As research methodology, we used the biographical method based on the concepts of Gobbi (2005) and as a technique the in-depth interview, from the perspective of Duarte (2005). It is evident, therefore, that the communication strategies of the fighting women of Piquiá are based on community mobilizations and articulations, this is because women organize themselves in two fields of action, the social and the political, to be able to develop their activities within and outside the community, thus defending collective rights.

Keywords: Communication; Communication strategies; Feminisms; Women; Piquiá-MA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Colonialidade do poder e controles sociais.....	25
Figura 2 – Casas de moradores dividem espaço com fábricas de ferro gusa ao fundo	39
Figura 3 – Indústria Madeireira Sergal: Açailândia, MA – 1983.....	42
Figura 4 – Cadeia da mineração e da siderurgia	47
Figura 5 – Jornal Nossa Voz	57
Figura 6 – Print da entrevista com a moradora Antônia Flávia.....	63
Figura 7 – Entrevista com Dona Tida em Piquiá da Conquista, Açailândia-MA	64
Figura 8 – Francisca Sousa Silva (Dona Tida).....	66
Figura 9 – Joselma Alves de Oliveira.....	68
Figura 10 – Antônia Flávia Nascimento.....	69
Figura 11 – Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	73
Figura 12 – Dona Tida e morador de Piquiá com o TAC assinado.....	74
Figura 13 – Matéria sobre Piquiá-MA no Jornal Nacional	75
Figura 14 – Carta das mulheres de Piquiá para o ex-governador Flávio Dino	75
Figura 15 – Cartazes de protesto elaborado pelas mulheres em Piquiá da Conquista	79
Figura 16 – Publicação na Fanpage da Justiça nos Trilhos em homenagem ao Seu Adelson	81
Figura 17 – Mulheres de Piquiá em manifestação contra as empresas siderúrgicas	85
Figura 18 – Moradores de Piquiá protestam em frente da siderúrgica Gusa Nordeste	87
Figura 19 – Mulheres de Piquiá assinam contrato do projeto de reassentamento em Brasília.....	94
Figura 20 – Antônia Flávia Nascimento no Sínodo no vaticano.....	98
Figura 21 – Planejamento do reassentamento Piquiá da Conquista.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Território brasileiro e divisão política	40
Mapa 2 – Complexo siderúrgico em Açailândia-MA.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo/Gênero	36
Gráfico 2 – Faixa Etária.....	37
Gráfico 3 – Problemas de saúde mais frequentes nos residentes de Piquiá-MA, 2010	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização socioeconômica das famílias de Piquiá-MA	35
Quadro 2 – Empresas siderúrgicas instaladas em Piquiá-MA	48
Quadro 3 – Organizações Comunitárias em Piquiá-MA.....	51
Quadro 4 – Entidades Não Governamentais que apoiam a luta em Piquiá-MA	56
Quadro 5 – Mulheres representadas nas publicações da JnT (2012-2022).....	60
Quadro 6 – Estratégias comunicacionais das mulheres em Piquiá-MA	71

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACMP	Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá
AVB	Gusa Nordeste
COVAP	Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FERGUMAR	Ferro Gusa do Maranhão
FIDH	Federação Internacional de Direitos Humanos
FNS	Ferrovias Norte-Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
JNT	Justiça nos Trilhos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SIMASA	Siderúrgica do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
VIENA	Viena Siderúrgica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TRILHOS METODOLÓGICOS	17
2.1 Método biográfico	17
2.2 Entrevista em profundidade	18
3 COMUNICAÇÃO E FEMINISMOS COMO PRÁTICAS DA LIBERDADE	20
3.1 Comunicação a partir da perspectiva decolonial: apontamentos socioculturais na América Latina	24
3.2 Percepções sobre gênero e raça: tecendo novas histórias	28
3.3 Comunicação como forma de conhecimento: experiências entre o saber e o existir ..	33
4 DEIXA-NOS CONTAR COMO TUDO COMEÇOU: DIALÉTICA CONFLITUAL DA MEMÓRIA	35
4.1 Eixo do Maranhão: percursos políticos, trajetórias sociais e impasse sob a vida no campo	40
4.2 Chegada das siderúrgicas e os impactos socioambientais: primeiras mobilizações sociais na comunidade de Piquiá-MA	45
4.3 Comunicação como ato e efeito: as mídias como instrumento de transformação	55
4.3.1 Justiça nos Trilhos como interface da comunicação popular: representatividade feminina na Fanpage da JnT	58
5 QUANDO VOCÊ LUTA POR UMA COISA, O SABOR É DIFERENTE	62
5.1 Estratégias comunicacionais em Piquiá-MA: a luta das mulheres pela comunidade 70	
5.2 Comunicação afetiva: laços de amor, companheirismo e luta	77
5.2.1 Transformando o luto em luta: ressignificando a dor causada pelos megaprojetos	80
5.3 Essa luta é nossa, essa luta é do povo: Tida, Joselma e Antônia Flávia	84
5.3.1 <i>Até o último dia das nossas vidas: Francisca Sousa Silva (dona Tida)</i>	86
5.3.2 <i>Mulheres de posicionamentos fortes, mulheres de pulso: Joselma Alves de Oliveira</i>	90
5.3.3 <i>É pela minha família, pelas crianças e idosos: Antônia Flávia Nascimento</i>	95
5.4 Reassentamento, Já: Piquiá da Conquista resiste	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	105
ANEXO – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	114

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a categoria mulher são marcados pelas desigualdades de gênero e, conseqüentemente, pelos desafios da inserção feminina em pautas sociais, políticas, econômicas e, por ora, ambientais. Apesar disso, os múltiplos movimentos protagonizados por mulheres, conhecido mundialmente pelas vertentes dos feminismos, estão se organizando e reivindicando o direito de construir a própria história através do conhecimento empírico, ou seja, abordando, sim, os malefícios da dominação, mas categorizando caminhos que possam entender as raízes das lutas femininas baseadas nas experiências, tanto no âmbito urbano como rural.

De acordo com Morgante e Nader (2014, p. 8), é necessário compreender as lutas femininas assimilando-as com todas as esferas possíveis, “mas abordar somente a dominação, sem colocar em relevo a exploração sofrida e vivenciada pelas mulheres, é subsumir uma dimensão significativa da organização social de gênero da contemporaneidade”. Por esse motivo, neste trabalho procuramos analisar as estratégias comunicacionais das mulheres de luta da comunidade de Piquiá, localizada em Açailândia-MA, tendo em vista que são nas comunidades que as lutas populares tendem a ganhar sentido e ressignificação.

Para além disso, procuramos estabelecer quem são as mulheres que lutam em Piquiá, apontando os perfis e as mudanças políticas e sociais dentro da comunidade; quais suas principais estratégias de comunicação contra a poluição e a morte advindas dos megaprojetos minero-siderúrgicos instalados na região desde a década de 1980; e, categoricamente, qual o legado que estas mulheres estão deixando para a comunidade. Para tanto, analisamos as narrativas de três mulheres símbolos de resistência e determinação em Piquiá, sendo, portanto: Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento.

No decorrer desta pesquisa, também exploramos a trajetória de luta da comunidade de Piquiá, através de documentos, como por exemplo, as cartas, notícias e fotos, resgatando, assim, a memória da comunidade e, complementarmente, analisamos as publicações que envolviam as mulheres de Piquiá na Fanpage da Justiça nos Trilhos (JnT).

Justificamos que a mobilização da comunidade pelas melhorias no bairro tem um histórico da participação feminina, conforme relatos das moradoras e dos moradores. O surgimento do Clube de Mães, na década de 1980, mostrou a força das mulheres, que construíram a sede da instituição com a ajuda dos maridos. É nesse sentido que os estudos sobre

as mulheres que compõem o núcleo social e político da comunidade de Piquiá nos reflete aos estudos comparativos com o feminismo e suas vertentes urbanas e rurais, correspondente há grupos de mulheres que utilizam da propagação feminista e dos recursos comunitários para despertar suas lutas e ecoar vozes através das ferramentas de comunicação.

Recordemos que a comunidade de Piquiá-MA foi o primeiro bairro da cidade de Açailândia. Marcada pela indústria da madeira e da seringueira, o local foi visionado pelas siderúrgicas como uma zona estratégica de produção de minério de ferro e carvão vegetal, a demografia da cidade é interligada pelos cruzamentos ferroviários e rodoviários entre São Luís (Capital do Estado) e a Serra de Carajás (Pará), de modo a construir a Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Por esse motivo, Engels (2015, p. 13) associa “[...] a escassez de moradias às relações de produção capitalistas”, em que as comunidades são sujeitas as fortes opressões em nome do “desenvolvimento do capital”. Na concepção de Larissa Santos (2018, p. 20), as comunidades afetadas pela EFC cortam 27 municípios entre os Estados do Pará e Maranhão, afetando aproximadamente 100 comunidades, “[...] essas comunidades se organizam em coletivos para trocar experiências, estratégias de resistências e denúncias”, a força feminina se destaca nas ações.

Dworkin (1974, p. 2) salienta que “faz parte de um movimento planetário reestruturar as formas comunitárias e a consciência humana para que as pessoas tenham poder sobre suas vidas, participem plenamente da comunidade, vivam com dignidade e liberdade”, ou seja, a luta feminina em Piquiá é marcada pelo desenvolvimento social e político, pelo exercício da cidadania e pela garantia dos direitos sociais, humanos, políticos e ambientais. À vista disso, compreendemos que esta pesquisa tem relevância significativa para a sociedade, pois, nos direciona aos inúmeros campos do conhecimento científico, não se restringindo apenas as ciências sociais aplicadas.

Em tal caso, uma das primeiras resistências comunitárias dos moradores e moradoras contra as ocupações minero-siderúrgicas iniciaram-se a partir do nome do bairro, grafada com “i”, referindo-se a uma árvore da Amazônia utilizada na indústria moveleira, preservando, assim, a essencialidade do nome “Piquiá de Baixo”, isso porque, com a chegada das siderúrgicas, a palavra também começou a ser grafada com “e”, possivelmente em alusão ao termo “Petroquímico Pequió”, gerada pela instalação do parque siderúrgico no bairro, afetando a originalidade e a memória da comunidade.

Destacamos que este trabalho tem origem a partir do projeto de pesquisa “Jornalismo, Memórias e Redes Sociais: a luta das mulheres no Facebook da Rede Justiça nos Trilhos”

(2020-2022) e (2021-2022), sendo contemplado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e integrando as atividades de pesquisa e extensão do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP) sob a orientação da professora doutora Roseane Arcanjo Pinheiro.

Portanto, o presente trabalho está dividido em **6 (seis) capítulos**, a começar por esta **introdução**. No **capítulo 2**, apresentamos os trilhos metodológicos da pesquisa, tendo como recurso o método biográfico, a partir das orientações de Gobbi (2005); utilizamos como técnica a entrevista em profundidade, de acordo com Duarte (2005).

No **capítulo 3**, intitulado: **Comunicação e feminismos como práticas de liberdade**, apontamos a interdisciplinaridade dentro dos estudos da comunicação dialogando com os feminismos e discorremos sobre a corrente teórica dos movimentos sociais na América Latina, apresentando novas formas de se discutir conhecimento sob o prisma da interseccionalidade. No **Capítulo 4**, denominado: **Deixa-nos contar como tudo começou**, exploramos as trajetórias sociais, baseando-nos nos contextos geográfico e histórico, da comunidade de Piquiá sob o prisma da memória individual e coletiva.

No **capítulo 5**, nomeamos de **Quando você luta por uma coisa, o sabor é diferente**, em que apresentamos os resultados, indicando as estratégias comunicacionais e as perspectivas da mulheres diante da luta feminina na comunidade. Por fim, no **capítulo 6** encerramos com as **Considerações finais**, apontando novos direcionamentos para os próximos estudos e refletindo acerca das ações das mulheres de luta da comunidade de Piquiá.

Ressaltamos que esta pesquisa é política, ou seja, se posiciona politicamente contra as opressões sociais, e tendo em vista a dimensão aprofundada no qual a mesma se encontra é válido certificar que todos os autores/as negros/as, transexuais e travestis que nos contribuíram, exemplarmente, com suas obras, serão citados ou mencionados no decorrer desta pesquisa pelo nome completo, sem abreviações e sem o paradoxo apenas do sobrenome.

Este posicionamento se deve pela efetivação tardia de muitos estudiosos que foram renegados no processo da consciência política e na interrupção do saber científico, e que é a partir deles que pesquisas sobre comunidades e movimentos sociais conseguem ter embasamentos. Em virtude disso, Vera Rodrigues (2019, p. 37), parafraseando Luiza de Bairros (1953-2016) reitera dizendo que “em uma sociedade racista e machista, tem que ter nome e sobrenome, se não o racismo põe o nome que quiser”.

2 TRILHOS METODOLÓGICOS

2.1 Método biográfico

Esta pesquisa situa-se a partir da análise biográfica, pressuposto inicial para entender, catalogar, discutir e, posteriormente, relacionar com as narrativas das mulheres selecionadas na segunda etapa desta análise, as entrevistas, com o objetivo de narrar suas histórias de vida, as lembranças sobre o passado, presente e as perspectivas para o futuro dentro do reassentamento. Assim, serão reunidos significados sobre as lutas, trajetórias e escolhas nas dimensões familiares e coletivas dessas mulheres, visto que o eixo central do trabalho é investigar as estratégias comunicacionais pelas mulheres em Piquiá, Açailândia-MA.

Gobbi (2005, p. 87-88) analisa que a análise biográfica é um recurso metodológico que está conquistando notoriedade nas pesquisas qualitativas que buscam coletar dados sobre a história e a memória de determinados indivíduos, capturando, cuidadosamente, as “histórias de vida” das pessoas, no intuito de “renovar o presente, mostrando experiências válidas” do passado. Utilizando como suporte “cartas pessoais, documentos, incidentes e conversas pessoais”.

De acordo com Oliveira (2020), a análise biográfica “permite com que [o pesquisador] compreenda a realidade social do indivíduo estudado”, permitindo contribuir cientificamente com a memória social do sujeito de estudo de forma categórica e singela para que a versão colocada pelo mesmo não seja influenciada ou inventada.

Da mesma forma, Gobbi (2005) direciona o caminho a ser percorrido começando pela escolha das fontes, determinando que para desenvolver a pesquisa biográfica é necessário compreender que há duas alternativas de fontes: as primárias e as secundárias. As fontes primárias são inicialmente os “documentos (oficiais e não oficiais)” e as fontes secundárias “são aquelas que dependem diretamente do exercício da lembrança, ou seja, da remontagem do passado”, como descreve a autora analisando que:

As fontes primárias são: documentos como os textos de jornais e revistas, os documentários e filmes; as correspondências (cartas e e-mails); *os clippings* que possibilitam o conhecimento sobre os fatos e os contextos sociais; livros de memórias; os testemunhos orais que dão a oportunidade de ver e pensar os acontecimentos, além de permitir enxergar o entrevistado como indivíduo e como membro de uma determinada circunstância social e temporal; os questionários que auxiliam na seleção perguntas abertas e fechadas, com o propósito de verificar e as relações do indivíduo pesquisado; as fotos e os diários são importantes para o levantamento de dados. Já as fontes secundárias: são as entrevistas para alcançar as lembranças e as recordações de amigos, familiares e conhecidos que conviveram direta ou indiretamente com o biografado (GOBBI, 2005, p. 92-93).

Apoiada nesse método, a primeira parte da pesquisa tem como recorte inicial a análise das publicações que envolvem as mulheres da comunidade de Piquiá, baseando-se nas atividades jornalísticas presentes na Fanpage da Justiça nos Trilhos. A análise abarcará as postagens publicadas nos dez anos da Fanpage Justiça nos Trilhos, fundada em 10 de janeiro de 2012, ou seja, a análise será de 2012 a 2022.

Observou-se que nas notícias que abordam a comunidade de Piquiá, as mulheres são as mais pautadas no decorrer destes dez anos de acompanhamento e fortalecimento comunitário por meio das plataformas digitais coordenada pela JnT e que há três mulheres com mais de 17 menções, homenagens e fontes informativas, sendo elas: Francisca Sousa Silva; Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento, tornando-se dentro e fora da comunidade símbolos de resistência. A partir disso, despontou a curiosidade investigativa de entender as relações que estas mulheres praticavam dentro da comunidade, alcançando, portanto, a segunda parte desta análise, as entrevistas em profundidade.

2.2 Entrevista em profundidade

Primeiramente, ressalta-se que a realização das entrevistas com as moradoras selecionadas ocorreu a partir das atividades, ainda em processo de desenvolvimento, do projeto “Cartografia Social de Piquiá, em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, políticas e ativismos digitais”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) através do edital FAPEMA nº 002/2019 e coordenado pela Profa. Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro (UFMA). O projeto tem parcerias acadêmicas com professores doutores da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Do mesmo modo, esta pesquisa tem como recorte a categoria do gênero dentro dos movimentos sociais, analisando, todavia, o movimento de mulheres da comunidade de Piquiá, formando parte das atividades exercidas pelo projeto “Cartografia Social de Piquiá, em Açailândia”, tendo como recurso de Iniciação Científica (IC) no primeiro ano de pesquisa (2020) o apoio da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização (AGEUFMA), dando continuidade no ano seguinte, 2021, ao plano a partir do suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Destarte, utilizamos como técnica de pesquisa a entrevista em profundidade que possibilita examinar, minuciosamente, as trajetórias de luta das moradoras Francisca da Silva, 77 anos, conhecida popularmente como dona Tida e presidente da Associação dos Moradores de Piquiá (ACMP) – desde do ano de 2018, estando na sua segunda gestão como presidente; Joselma Alves de Oliveira, 45 anos, atuou entre os anos de 2013-2021 na diretoria da ACMP como conselheira fiscal, secretária e tesoureira, e, por conseguinte, Antônia Flávia Nascimento, 27 anos, ex-secretária da ACMP e segunda tesoureira da Associação, explorando a “intensidade nas respostas” das entrevistadas.

Outro fator importante no critério de escolha foi a presença ativa das três mulheres nas atividades da ACMP e os diversificados pontos de vista em virtude da faixa etária de cada uma, mostrando que desde a mulher jovem, mulher adulta e mulher idosa há mobilização e enfrentamento, por isso a justificativa em utilizar a técnica de entrevista em profundidade.

Duarte (2005, p. 62) destaca que a entrevista em profundidade é “uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informações para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”, ou seja, com base nessa técnica compreendemos a figura feminina que cada mulher representa na comunidade.

Em relação ao período das entrevistas e as técnicas utilizadas, optamos pelo modelo de entrevista semiaberta com o apoio do roteiro-base que auxiliou a conduzir a entrevista coordenadamente. As entrevistas com as moradoras Joselma Alves de Oliveira, em 30 de abril de 2021, e Antônia Flávia Nascimento, em 20 de agosto de 2021, aconteceram no formato online com o suporte da plataforma Google-Meet em decorrência da pandemia Covid-19. Já a entrevista com a moradora Francisca da Silva, dona Tida, ocorreu no formato presencial com todas as medidas de segurança, no dia 30 de abril de 2022, no bairro Piquiá da Conquista, que está em construção desde 2018, sendo resultado da luta política pelo reassentamento.

O aporte teórico é de suma importância para a compreensão dos fatos obtidos na análise do trabalho, a contextualização e fundamentação, tal como aponta Duarte (2005, p. 63), tem valor na compreensão da “descrição de processos complexos” identificado no decorrer da exploração da coleta. Coincidentemente, a técnica da entrevista em profundidade se assemelha as demandas empregadas no método biográfico, isso porque, “a entrevista está presente em levantamentos históricos e biográficos”, criando uma forte potência de análise e aprofundamento.

3 COMUNICAÇÃO E FEMINISMOS COMO PRÁTICAS DA LIBERDADE

*Um pouco do saber basta. O saber compromete,
penso eu.*

Conceição Evaristo

Neste capítulo nos propomos relacionar os estudos sobre comunicação, juntamente com as vertentes dos feminismos, através das atuações das mulheres em Piquiá, Açailândia. Entendemos que os processos comunicacionais elaborados pelas mulheres de luta da comunidade dialogam para a construção da transformação social, assimilando-os com as práticas da liberdade, defendida por Freire (2020), em que a experiência entre o saber e o existir são fundamentais para a defesa da democracia. Pereira et al (2019, p. 83) analisam que as mulheres de Piquiá interpretaram os sistemas de opressão “a partir dessas experiências, despertando a consciência do quanto sua comunidade e suas vidas são impactadas”.

Os autores e autoras escolhidos para a composição deste trabalho nos ajudam a compreender os conflitos enfrentados na América Latina em situações de carências socioeconômicas advindas dos megaempreendimentos, por isso tratamos o termo da decolonialidade, sendo, portanto, o pensamento latino-americano que estuda as emergências dos movimentos sociais e da mobilização comunitária e os estudos de gênero e raça, apontando seus problemas estruturais, posto que “os estudos feministas na América Latina têm se centrado mais em questões de identidade e reconhecimento” (PAULILO, 2016, p. 304).

Paralelo a isso, estudar comunicação abrange um grande leque de possibilidades interativas. Entende-se que ainda na metade do século XIX, a comunicação na América Latina, principalmente a pesquisa em comunicação na esfera acadêmica, era tímida e desordenada, foi a partir do ano de 1959 com a criação do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina – Ciespal, que várias áreas de estudos se interessaram pela experiência comunicacional, bem como justifica Marques de Melo (2008, p. 13) em que “a comunicação é um campo genuinamente interdisciplinar”, surgindo, portanto, outras perspectivas teóricas apoiada no campo da comunicação (DALLA COSTA, R; MACHADO, R; SEQUEIRA, D, 2006).

De acordo com Ribeiro e Herschmann (2008, p. 17), “os estudos históricos da comunicação no país têm sido desenvolvidos por profissionais de diferentes campos

disciplinares: historiadores, cientistas sociais, comunicólogos (jornalistas, publicitários ou outros estudiosos da comunicação)”. É a partir dessa vasta categoria profissional que se observa a relevância da área e a importância da comunicação na sociedade. Bordenave (1982, p. 45) caracteriza a comunicação como “um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento”.

A comunidade de Piquiá é um exemplo claro do benefício da comunicação para as necessidades humanas, tendo em vista que é a partir da mobilização e das articulações sociais que os moradores e moradoras se organizam junto às entidades não governamentais para denunciar os impactos socioambientais da região, exigindo, assim, qualidade de vida, garantida por lei. Desse modo, a comunicação pode estar associada a muitos outros campos científicos que ajudam a exercer o desenvolvimento da cidadania.

Em contrapartida, Braga (2011, p. 64-65) também associa a comunicação a uma “disciplina do conhecimento” ou até mesmo um “trabalho de interfaces” que merece essa difusão epistêmica, agregando duas ciências através do pilar comunicacional, como por exemplo, relacionando duas vertentes em uma. O autor manifesta que “muitas pesquisas da área ocorrem nessas interfaces – Comunicação e Política, Comunicação e Educação, Comunicação e Cultura”, porém ressalta que essas linhas cruzadas poderiam causar duas tendências para o campo: a) A premissa de que “tudo é comunicação” e b) O reducionismo “lógico”.

À vista disso, os feminismos também se encaminham aos processos ligados pela amplitude da comunicação. É por meio deste que Costa (2017, p. 3) afirma que “[...] todos os conhecimentos são situados (social e historicamente) e, portanto, é inevitável que sejam parciais”. Apoiada nessa direção que explorar a comunicação e os feminismos incorporados nos mecanismos de luta presentes na América Latina estimula o entendimento destes meios como prática da liberdade, assim como defende De Moraes (2017, p. 25) indicando que “[...] a América Latina tem se convertido em um laboratório de esperança”.

O termo feminismos, por exemplo, diz respeito as múltiplas vertentes do movimento feminista. De acordo com Paulilo (2016, p. 299), “não se pode falar de “feminismo”, mas sim de “feminismos””, pois, “há diferentes correntes teóricas já reconhecidas e respeitadas”. Para Bitencourt (2021, p.51), a utilização do termo feminismos, no plural, nos direciona também para as lutas de mulheres marginalizadas e longe da mídia hegemônica, salientando que os “frutos do aprendizado da prática diária de resistência, as necessidades, possibilidades e as capacidades são diversas para as mulheres”.

Da mesma forma o movimento feminista, no singular, foi limitado, ou seja, direcionado apenas as mulheres brancas e de classe média alta, que usufruíam dos seus privilégios enquanto

mulheres no padrão da alta classe para lutar por direitos que, sim, foram importantes, mas excluía as mulheres negras, indígenas, pobres e homossexuais (DAVIS, 2016).

Anos mais tarde, com a utilização do objeto da comunicação, o movimento feminista se tornou movimentos feministas, designando-o, entretanto, como feminismos (no plural), como explicado logo acima. Com isso, os “movimentos populares que viam na comunicação um instrumento de democratização e transformação e, em certos casos, em uma indisfarçada militância política” conseguiram alcançar mais espaços (DALLA COSTA et al, 2006, p. 97).

Em Piquiá, por exemplo, entendemos que os dois termos são desconhecidos pelas mulheres, mas que o direcionamento da luta se enquadra nas vertentes teóricas dos movimentos feministas. Ainda conforme Bitencourt (2021, p. 51), as lutas das mulheres atravessadas por megaprojetos podem ser definidas a partir dos “feminismos construídos através da troca, da memória e dos nossos corpos-territórios”. O corpo-território destacado pela autora é um conceito político que representa a defesa dos corpos das mulheres de luta em relação as explorações dos seus territórios.

Vale ressaltar ainda que esses dois campos teóricos, a comunicação e o feminismo, no singular, estão enraizados dentro de uma perspectiva ocidental, ou seja, liderados por agentes da hegemonia. A comunicação, por exemplo, campo no qual a atividade jornalística opera, até os dias de hoje, em face da hegemonia, ou seja, dentro das mídias tradicionais, ainda é muito excludente:

Tais aparelhos são os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias, que querem conquistar e sedimentar apoios junto a diferentes segmentos sociais, seja para manter a dominação, seja para contraditar seus pressupostos. O sistema midiático [...] define os enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas no que poderíamos chamar de gestão midiática da realidade (DE MORAES, 2017, p. 18).

Ora, se a definição adotada por Bordenave (1982, p. 36) classifica a comunicação, seja ela presente em todos os seus segmentos sociais (jornalismo, relações públicas, publicidade, educomunicação etc.) como uma ação que “as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. [...] influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas”, por que tais ações das mídias tradicionais sinalizam a não-existência de determinados grupos?

Como resposta, De Moraes (2017, p. 18 e 20) salienta que essas relações entre a mídia tradicional com a população mais afetada pela falta de representatividade social, relacionamos

aqui a comunidade de Piquiá, se equivale pelo simples fato de o sistema midiático funcionar como uma “espécie de tribunal”. É por meios destes que “a vida das comunidades subalternizadas e pobres está ausente ou minimizada nos noticiários”. Conseqüentemente, os movimentos sociais modificaram essa realidade no campo da comunicação social, também no exercício do jornalismo, referindo-se, portanto, como comunicação comunitária, comunicação popular e comunicação alternativa (PERUZZO, 1998, 2009a, 2009b, 2013).

No entanto, a mulher se transformaria em uma agente da comunicação que, de acordo com Molina (2017, p. 2), o seu papel na conjuntura da sociedade atual viabilizou-a a partir da “revolução midiaticizada”, seria através da comunicação popular que as mulheres estariam ganhando o direito a ter direitos:

[...] o papel da mulher como agente formador e reformador da comunicação, da produção e distribuição de seus produtos bem como de observadora dos fenômenos. Fica óbvio que a mulher sai do papel de objeto olhado para alguém que olha, fala, escreve, desenha e produz conteúdo de alta relevância simbólica. Além disso, a teorização feminista implica uma teoria da comunicação feminista onde ela (a mulher) se reconheça em comunicação consigo mesma (MOLINA, 2017, p. 2 e 11).

Essa linha tênue que combina feminismos e comunicação ou comunicação e movimentos sociais nos leva a refletir junto a Braga (2011, p. 67), que direciona todas as áreas do conhecimento, revelando que “todo e qualquer fato humano seria problematizável no ângulo comunicacional”. Nesse cenário, “[...] não seria possível simplesmente incluir as mulheres nas teorias nas quais elas foram antes excluídas, já que essa exclusão era um princípio estruturador fundamental e pressuposto chave dos discursos patriarcais” (COSTA, 2017, p. 2). Por ora, a comunicação dentro do viés feminista ou vice-versa foi de suma importância para incluir gênero e raça nos discursos sociais, combatendo toda e qualquer forma de discriminação.

Por essas e outras que Peruzzo (2009a) relaciona os movimentos sociais com a institucionalização dos direitos, sobretudo, a partir do entendimento de cidadania, apoiada no desenvolver das políticas públicas. Logo, os grupos que utilizam esse viés popular são camponeses, proletários, mulheres, crianças, negros e indígenas. Essa categoria de existência formam as forças organizadas que são:

Os movimentos sociais populares, identificados como forças organizadas, conscientes e dispostas a lutar, são artífices de primeira ordem no processo de transformação social, embora um conjunto de fatores (liberdade, consciência, união) e de atores (pessoas, igrejas, representações políticas, organizações) que se somam para que as mudanças se concretizem” (2009, p. 35).

Na comunidade de Piquiá, a luta das mulheres tem apoio das congregações religiosas, especialmente dos Missionários Combonianos e da Assembleia de Deus, que fortalecem e intensificam os valores e os direitos por justiça social. Por isso, é de suma importância discutir comunicação e feminismos dialogando com as mulheres de luta de Piquiá, formando, por assim dizer, um saber epistemológico diante das transformações sociais no cenário em que elas estão inseridas.

3.1 Comunicação a partir da perspectiva decolonial: apontamentos socioculturais na América Latina

Pobreza, injustiça e opressão. A história da humanidade está fundamentada nessas três concepções sociais que refletem as profundas desigualdades resultantes das ações coloniais e dos poderes eurocêntricos, por isso, acreditava-se que a reivindicação por justiça e igualdade, dentro do pensamento filosófico, exercia apenas uma função mitológica e sem epílogos (MARX; ENGELS, 2015).

O darwinismo social justifica essas questões como a peça-chave para o “evolucionismo” civilizatório, seria através dessa “teoria da sociedade” que existiria uma “seleção natural” de grupos sociais em que o dominador e o dominado possuiriam zonas específicas de atuação dentro da sociedade e, principalmente, que a superioridade, enraizada no preconceito, promoveria equilíbrio nas populações. Não é difícil de imaginar que a idealização desse pensamento aparece ainda no século XIX na Europa Ocidental migrando, imediatamente, para a América do Norte.

Como sequela da “teoria da sociedade”, legitimada pelo darwinismo social e sustentada pelos sistemas coloniais, grupos de mulheres, crianças, negros, indígenas, proletários e camponeses formam uma base inferiorizada e dominada, caracterizando-os como não-humanos. Esse sistema de exploração ainda ocorre, principalmente, dentro da América Latina que tem a devastação atribuída ao sistema de “desenvolvimento industrial”, tal como a cidade de “Açailândia que nasceu fruto da política nacional-desenvolvimentista, do presidente Juscelino Kubitschek” (PEREIRA et al, 2019, p. 52).

As empresas transnacionais são legitimadas por suas ações de exploração dos recursos naturais na América Latina através das indústrias de minério, siderurgia e, conseqüentemente, de carvão vegetal, estas empresas arrastam comunidades para a miséria, marginalização e o esquecimento. De acordo com o relatório feito pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e intitulado “the charcoal transition [A transição do Carvão]”,

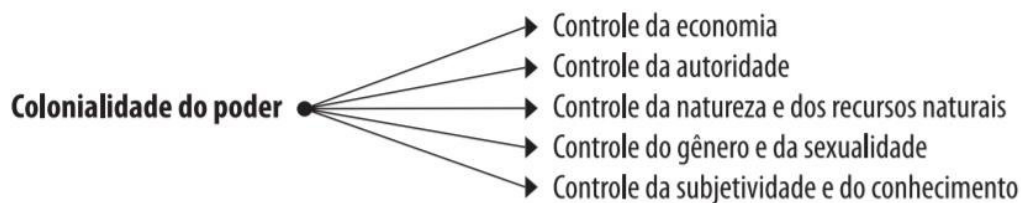
a América Latina e o Caribe produziram cerca de 8,9 milhões de toneladas de carvão, sendo o Brasil o maior produtor da região e o que mais produz carvão vegetal no mundo.

A comunidade de Piquiá sofre há 40 anos com os efeitos das atividades siderúrgicas, tanto em relação a produção de ferro-gusa, como o plantio de eucalipto para a extração do carvão vegetal. A moradora Joselma Alves esclarece a situação de calamidade afirmando as seguintes palavras: *“o nosso organismo não reage mais, ele lutou, lutou e lutou, que ele não consegue mais reagir ao nível de poluição”*, essa narrativa detalha como esses sistemas de dominação impactam na vida das pessoas que residem nesses ambientes.

Por essa razão que Quijano (2005, p. 118 e 136) atribui o comportamento hegemônico e a expansão da dominação a partir do que determina como Colonialidade do Poder, esclarecendo que “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. É importante salientar que a “colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno”.

Em função disso, percebe-se o controle social derivado da Colonialidade do poder. Esse controle colonial “é o lado obscuro e necessário da modernidade”, ou seja, da política desenvolvimentista, (BALLESTRIN, 2013, p. 100). De acordo com Ballestrin (2013, p. 102), a Colonialidade do Poder possuiria seis tipos de controles sociais, controles estes que “estão no falso descobrimento e invenção da América”, esquematizado pela própria autora e tendo como exemplo a Figura 1:

Figura 1 – Colonialidade do poder e controles sociais



Fonte: Ballestrin, 2013.

Não obstante, Maldonado-Torres (2019) identificou que a Colonialidade do Poder deu origem ao que o autor denomina como “Analítica da colonialidade”, ou seja, como essa

colonialidade está estruturada e como esse indivíduo colonizado está representado por meio da sua própria subjetividade. Percebe-se que há mais dois setores coloniais além do Poder, nomeadamente: Colonialidade do Saber e Colonialidade do Ser (MALDONADO-TORRES, 2019).

Ohana Boy Oliveira (2021, p. 232), a partir das concepções de Maldonado-Torres (2019), destaca que a colonialidade do **Poder** se refere a dominação da “estrutura, cultura e sujeito”; a do **Saber** está “relacionada ao sujeito, objeto e método” e a do **Ser** diz respeito “ao tempo, espaço e subjetividade”. É notório que todas as denominações coloniais citadas se entrelaçam exprimindo efeitos drásticos para o insucesso de um continente tão marginalizado como a América Latina, especificamente, como a comunidade de Piquiá.

No entanto, o fenômeno social atribuído à comunicação está sendo a principal ferramenta no combate a desinformação acerca da colonialidade do poder e do saber, a começar pelos estudos de gênero. Herscovitz (1995, p. 114) explica que “durante um longo período houve pouco contato entre pesquisadores norte-americanos e latino-americanos” e que essa distância reflete negativamente na relevância cultural que a América Latina proporciona, principalmente, levando em consideração a contribuição da comunicação e sua múltipla interface em outros campos de conhecimento social, pensando nisso que “[...] os estudos em comunicação devem levar em conta a globalização na economia, nos meios de comunicação e na cultura. (HERSCOVITZ, 1995, p. 124)”.

No decorrer dos anos, o giro decolonial¹ predominou nos estudos culturais tendo como fundamentação a tríade gênero, raça e classe. Esse respaldo deve-se, sobretudo, através dos estudos de gênero que, de acordo com Escosteguy (2008, p. 19) “é uma construção social e cultural e está relacionado não só à mulher, mas também ao homem”. Dimenstein et al (2020, p. 10) analisam que os estudos em gênero “carregam as dores e os paradoxos dessas marcas culturais que forjam diferentes experiências, mas, também, conjugam as mais diversas estratégias de enfrentamento”.

Em virtude desses enfrentamentos que o conceito de gênero, até hoje, vem sendo remodelado na busca por uma definição que o englobe de maneira integrada. Senkevics e Polidero (2012, p. 18) utilizam o conceito de que “homens e mulheres são categorias socioculturais, construídas historicamente a partir de práticas, sentidos e significados que, em

¹ De acordo com (BALLESTRIN, 2013, p, 105) o Giro decolonial “significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico” e está concentrado, principalmente, em estudos sociais tais como: a sociologia, juntamente com a antropologia, a comunicação, e, notoriamente, vem ganhando espaço na economia.

determinado contexto, nomeiam o que pertence a um universo masculino e feminino” e seria pensando nessa construção histórica que a inserção, mais adiante, da raça e da classe abrangeria de forma concisa a sua importância epistemológica. Por outro lado, Gomes (2018, p. 77) acredita que devido a Colonialidade do Ser, relativa ao tempo e o espaço através da subjetividade, o conceito de gênero “apagou, destruiu ou invisibilizou” a investigação na dimensão do que ele realmente é.

A partir desse enquadramento sobre o que é gênero, raça e classe que os movimentos feministas, utilizando como linha de frente a inserção feminina como instrumento de comunicação, especialmente nas manifestações interculturais, foi se adaptando aos meios sociais para declarar a própria existência dentro dos movimentos. É por meio destes que associamos as conquistas femininas de Piquiá aos processos políticos da descolonização.

É importante destacar que o movimento feminista (ainda se tratando dos estudos sobre gênero) está inserido numa linha de pensamento privilegiada e, academicamente, ocidental. Seria por meio dessa trave que os valores do feminismo não estariam chegando em lares de mulheres negras, domésticas, camponesas, quilombolas e indígenas. À vista disso, priorizar o conhecimento epistêmico de grupos subalternizados levando para a grade científica seria uma das grandes revoluções dentro da esfera acadêmica, visto que:

[...] é preciso valorizar os conhecimentos de mulheres indígenas, mulheres negras, homens indígenas, homens negros, vozes que sempre se expressaram, mas que historicamente foram e continuam sendo subalternizados. [...] é preciso enegrecer, feminizar e indigenizar as referências bibliográficas não só na comunicação como em todas as áreas de pesquisas universitárias, assim como ampliar o alcance dessas vozes subalternizadas e o acesso e permanência no ambiente acadêmico e midiático. (OLIVEIRA, 2021, p. 237 e 240)

Bell Hooks (2018) acredita que o feminismo deveria ser descolonizado, independentemente das pautas levantadas dentro da luta, mas começando pelo acesso desse pensamento em canais que possam reproduzir, educar, ensinar e dialogar com todas as pessoas do mundo, não apenas mulheres, mas todos os coletivos integrados nesta sociedade patriarcal e capitalista.

Viabilizar esses meios, mediante os discursos de gênero e raça, vai de encontro com as questões sociais preexistentes dentro da América Latina, para além das premissas dos movimentos sociais, uma vez que é necessário entender a fundo os grupos que fortalecem a enunciação desses movimentos e todo o seu processo de ruptura contra a dominação e a violência simbólica.

3.2 Percepções sobre gênero e raça: tecendo novas histórias

Os estudos de gênero, assim como os estudos na esfera da comunicação, aguçam muitos sentidos. Não à toa que a introdução decolonial no que se refere fazer ciência, a partir dos olhares latino-americanos, surgiu por meio da categoria gênero, isto é, explorando as profundas desigualdades sistêmicas mediante esse saber que está inserido em contínuas transformações. Matos (2008, p. 336) argumenta que “[...] gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista”, por isso, dispõe de atenção acerca da conceituação, formulação e apresentação do termo, não podendo remeter à um único sentido.

No entanto, nota-se que a utilização do termo “gênero” ainda está, erroneamente, enclausurado na singularidade da condição feminina, em outras palavras, está associado exclusivamente as mulheres, especialmente as mulheres brancas. Santos (2007, p. 5 e 13) especifica alegando que “[...] o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo, criticamente, às análises sociais vigentes”, podendo, até mesmo, causar efeitos adversos relativo à clareza em que o próprio se instaura, visto que “o mundo impôs às mulheres durante séculos a invisibilidade” e que colocá-las nessa categoria ampla de análise impossibilitaria a própria construção feminina no contexto político, social, econômico e, principalmente, na descoberta racial na qual estão se revelando.

Por outro lado, Teixeira et al. (2019, p. 411) correlacionam tanto o feminino como o masculino na amplitude semântica do termo, afirmando que “ao abordar gênero, deve-se também falar sobre os homens, pois o feminino sempre inclui o masculino e o masculino sempre inclui o feminino”. Nessa condição, observa-se que a luta das mulheres de Piquiá está enquadrada no coletivo, ou seja, representando, além das próprias mulheres, homens, crianças, idosos e todos que ajudam a fortalecer o sentido das lutas comunitárias, mas que a construção do que é gênero ainda é permeado de várias interpretações.

Vejamos que o conceito de gênero é bastante complexo, isso porque, algumas áreas de conhecimento, tais como a biologia, ciências sociais e as ciências humanas estão sempre buscando (re)interpretar as condições da própria categoria e suas interfaces. Firmino e Porchat (2017, p. 57) anunciam que “[...] o gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos”, através dos princípios da identidade. Butler (2000, p. 113) defende a noção da performatividade de gênero, também aliada a identidade do ser, mas levando em consideração a “construção da construção” em que tanto o sexo (biológico) quanto o gênero (papel social) fazem parte da

construção social e dos discursos comportamentais em que “a formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo”.

Em outros termos, a “construção da construção” descreve não apenas a noção de gênero, mas a própria colocação do gênero dentro do nosso cotidiano, vinculado às inúmeras representações sociais, especificamente no que se refere o sexo, a política e o estado. Raewyn Connell (1995, p. 189) destaca que:

O gênero é, nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. [...] o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos “papeis de sexo” ou a biologia reprodutiva sugeririam. [...] gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade.

No ponto de vista biológico, o sexo sempre foi primordial para definir a construção das relações sociais, reforçando que o sexo feminino associado ao sexo masculino era inferior e “deficiente” de qualidades. Tendo em vista que no século XVIII a própria medicina inviabilizava as mulheres, articulando que “o pensamento filosófico e médico da Europa acreditava na existência de um só sexo, o masculino” e que essa inexistência do feminino se baseava na teoria de que “a mulher era o seu representante inferior, sendo descrita como um homem invertido” (FERNANDES, 2009, p. 1053). O capítulo 5 deste trabalho discute sobre as dificuldades das mulheres de Piquiá ao enfrentar o peso do gênero e a marginalização da raça na inserção das lutas sociais.

Discorre que até mesmo na busca pelo agrupamento dos papéis sociais referente aos gêneros há uma discrepância imensurável nas características que envolve a representação dos sexos, em que a mulher está associada a deformidade e que os homens estão cumprindo o seu papel normativo tanto da manifestação do gênero, quanto do biologismo do sexo. É perceptível que esse tratamento possa ser resquícios dos estudos biológicos em que o falo (órgão genital masculino) se encaixasse como a principal categoria de virilidade e poder.

Na iminência de quebrar estes paradigmas é necessário, mais uma vez, romper com a ideologia de que gênero é semelhante as mulheres ou vice-versa, entendendo que não só mulheres e homens formam o conceito de gênero, mas os mais diversos gêneros presentes na comunidade LGBTQIAPN+, tais como transgênero, agênero, não-binário etc. e que para estudar sobre as mulheres é essencial avançar essas barreiras, de modo a se preocupar com a historicidade do termo.

Scott (1995, p. 93) adverte para o equívoco em atribuir “gênero” a semelhança das “mulheres” ou em justificar que os estudos da masculinidade se desenvolve a partir dos “homens” e demonstra imensa insatisfação em definir a palavra gênero apenas sob a condição da feminilidade ou da dominação masculina, atrasando, pois, a dimensão política cujo termo abriga diante das estruturas sociais, posto que “[...] a história política tem sido jogada no terreno do gênero”. Por conseguinte, Raewyn Connell (1995, p. 189) pondera que o gênero é “um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica”.

Uniformemente, Scott (1995, p. 93) postula utilizar o viés histórico para romper com as estruturas impostas pelas branquitude ocidental, a autora reitera que “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça”, todavia, é necessário incluir a racialização no que se configura gênero.

São essas mudanças históricas que os estudos decoloniais vêm corroborando, significativamente, para investigar as noções da raça, principalmente em torno do gênero, considerando que a origem do conceito de raça tem características semelhantes com a criação do gênero, visto que “o ser humano desde que começou a observar desenvolveu a aptidão cognitiva de classificação”, bem como analisa Kabengele Munanga (2003, p. 3).

De acordo com Silvio Almeida (2019, p. 54) “[...] uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos”, ou seja, assim como o gênero, a raça é uma construção social desenvolvida por meio dos discursos. Zelinda Barros (2005, p. 4) afirma que a “raça é, portanto, um conceito classificatório” e que o racismo, proveniente da raça, é uma “ideologia baseada na crença de que existem grupos raciais distintos e que estes podem ser hierarquizados em superiores e inferiores”, quando associada a categoria mulher negra o nível de opressão fica ainda maior, sobretudo, vinculado as políticas públicas e política sociais.

Historicamente, a política tradicional defendida por Aristóteles despejava toda e qualquer demonstração racista e sexista a respeito das mulheres e do negro, revelando que mesmo antes de Cristo, antecedendo as escrituras bíblicas, a história já estava marcada por essa dualidade de que “a família é fundamentada sobre duas relações: a de homem e mulher, e a de senhor e escravo; ela existe para satisfazer as necessidades diárias do homem”, ou pela minimização da existência feminina condicionando que “o macho tem sobre a mulher uma superioridade natural, e um é destinado por natureza ao comando, e o outro a ser comandado. [...] se estendendo também a espécie humana” (ARISTÓTELES, 2010, p. 35 e 61).

Essa relação também pode ser interligada as políticas de dominação efetuadas pelos megaempreendimentos siderúrgicas diante das mulheres da comunidade de Piquiá, tendo em vista que os impactos direcionados aos corpos femininos e negros têm a mesma característica. Compreendendo que a política aristocrática se estendeu ao longo dos séculos através da expansão colonial e todos os mecanismos de violência. Ochy Curiel (2019, p. 47) denomina como “antropologia da dominação” o fato de “[...] desvelar as formas, maneiras, estratégias, discursos que definem certos grupos sociais como “outros” e “outras” a partir de lugares de poder e dominação”. Sendo assim, Oyèrónké Oyèwùmí (2004, p. 2) reconhece que a “racialização do conhecimento” é a melhor forma de investigar o gênero e suas “categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções”.

Chimamanda Ngozi Adichie (2014, p. 15) reflete sobre a problematização do gênero dentro das ações sociais e argumenta que o maior “problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos”, a autora nigeriana acrescenta enunciando que “seríamos bem mais felizes, mais livre para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero”. Evidentemente, a “antropologia da dominação” levou as mulheres negras para um lugar de submissão, em que homens brancos que ocupam lugares de dominação estão acima das mulheres negras, disfrutando dos seus privilégios enquanto brancos, posicionando a mulher negra na base da pirâmide social em que faz jus a obrigatoriedade estatal de “ter seu corpo violado” em todos os sentidos, tal como enxerga Rosália de Oliveira Lemos (2016, p. 343).

É notório observar que mesmo com todas as arbitrariedades advindas do gênero, da raça, e da classe, as condições na qual se encontram a mulher negra, pobre e marginalizada é acima de tudo deplorável. Márcia Lima et al (2013, p. 56) analisam que houve uma “forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico” e determina que essa condição é o efeito do período escravocrata. Mais adiante, Lélia Gonzalez (2020, p. 44) observa que “o processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas””, isto é, a mulher negra está fundada nessa condição de subalternidade ou de inexistência.

Jurema Werneck (2010, p. 10) avalia que “as mulheres negras não existem” para uma sociedade racista e supremacista branca, mas que estão politicamente se posicionando contra as barreiras de opressão e atraindo resultados através das “demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e modernidade

racializada e racista em que vivemos”. Subjetivamente, esses posicionamentos estão relacionados com a teoria do ponto de vista, fundamentado pelo saber empírico e atribuído a experiência de vida, originalmente chamado de standpoint theory.

Na longa luta por visibilidade e inclusão social, as mulheres, principalmente as mulheres negras, utilizam as estratégias de comunicação para alcançar seus direitos enquanto seres humanos. Danubia de Andrade Fernandes (2016, p. 709) acredita que “a comunicação estabelece um ponto de conexão e de solidariedade entre as mulheres, pois, ao romper o silêncio, é possível estabelecer identificação que ultrapassa as diferenças”.

São essas conexões que as mulheres da comunidade de Piquiá de Baixo estão utilizando para que haja mudança no bairro e visibilidade. Bell Hooks (2015, p. 203) denomina essa atitude como “estratégias de resistência” em que as mulheres “muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida”. Da mesma forma, Luiza Bairros (1995, p. 461) identifica que esse lugar de fala utilizado pelas mulheres de comunidades “proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista”, podendo direcionar uma mudança que abranja não apenas as mulheres e, sim, crianças, jovens, adolescentes, idosos etc.

O bairro de Piquiá é composto, majoritariamente, pelas mulheres que lutam pelo bem-estar das famílias, mulheres estas que direcionam as políticas sociais para as novas gerações, ocupando territórios de resistência. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 181) certifica que as “mulheres de comunidades que são racial, cultural ou economicamente marginalizadas têm se organizado ativamente, em pequena ou grande escala, a fim de modificar suas condições de vida”, e que essas formações fornecem, cada vez mais, espaços para que outras mulheres e homens entendam seu lugar dentro de uma sociedade pensante.

Nesse cenário, Cláudia Pons Cardoso (2018, p. 323) utiliza a experiência do saber e do existir para determinar que o enfrentamento dessas lacunas estruturais só serão possíveis se houver luta por parte do corpo subalternizado, reforçando que “a vantagem epistêmica quando alimentada por cosmovisão e saberes subalternos promove conhecimento descolonizador fonte de agenciamento e de mobilização de resistências”. Em tal caso, a comunidade de Piquiá conduz uma luta formada por mulheres em prol da existência a partir dos mecanismos de comunicação, transformando os moradores em agente comunicador.

Freire (1983, p. 44) salienta que “o mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”, revelando o significado dentro do processo de comunicar-se e a atuação do sujeito comunicador em esperar o conhecimento combatendo a inexistência, subsidiando-se

através do corpo consciente em que o sujeito “atua, pensa e fala sobre a realidade” no qual está inserido.

3.3 Comunicação como forma de conhecimento: experiências entre o saber e o existir

O método freiriano utiliza como ferramenta emancipatória a prática da comunicação, elencando o conhecimento e o diálogo como base educacional para obtenção de direitos. Rüdiger (2007, p. 18) avalia que “as comunicações são vetores de movimentos históricos” e que é através dela que há uma “formação do indivíduo e a emancipação da pessoa humana em relação aos poderes”. Da mesma forma, Araújo (1998, p. 5) afirma que “os seres humanos se constroem em diálogo, pois são essencialmente comunicativos” e é por meio dessa transcendência originada pela comunicação que povos oprimidos estão se despreendendo da ignorância social e empregando a experiência do saber e do existir.

Correlaciona-se, portanto, o empenho das mulheres de Piquiá em atuar politicamente e gerar um novo significado sobre as suas experiências, dialogando, significativamente, com a comunicação e suas formas de conhecimento social, baseando-se na autenticidade das lutas femininas e nos processos de se entenderem como cidadãs de direitos.

Baccega (1994) reflete que toda e qualquer elucidação sobre o mundo que vivemos já veio editado, ou seja, é necessário compreender com criticidade as edições filtradas naquilo que consumimos enquanto cidadãos de direitos. É a partir dessa criticidade emancipatória que a comunicação se faz importante, mais uma vez, resultando em “ação cultural para a liberdade” (FIGARO, 2015, p. 10). Sendo assim, a luta dos movimentos populares e comunitários é fruto dos aparatos comunicacionais e da condição social de erguer a voz, tal como explica Peruzzo (2017, p. 12):

A comunicação no contexto dos movimentos populares e comunitários se ancora na prática da liberdade explicitada no exercício do direito de comunicar a partir do seu saber e da própria voz e do empoderamento das tecnologias de comunicação, as mais diversas, para colocá-las a serviço das comunidades nas lutas para mudar as condições desumanas de existência e interferir na política, nas políticas públicas e na ação do Estado. Esse direito de comunicar refere-se à recuperação do direito a ter voz, expressar-se autonomamente, sem esquecer que, em geral, o próprio resgate da voz, do poder de se manifestar e de ser ouvido, antecede e vai além de aparatos tecnológicos, mas os inclui. As tecnologias ampliam o potencial comunicativo, não resta dúvida e, ao mesmo tempo, o seu uso representa o acesso social ao patrimônio da humanidade e o exercício do direito à cidadania. (PERUZZO, 2017, p. 12)

Adicionalmente, a comunicação agrupada com o conhecimento é uma característica da existência em prol do posicionamento político, uma vez que “transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir” (FREIRE, 2020, p. 57). Em outras

palavras, Sá (1973) esclarece que a comunicação e o conhecimento fazem parte do processo de identidade do saber. Paralelamente, o significado de existir:

[...] ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. [...] O existir é individual, contudo, só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles. (FREIRE, 2020, p. 57)

Baroni (2021, p. 71) denomina como “saber-solidariedade” o ato de entender e manifestar-se diante das condutas expostas pelo “saber-existir”, alegando que “esses saberes congregam cumplicidade ecopolítica e encantamento pela singeleza na promoção de uma justiça epistemológica que dispõe na mesma mesa saberes múltiplos, historicizados, cosmopolitas”, expressando, portanto, o carecimento de uma sociedade esperançosa.

O verbo esperarçar traz consigo a completude semântica e política enraizada na liberdade, orientando a práxis como ação concreta da pedagogia do oprimido, tendo em vista, que essa pedagogia é “humanista e libertadora” (FREIRE, 1992), levando em conta os tempos de esperarçar. Dos Santos Cezar e Oliveira (2021, p. 204) certificam que “quando afirmamos que é tempo de esperarçar, estamos dizendo que é tempo de transformar, de buscar novos caminhos e novas possibilidades”, e é exatamente a partir desta premissa que as mulheres da comunidade de Piquiá estão se organizando e buscando novas estratégias de resistências.

4 DEIXA-NOS CONTAR COMO TUDO COMEÇOU: DIALÉTICA CONFLITUAL DA MEMÓRIA

É o passado que nos diz quem somos; sem ele, perdemos nossa identidade.

Stephen Hawking

Neste capítulo nos propomos em explorar o processo de luta da comunidade de Piquiá, relacionando-os com os percursos políticos da cidade de Açailândia-MA, a chegada das siderúrgicas na comunidade e as trajetórias de luta das moradoras e dos moradores do bairro através da construção da memória e das ações coletivas. Canabarro (2019, p. 17) pondera que a “memória é um elemento fundamental para a construção das identidades”, tornando-se para a comunidade de Piquiá uma das principais aliadas no enfrentamento contra a mineração e siderurgia, seja ela no processo de transformação individual ou coletiva.

Portanto, o objetivo deste capítulo é apresentar o cenário e a resistência política na qual a comunidade se encontra a partir das memórias e das atividades de luta realizadas pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP) e pelas entidades não governamentais, como por exemplo, os missionários combonianos presentes na paróquia local e a Associação Justiça nos Trilhos (JnT), que se organizam junto aos moradores e moradoras de Piquiá na defesa pelos seus direitos socioambientais.

De acordo com o Estudo Sociojurídico “Caracterização da população beneficiária”, realizada pela Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP) em 2013, caracteriza-se que 312 famílias, atingindo um total de 1.110 moradores da comunidade sofrem com a poluição do meio ambiente, como: água, ar, solo e outras graves violações de seus direitos básicos causado pela mineradora Vale SA e as, respectivas, siderúrgicas instaladas no local, como verificamos no quadro 1:

Quadro 1 – Caracterização socioeconômica das famílias de Piquiá-MA

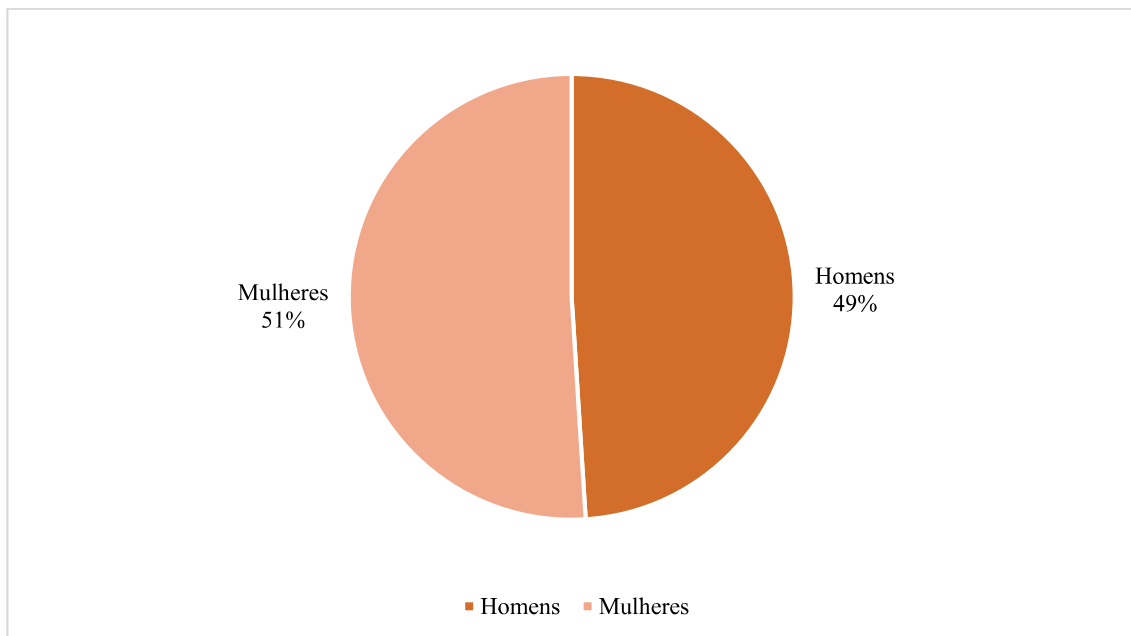
Nº de famílias: 312	Nº de pessoas: 1.110
Nº de famílias em situação de risco: 312	Nº de mulheres chefes de famílias: 82
Nº de idosos: 94	Nº de idosos chefes de famílias: 35
Nº de pessoas com deficiência: 20	Nº de pessoas com deficiência chefes de famílias: 12
Nº de famílias a serem removidas/reassentadas: 312	Renda média familiar: Até 01 salário

Fonte: Atualização Equipe Sociojurídica, 2013.

Observa-se no quadro 1 os grupos familiares, constatando, numericamente, a quantidade de moradores e moradoras e suas respectivas posições sociais dentro da comunidade, elencando: situação de risco a partir da quantidade de famílias atingidas, a predominância do gênero feminino como chefes de família, renda familiar etc.

No que concerne a quantidade de mulheres chefes de família da comunidade, é perceptível que 82 (oitenta e duas) mulheres são responsáveis pelo sustento do grupo familiar e do controle da casa, dando importância para o destaque da luta feminina presente na comunidade, visto que, 51% da população do bairro é feminina, manifestado no gráfico 1:

Gráfico 1 – Sexo/Gênero



Fonte: Atualização Equipe Sociojurídica (2013).

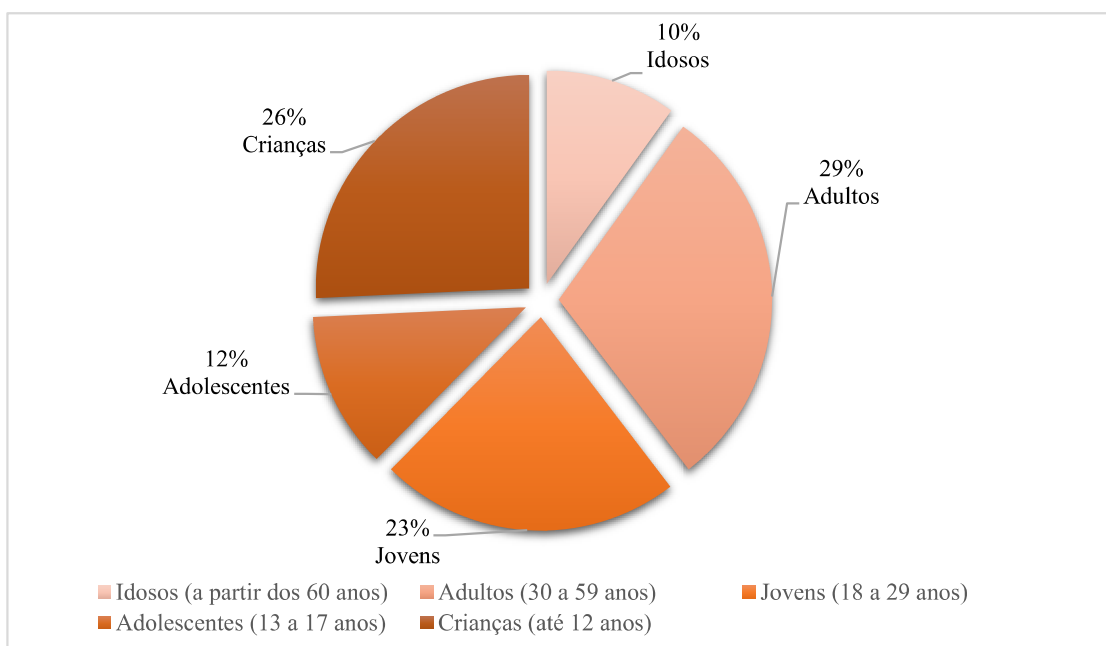
Ainda de acordo com os dados obtidos pela Equipe Sociojurídica (2013), foi identificado que a população de Piquiá é formada, majoritariamente, por mulheres: totalizando uma margem de 506 (quinhentos e seis) mulheres para 493 (quatrocentos e noventa e três) homens. Por isso, a luta de Piquiá é consideravelmente marcada pelo movimento feminino.

Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), o ano de 2019 apresentou uma população brasileira, prevalentemente, feminina. Estima-se que há 51,8% de mulheres brasileiras para com 48,2% de homens brasileiros e que é através desses indícios que determinados temas precisam ser tratados com a veemência do gênero para que alcance uma prospectiva democrática. Na conjuntura da temática socioambiental não seria

diferente incluir as mulheres da comunidade de Piquiá, considerando que foram elas as principais idealizadoras do planejamento comunitário.

Dessa forma, é significativo analisar um pouco além do prisma “sexo e gênero”, revelando que a subdivisão que compõem a comunidade de Piquiá, ou seja, a faixa etária dos moradores e moradoras são de suma importância para dar continuidade no entendimento da luta que portamos sobre o bairro. Verifica-se no gráfico abaixo que o intervalo entre as idades foi definido em 5 (cinco) grupos, sendo tais: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos:

Gráfico 2 – Faixa Etária



Fonte: Atualização Equipe Sociojurídica (2013).

O gráfico 2 apresenta uma população subdivida em conjuntos de: crianças (26%), adolescentes (12%), jovens (23%), adultos (29%) e idosos (10%). A Atualização da Equipe Sociojurídica, realizada pela ACMP, identificou que a população de Piquiá é relativamente jovem, ou seja, contabilizando entre grupos de crianças, adolescentes, jovens e adultos reúnem-se cerca de 90% da população jovem/adulta para 10% de idosos presentes na comunidade.

Avaliou-se também que a composição familiar é de duas a seis ou mais pessoas residentes na mesma casa e que a renda familiar corresponde, predominantemente, a menos de

um salário-mínimo, ou seja, 90% das famílias presentes na comunidade de Piquiá sobrevivem com um valor líquido abaixo de 678 reais mensais.²

Silva (2019, p. 15), enfatiza que “a renda das famílias [em Piquiá-MA] é baseada no cultivo e criação de animais de subsistência, trabalhos assalariados ou os famosos ‘bicos’, recebimento de auxílios oriundos de programas sociais, tal como o Bolsa Família e de aposentadorias ou pensões previdenciárias”, ou seja, a comunidade de Piquiá serve de grande atrativo econômico para o Estado que usufrui dos recursos de exportação em níveis nacional e internacional e experimenta a dor, a opressão e a morte advinda da marginalidade e do esquecimento.

O propósito dos dados citados acima foi estabelecer, quantitativamente, uma breve análise sobre as famílias impactadas pela indústria de mineração e siderurgia em Piquiá, concentrando-se mais adiante no recorte que esta pesquisa se propõe, isto é, na escolha das mulheres que agrupam a justificativa de estudo deste trabalho.

Preconiza-se, contudo, que a prevalência do gênero feminino na comunidade, explicado no gráfico 1 e os grupos diversificados envolvidos pela faixa etária, apresentado no gráfico 2, juntamente com a representatividade feminina coletada na Fanpage da Justiça nos Trilhos a partir das notícias sobre mulheres da comunidade, sucedeu a motivação do aprofundamento das estratégias comunicacionais efetivadas por mulheres, tema a ser desenvolvido no capítulo 5 deste trabalho.

Para além disso, identificamos que Piquiá luta pela ruptura dos discursos de poder relatados pelos grandes empreendimentos que lá se encontram, uma vez que há divergências nas declarações por parte das indústrias, alegando que desde o princípio a zona de Piquiá de Baixo foi pensada para ser um “Complexo Siderúrgico”, percorrendo junto a Rodovia Federal (BR-222) e a Estrada de Ferro Carajás (EFC) como demonstrado no mapa 2, e que a partir de então desenvolveu-se um processo de povoamento, o que não é verídico.

Ainda de acordo com Canabarro (2019, p. 20), o “relato é sempre uma construção, não é um retrato fiel da realidade” e que o sistema de apropriação de alguns discursos, como a preservação da memória de uma comunidade oprimida, pode ocasionar alguns conflitos de interesses, como por exemplo, o apagamento histórico de um povoado inteiro.

Joselma Alves de Oliveira, moradora de Piquiá e ativista ambiental, lamenta a situação sobre os conflitos não só causado pela poluição, mas, sim, pela narrativa de dominação que os

² Como dito anteriormente, o Estudo Sociojurídico da comunidade de Piquiá-MA foi realizado em 2013. No mesmo ano o valor bruto do salário-mínimo era equivalente a 678 reais, ou seja, sem os descontos oficiais obrigatórios previsto pela carteira de trabalho.

empreendimentos siderúrgicos se apropriaram sob os corpos dos moradores e moradoras de Piquiá, relatando que “[...] *além de todas as mazelas que eles causam, eles também roubam a nossa história. Eles modificam a nossa história, eles recontam a nossa história da forma como eles querem contar*”.³

Segundo as moradoras e os moradores da comunidade, as casas residenciais já estavam no local quando as empresas se instalaram e que a primeira dinâmica de distanciamento regida pelas companhias siderúrgicas foi a construção das chamadas “cortinas verdes”, no intuito de inserir um controle “sustentável” dentro da comunidade, sendo, portanto, a separação entre as casas e as indústrias através das árvores, como bem observamos na figura 2:

Figura 2 – Casas de moradores dividem espaço com fábricas de ferro gusa ao fundo



Foto: Fabíola Ortiz /O Eco (2014).

A figura 2 representa o descaso das indústrias dentro da comunidade de Piquiá, uma vez que elas foram instaladas nos quintais das casas residenciais do bairro. Nota-se na figura acima que as “cortinas verdes” não são suficientes para bloquear quaisquer resquícios de ar contaminado, muito menos na ação de equilibrar modelos sustentáveis contra a poluição. É significativo observar como uma das principais lembranças dos moradores e das moradoras do

³ Entrevista presente no livro “Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos”, concedida a Brustolin e Silva, 2021, p. 121.

bairro está no modelo de adequação das empresas, fazendo com que a vivência e a experiência da população sejam altamente deturpadas.

Bosi (1994) analisa que as lembranças são percepções individuais que se complementam na absorção da memória coletiva, podendo ter vários condicionamentos, explicações, pontos de vista. Outrossim, Benjamin (1994) qualifica como “ângulo de observação” o ato de haver narradores distintos pela ciência da mesma história.

Em suma, a comunidade de Piquiá luta, antes de tudo, por existência e pela condição de poder contar a própria história e desfrutar de direitos básicos que lhes foram violados. Para isso é necessário entender, geograficamente, os percursos e as trajetórias que levaram uma comunidade no interior do Maranhão a se destacar na luta pelos Direitos Humanos, reconhecida internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), estas ponderações serão retratadas no tópico seguinte.

4.1 Eixo do Maranhão: percursos políticos, trajetórias sociais e impasse sob a vida no campo

O Estado do Maranhão integra um dos nove estados da região nordeste do Brasil e localiza-se na sub-região Meio-Norte situada na porção oeste nordestina, envolvendo metade do Piauí, sendo coberto por três biomas, tais como: Cerrado (64%), Caatinga (1%) e Floresta Amazônica (35%) (IBGE, 2019). Destaca-se por ser o único estado do nordeste banhado pela área amazônica, estabelecendo divisa a oeste com o Pará, ao sudoeste e sul com o Tocantins e ao leste com o Piauí, ilustrado no mapa 1.

Mapa 1 – Território brasileiro e divisão política



Fonte: IBGE, Diretoria de geociências (2022).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)⁴, o Maranhão soma aproximadamente 7,1 milhões de habitantes e detém de 217 municípios, tendo como principal fonte econômica a produção agrícola, a agropecuária e o setor industrial, como por exemplo, as atividades de siderurgia e mineração que estão presente na região desde a construção do Programa Grande Carajás (PGC).

Compreende-se que o estado maranhense é separado em 5 (cinco) mesorregiões, ou seja, extensões territoriais que se conduzem através dos aspectos físicos, econômicos e sociais, sendo, portanto: Norte-maranhense, Oeste-maranhense, Centro-maranhense, Leste-maranhense e Sul-maranhense. É a partir da extensão entre sul e sudoeste do Maranhão que a cidade de Imperatriz, fundada em 1852 e a segunda maior do Estado em número de habitantes, surgiu com o propósito geográfico de gerar negócios, proporcionando o crescimento demográfico através dos ciclos econômicos⁵.

De acordo com Franklin (2008, p. 169), “o município serve [atualmente] como entreposto comercial e prestador de serviços técnicos e especializados”, por seu fácil deslocamento, considerando que o cruzamento do Rio Tocantins atravessa quatro estados brasileiros, sendo eles: Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão.

Na década de 1960, o município de Imperatriz foi bem avaliado por sua localização situada na Amazônia Oriental, com o propósito de capitanear o direcionamento econômico por meio de projetos que visavam estabelecer grandes empreendimentos na região. Franklin (2008, p. 181) observa que a Amazônia Oriental é bastante explorada por desencadear extrações de recursos naturais, pertencendo, entretanto, “como uma das regiões mais ricas do país em recursos florestais, hídricos e minerais, adequada à instalação de projetos madeireiros, agropecuários, siderúrgicos e energéticos de grande porte”, sofrendo com a interferência de grandes empresas e, principalmente, com o apoio do governo federal e estadual no custeio das instalações.

De acordo com Sousa (2015, p. 134), o Estado realizava múltiplas estratégias “voltadas à ocupação da Amazônia brasileira a partir de 1950”, denominadas de “integrações econômicas” – sendo, portanto, a utilização das forças políticas na construção do crescimento econômico, tais com: 1) Integração física: construção das principais rodovias (BR), reduzindo distância entre um ponto e outro; 2) Integração psicossocial: utilização dos meios de

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 31 de março de 2022.

⁵ A primeira economia cíclica da cidade de imperatriz aconteceu por via de três ciclos: a criação do gado bovino, a extração da seringueira, surgindo, todavia, a matéria da borracha e, por conseguinte, a colheita da Castanha do Pará. Anos mais tarde, a cidade embarcou nos ciclos dos garimpos de diamante e cristal, do ouro e da madeira.

comunicação para difundir a ideia de modernização social e geração de empregos submersos em microrregiões; 3) Recursos diretos de instituições financeiras: investimento baseado em empréstimos por parte do governo federal.

Nesse sentido, a expansão econômica do município de Imperatriz foi marcada pelos programas de desenvolvimento econômico, agindo como um dos principais núcleos de extração de recursos minerais e vegetais e, principalmente, na produção de fontes energéticas. Desde então, a região iniciou o processo de desmembramento, gerando microrregiões com grandes influências econômicas (FRANKLIN, 2008), tal como a cidade de Açailândia.

Açailândia, emancipada no dia 6 de junho de 1981, “se localiza na mesorregião oeste maranhense e na microrregião de Imperatriz” (SOUSA, 2015, p. 208), obtendo um território de 6.687km² e contando com aproximadamente 113.783 habitantes, conforme os dados obtidos pelo IBGE-2021, “tornando-se dessa forma uma das principais cidades arrecadoras das receitas para os cofres do Estado do Maranhão, ficando atrás somente da capital São Luís” (ROCHA et al, 2015, p. 7).

Sendo retratada como Eixo do Maranhão por sua adaptação a atividade econômica da época, visto que até a década de 1980 a cidade de Açailândia era chamada de terra das serrarias, por seu desenvolvimento com a indústria madeireira e sua atratividade econômica, como ilustra a figura 3:

Figura 3 – Indústria Madeireira Sergal: Açailândia, MA – 1983



Foto: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2021).

Ainda de acordo com Sousa (2015, p. 201), as cidades de “Açailândia, Balsas e Imperatriz são os principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense quando se consideram as dimensões econômicas, demográficas e culturais”. Açailândia, por exemplo, tem o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, segundo a base de dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)⁶, e a economia local, atualmente, é impulsionada pelo setor minero-siderúrgico.

Em função disso, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) emitiu uma declaração sobre o crescimento do setor mineral na região maranhense afirmando que o “Maranhão é uma importante fronteira mineralógica, rica em gás natural”, superando até mesmo demandas de países como a Bolívia e o Chile⁷. Essa “importante fronteira” está situada numa comunidade localizada no interior do Maranhão fazendo divisa com outros estados, denominada de Piquiá.

O bairro de Piquiá, localizado na cidade de Açailândia-MA, é um dos mais antigos do município e está dividido em duas dimensões territoriais, Piquiá de Cima e Piquiá de Baixo. Estima-se que as primeiras famílias chegaram por volta dos anos de 1960 e as “as primeiras casas foram levantadas com taipa e madeira, nas proximidades do Rio Cajuapara”, perto do Rio Gurupi, tendo como fronteira o estado do Pará, sendo denominada como “Piquiá de Baixo”, isso se deve pelos inúmeros piquiazeiros do local⁸ e por estar localizada na ala mais baixa da cidade (ROCHA et al, 2015, p. 7).

A partir de 1970 a localidade se expandiu com a vinda de novos moradores atraídos pelas oportunidades de emprego nas serrarias e na agricultura, destaca-se que a escola mais antiga do local foi fundada em 1974⁹. Dona Tida, presidente da ACMP, relembra que ao chegar na comunidade “já tinha muitas famílias porque já tinha colégio com quatro salas de aula, só que não tinha energia, não tinha estrada, não tinha empresa”.

Nota-se que os primeiros moradores e moradoras da comunidade de Piquiá tinham a terra, ou melhor, o “[...] fruto de assentamento de populações vinculadas ao campo (SILVA, 2016, p. 96)”, como a única fonte de subsistência das famílias que residiam no local, levando

⁶ Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/PIB_Municipal_2010-2014_divulga%C3%A7ao.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

⁷ Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/maranhao-e-uma-importante-fronteira-mineralogica-rica-em-gas-natural/#:~:text=Segundo%20Nunes%2C%20o%20Maranh%C3%A3o%20%C3%A9,costa%20maranhense%2C%20revelou%20Rocha%20Neto>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

⁸ É interessante observar que o fruto piquiá, conhecido popularmente como pequi, faz parte da rica cultura alimentar, proveniente, da terra firme da Amazônia.

⁹ Ainda na década de 1970, a escola pertencia ao município de Imperatriz, nomeada “Escola Municipal Almirante Barroso”. Há documentos oficiais, como atas e diários, que comprovam a existência da escola antes das siderúrgicas.

vários trabalhadores rurais a conquistar terras na localidade e cultivar suas plantações, exercendo trabalhos com a agricultura e a pesca.

Dona Tida relata que o sustento da família em Piquiá foi movido pelos trabalhos relacionado à agricultura e, enfatiza, que naquela época a única forma de assegurar a subsistência familiar era plantando, colhendo e habitando na fazenda dos donos da terra.

Nós não tinha terra e trabalhava na terra dos fazendeiros porque na época tinha muito fazendeiro e também tinha muitas pessoas de serrarias e movelarias e ele [marido] trabalhava mesmo na roça. Na roça plantava tudo: arroz, feijão, milho, macaxeira, abóbora, essas coisas todas. Na época, o meu marido trabalhava de roça e tinha muita terra para trabalhar e a convivência era boa (dona Tida).

Desse modo, “os moradores começaram a construir casas na parte de cima, distantes do rio; esse novo local ficou conhecido como “Piquiá de Cima”” (ROCHA et al, 2015, p. 7). No mesmo ano o governo federal financiava “a construção de estradas, como a Transamazônica e a BR-222, esta conhecida como Açailândia-Santa Luzia” (FRANKLIN. 2008).

Inclusive, há relatos por parte dos moradores da comunidade de Piquiá sobre a participação no andamento das construções de rodovias que cortam o município, ajudando, especialmente, no desempenho dos trabalhadores, oferecendo-lhes abrigo, comida e bebida. Rocha et al (2015, p. 7) explicam que o objetivo se consistia em “alojar as famílias que vinham de vários municípios vizinhos. Assim, inicialmente serviu de acampamento para as empreiteiras que construiram a BR-222”, e ressalta que “com a saída das construtoras, o povoado foi habitado por novos camponeses que chegavam esperançosos e confiantes em ter uma vida melhor”.

Diante disso, Hobsbawn (1999) aponta que a comunidade camponesa latino-americana é uma das mais generosas e revolucionárias do mundo, isso porque, ela se propõe em dar sentido à vida no campo, construindo, dedicadamente, a garantia de um ambiente próspero, na esperança de atrair, ainda mais, pequenos agricultores, para que juntos combatam as tomadas de opressões que lhes são impostas e, principalmente, levando dignidade para zonas rurais que cessam de poucos recursos governamentais.

Com base nessas bagagens culturais e, especialmente, nas experiências de vida por parte das moradoras de Piquiá, Tuan (2012, p. 111), esclarece, como “o apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo”, isso se deve, pelo fato de conhecerem “a natureza porque ganham a vida com ela”. Em síntese, os moradores e moradoras de Piquiá cultivavam não só o

milho, o arroz ou a mandioca, mas semeavam a terra como “um repositório de lembranças para manter a esperança”, assim como, colhem suas conquistas a partir das lutas sociais.

4.2 Chegada das siderúrgicas e os impactos socioambientais: primeiras mobilizações sociais na comunidade de Piquiá-MA

Na década de 1980 as indústrias siderúrgicas se instalaram na cidade de Açailândia e, principalmente, dentro da comunidade de Piquiá, por diversos motivos, sobretudo, devido a localização estratégica, sendo uma delas a consequência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), fundada em 28 de fevereiro de 1985, sendo financiada pela Vale SA, antiga Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, que leva o minério de ferro da Serra dos Carajás, no estado do Pará, para o Porto de Itaquí, São Luís – MA.

A descoberta das gigantescas minas de ferro na serra de Carajás, no sudeste do Pará, marca o início dessa engrenagem. A fim de estruturar a extração, transformação e escoamento do minério foi encaminhado, em 1978, o Projeto Ferro Carajás (PFC) para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Dois anos depois, o governo federal reorganizou os investimentos na região criando o Programa Grande Carajás (PGC), integrando o Projeto Ferro Carajás à nova proposta. O PGC estruturou-se numa diversidade de setores a serem explorados e numa extensa abrangência territorial: extração de minério, levantamento de áreas propícias ao aproveitamento agropecuário, rodovias, ferrovias, portos marítimos, um porto fluvial, hidrelétrica. Em 1985, a Estrada de Ferro Carajás teve sua primeira operação de transporte do minério de ferro (BRUSTOLIN; SILVA, 2021, p. 106).

Posteriormente, a EFC se conectaria a outro grande eixo ferroviário construído em Açailândia, a Ferrovia Norte-Sul (FNS). Ainda conforme Brustolin e Silva (2021, p. 6), esses empreendimentos “ligados ao PGC alteraram profundamente povoados ao longo do corredor, com as siderurgias no sul do Maranhão, como em Açailândia e Imperatriz”.

A primeira mudança diz respeito a alusão aos nomes recebidos pela cidade de Açailândia que foi desde “Eixo do Maranhão”, por sua influência econômica norteadada pela indústria madeireira, ao título de “Cidade do Ferro” apontando para as instalações das indústrias siderúrgicas no território.

Essas denominações tem diversos propósitos e fins políticos, isso se deve pelo efeito atrativo das promessas propagadas pelos próprios megaprojetos em questão, culminando a sensação de desenvolvimento econômico e expansão territorial, explicado no capítulo 3 deste trabalho. Silva (2016, p. 99) esclarece que “as promessas ligadas à geração de emprego e renda soavam através dos discursos dos agentes dominantes” e que a cidade de Açailândia “era entendida nesse cenário como uma “metrópole do futuro”, no intuito de:

[...] atender os interesses da emergente indústria siderúrgica maranhense. [...] o município de Açailândia se apresenta como um dos mais importantes núcleos urbanos do estado quando se considera a produção do segmento industrial. [...] Açailândia em razão das condições geográficas, recursos naturais e da mão-de-obra barata e abundante representou um espaço estratégico para o desenvolvimento da siderúrgica. A chegada dos empreendimentos siderúrgicos transformou em um espaço de tempo muito curto as áreas rurais antes destinadas ao cultivo de produtos tradicionais da agricultura familiar (arroz, milho e mandioca) em áreas industriais (SOUSA, 2015, p. 208-226).

Concomitantemente, o bairro de Piquiá recebeu por parte dos megaprojetos o título de “Distrito Industrial de Piquiá”, gerando, no entanto, a origem do nome “Complexo Siderúrgico”, ilustrado no mapa 2:

Mapa 2 – Complexo siderúrgico em Açailândia-MA

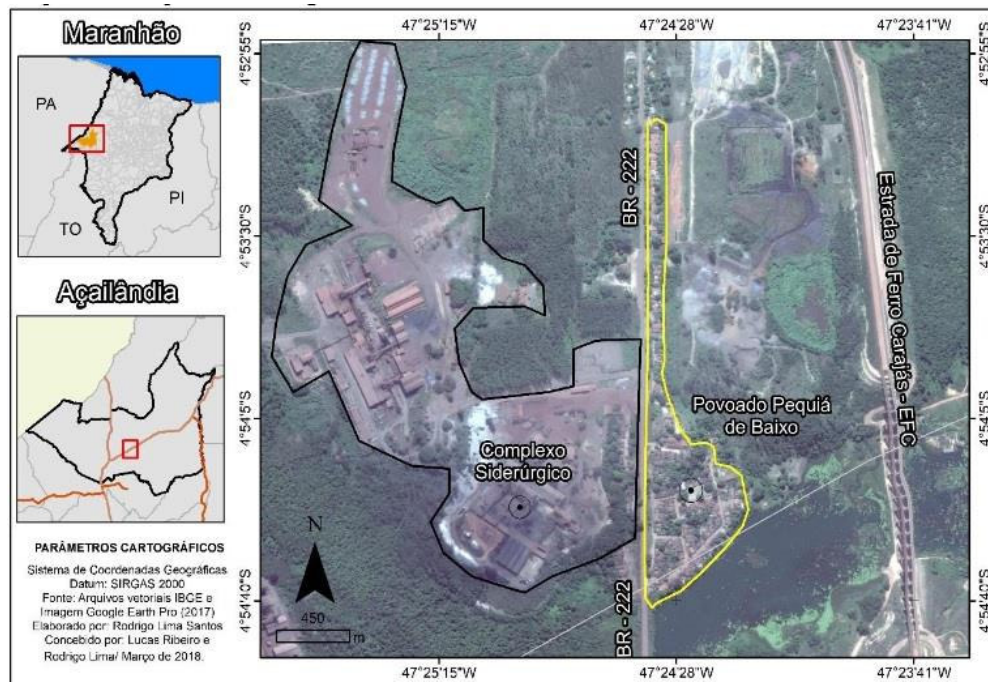


Foto: Santos e Silva (2018).

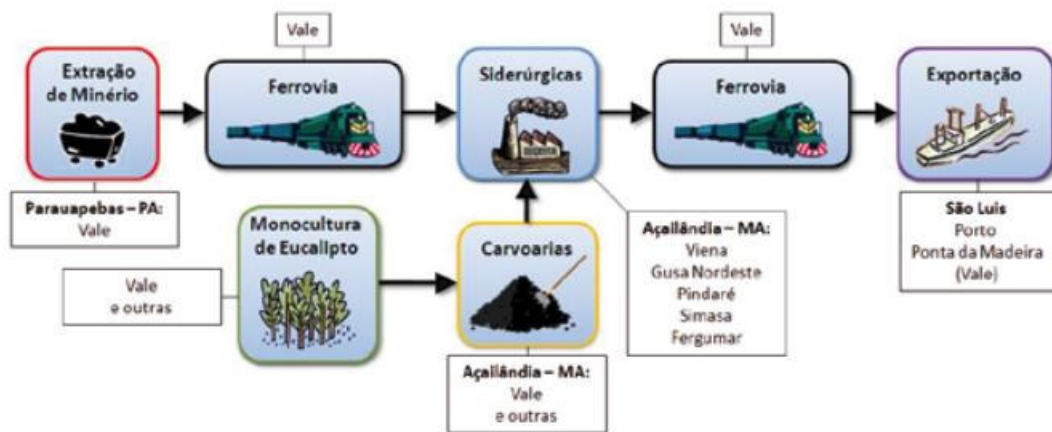
Identifica-se que o Complexo Siderúrgico, como também os pólos minero-siderúrgicos, são grandes aglomerações de empresas que se caracterizam a partir da extração de ferro-gusa, ferro retirado dos altos-fornos com grande proporção de carbono, fabricando, pois, uma liga mediante a redução do minério, matéria primordial para a produção de aço, produto este que causa efeitos adversos quando processados em uma quantidade acima do permitido, principalmente em zonas habitáveis, isso porque:

O ferro-gusa é um produto siderúrgico cuja composição é de 94% de ferro, 4% de carbono, e os 2% restantes, de silício, manganês e outros. É insumo básico para a produção de aço, produzido em processos que envolvem a redução e fusão da carga metálica. São dois tipos: gusa aciaria (utilizado pelas aciarias como complemento ou substituto da sucata) e o gusa fundição (utilizado na produção de peças fundidas de ferro, principalmente para indústria automobilística, implementos agrícolas e similares) (SILVA; QUERIDO, 2018, p. 4 apud XAVIER, 2011, p. 35).

A extração desencadeada pelos megaprojetos minero-siderúrgicos é composta por uma “cadeia” de produção que se formaliza desde a plantação da monocultura de eucalipto, passando pela fabricação do carvão vegetal que visa aquecer estes altos-fornos, a própria redução do minério, seguindo para a locomoção do ferro e, por fim, a exportação da matéria.

A chamada “Cadeia da mineração e da siderurgia”, como mostra na figura 4, fere de todas as formas a existência dos atingidos e atingidas pela Vale SA e pelas empresas locais, seja a partir da poluição, violação dos direitos humanos ou resistência política. O que sabemos é que a denominação correta para essas “metrópoles do futuro” é chamada de “Zonas de sacrifício”, “nome dado as áreas escolhidas para a instalação de grandes empreendimentos causadores de impactos socioambientais (BELFORT, 2016. p. 72).

Figura 4 – Cadeia da mineração e da siderurgia



Fonte: Federação Internacional de Direitos Humanos, FIDH (2011).

Em virtude do crescimento generalizado das indústrias siderúrgicas em Piquiá, a atividade tradicional da agricultura familiar foi de mal a pior, estabelecendo, por assim dizer, a precariedade no setor agrícola para os pequenos agricultores. Em contrapartida, o empreendimento siderúrgico se expandiu desenfreadamente dentro da comunidade, posto que 5 (cinco) siderúrgicas se instalaram em Piquiá, assinaladas no quadro 2:

Quadro 2 – Empresas siderúrgicas instaladas em Piquiá-MA

EMPRESAS	MARCA EMPRESARIAL	CAPITAL SOCIAL	GRUPO/SUBSIDIÁRIA	ANO DE INSTALAÇÃO
Viena Siderúrgica	VIENA	S/A	Grupo Valadares.	1988
Gusa Nordeste	AVB	S/A	Grupo Ferroeste	1993
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	COVAP	S/A	Grupo Queiroz Galvão	1986
Siderúrgica do Maranhão	SIMASA	S/A	Grupo Queiroz Galvão	1993
Ferro Gusa do Maranhão	FERGUMAR	LTDA	-	1997

Elaboração: a autora, 2022.

Compreende-se que das cinco siderúrgicas citadas no quadro acima, apenas a empresa Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar) tem como capital social a Sociedade Limita (LTDA), ou seja, as quotas da empresa são regidas por meio de um capital próprio, diferentemente das demais que se constituem através da Sociedade Anônima (S/A) no qual o capital é dividido em ações, integrando-as em subsidiárias. Vale destacar que a Siderúrgica Vale do Pindaré (Covap) “foi unificada, em 2011, à Siderúrgica do Maranhão (Simasa), conhecida como Siderúrgica Queiroz Galvão” e que todas essas empresas são clientes da Vale SA (FIDH, 2011). Atualmente, “funcionam em Piquiá apenas duas das cinco siderúrgicas que já operaram na cidade: a Viena e a Gusa Nordeste” (PEREIRA et al, 2019, p. 59).

De acordo com Silva e Querido (2018, p. 5), a Viena Siderúrgica é a maior produtora de ferro-gusa da região e uma das mais importantes do Brasil, com cerca de “cinco altos-fornos e capacidade de produção de 1.400 toneladas por dia, podendo chegar a 500.000 toneladas anuais de ferro-gusa”, enquanto a Gusa Nordeste possui até três altos-fornos com capacidade de até 250.000 toneladas anuais de ferro-gusa, totalizando aproximadamente 90 milhões de dólares anuais. Com a polarização da guerra entre Rússia e Ucrânia, a tonelada de ferro-gusa aumentou cerca de 200% a mais do valor conferido no ano de 2020, primeiro ano da pandemia de covid-19.¹⁰

Além disso, as empresas siderúrgicas impulsionam a produção de carvão vegetal, apresentado na figura 4, provocando estragos ainda piores em relação ao meio ambiente em função das plantações do “deserto verde de eucaliptos, plantado para abastecer de carvão os

¹⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2022/04/06/guerra-entre-russia-e-ucrania-com-valor-do-ferro-gusa-mais-carro-fundicoes-sofrem-impacto-inflacionario-na-producao-no-centro-oeste-de-minas.ghtml>>. Acesso em: 25, abril de 2022.

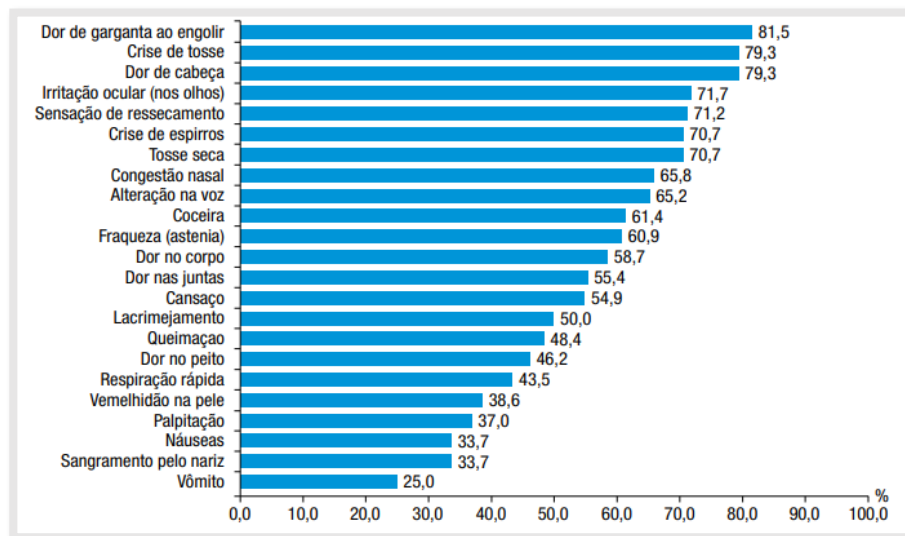
altos-fornos das siderúrgicas em Açailândia” (RIBEIRO et al, 2012, p. 124), formando uma segunda estrutura econômica em Piquiá: as carvoarias.

Destaca-se, portanto, que as produções de carvão vegetal e ferro-gusa e, posteriormente a produção de cimento em Piquiá, ocasionam a contaminação da terra, ar e água, visto que o último ocorre devido “o resfriamento dos altos-fornos presentes nas siderúrgicas que utilizam a água do Rio Piquiá dos Baianos e que retorna superaquecida e com resíduos de metais, deixando-a imprópria para uso da população” (SILVA, 2019, p. 13), gerando doenças respiratórias, enfermidades cutâneas e mortes, como mencionado por Silva (2019, p. 14), a partir das indicações de Rocha et al (2015):

Observa-se diariamente nas residências deste bairro, resíduos oriundos do trabalho desenvolvido pelas indústrias com grande contaminação de pó químico agravando a saúde de seus moradores sendo recorrentes doenças de pele e respiratórias. As patologias englobam problemas respiratórios, tanto agudos quanto crônicos, além de doenças de pele, alta incidência de câncer na população, problemas digestivos, problemas oftalmológicos, abortos, problemas cardíacos e outros. Diversos laudos técnicos constataram que a convivência entre as indústrias e os assentamentos humanos na localidade é inviável.

O relatório “*Brasil, quanto valem os Direitos Humanos?*” organizado pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) em 2011, exposto no gráfico 3, mostra os problemas de saúde mais frequentes relatados pelos moradores e moradoras da comunidade de Piquiá no ano de 2010.

Gráfico 3 – Problemas de saúde mais frequentes nos residentes de Piquiá-MA, 2010



Fonte: Federação Internacional de Direitos Humanos, FIDH (2011).

Dentre as queixas, a dor de garganta ao engolir lidera com 81,5% e as crises de tosse e dor de cabeça empatam com 79,3% de advertência. Os casos mais graves como palpitação, náuseas, sangramento pelo nariz e vômitos ainda tem uma chamativa bastante alta entre 25% e 37%, mas permanecem como os últimos na porcentagem de reclamações.

É importante destacar que as casas dos moradores e moradoras de Piquiá são equipadas com “[...] uma espécie de forro de plástico, que retém o pó que vem das indústrias, os moradores relatam que tiram aproximadamente mais de 5 baldes (5l) de pó de suas casas num intervalo de semana, esse pó causa coceiras no corpo” (BELFORT, 2016, p. 72), causando, por assim dizer, as 23 problemáticas em relação a saúde, apontada pela FIDH (2011).

Outrossim, é inevitável salientar os inúmeros acidentes que acontecem nesse ambiente hostil entre a população de Piquiá e as indústrias, causando algumas ocorrências graves com animais e até mesmo “mortes de crianças no contato com a escória incandescente (larvas) abandonada nas proximidades do povoado pelas empresas siderúrgicas” (ROCHA et al, 2015, p. 10).

Uma das vítimas do terrível descaso por parte das indústrias foi o primo de Joselma Alves de Oliveira. O caso aconteceu três anos depois das instalações das siderúrgicas na região, em que a criança foi parar numa área aberta, sem sinalização de perigo, em que detinha as munhas de carvão, pó quente do carvão vegetal que “quando tocado, manifesta a consistência semelhante à de uma areia movediça, mas incandescente, provocando diversos acidentes” (PEREIRA, et AL, 2019, p. 56).

A tragédia aconteceu porque por fora das munhas não se vê nenhum resquício de material, mas por dentro está super quente. Há outros casos de crianças que se queimaram, mas não morreram, gerando inesquecíveis dores para as famílias e o enraizamento traumático nas lembranças, assim como descreve Joselma em tom emocionado e reflexivo:

Eu tenho um primo, o nome dele é Gilson Alves Bezerra, ele morava em Imperatriz e veio nos visitar em Piquiá e nessa visita... o meu irmão (João) saiu com ele (Gilson) para andar e nesse processo ele afundou e queimou da cintura para baixo e quando meu irmão conseguiu jogar uma madeira para levantar ele, quando levantou ele não tinha mais nem um couro nas pernas e nem as unhas, arrancou tudo, ele ainda ficou internado dois meses e logo depois faleceu. As perdas que nós tivemos na nossa família foi muito grande, são perdas que a gente nunca vai conseguir reparar. Porque a gente perdeu um parente, um primo, foi muito difícil porque na época não tínhamos nenhum tipo de acompanhamento e não tinha como entrar na justiça na época (Joselma Alves).

Durantes a entrevista Joselma para por alguns segundos, chora e logo em seguida pede desculpas. Esse depoimento mostra como são múltiplas as violências cometidas pelos

megaprojetos na região de Açailândia e diversos impactos socioambientais, seja de caráter físico, como a poluição estridente; emocional, com as perdas de identidades, perdas familiares e, principalmente, a violência social que envolve a difamação por parte das empresas contra os moradores e moradoras e até mesmo espionagens no momento das denúncias.

Para Larissa Santos (2018, p. 33), “o município de Açailândia é um dos territórios com o maior número de denúncias sobre violações de direitos em decorrência da atuação da Vale SA e das siderúrgicas que foram instaladas desde a década de 1980”, por outro lado, é o lugar cujas mobilizações frente ao descaso socioambiental se exprimem a partir dos movimentos sociais.

Diante disso, as bandeiras de luta traçadas em Piquiá operam sob efeito dos avanços aos direitos sociais, destacando a saúde e a qualidade de vida como as duas estruturas primordiais para o bem-estar social, estas incluídas por lei. Conforme o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, regido pela Emenda Constitucional nº 96 de 2015, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Desde o início, antes e depois das ocupações siderúrgicas, Piquiá sempre se mobilizou em prol da qualidade de vida e da defesa socioambiental, surgindo, antes e depois das indústrias, a construção de duas principais organizações comunitárias feitas pelas mãos dos próprios moradores e das moradoras da comunidade, tal qual: o Clube de Mães do Piquiá e a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), como bem observado no quadro 3.

Quadro 3 – Organizações Comunitárias em Piquiá-MA

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	OBJETIVO	FUNDAÇÃO	CONQUISTAS	COLABORAÇÕES
CLUBE DE MÃES DO PIQUIÁ	Nasceu com o objetivo de ajudar às mães carentes, idosos, as crianças, bem como em outras necessidades da comunidade.	03 de abril de 1982	O clube de mães conseguiu um poço para benefício da comunidade, bem como cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade, além de cursos e orientação às famílias.	Hoje o Clube de mães é uma Entidade Pública Municipal reconhecida pela lei 388/2012 e conta com uma sede própria no bairro e um poço artesiano, ambos conseguidos através de doação.
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS	Surgiu com o objetivo de estudar e realizar projetos em		A partir de 2007, a ACMP travou uma luta contra as indústrias guseiras	A comunidade tem representações nos Conselhos Municipais de:

MORADORES DO PIQUIÁ (ACMP)	favor da comunidade e tomar outras providencias quando necessário.	07 de junho de 1989	e a empresa Vale, em favor da dignidade humana na comunidade.	Saúde, Merenda Escolar, Cidades, cujo objetivo é realizar o controle social do município.
----------------------------	--	---------------------	---	---

Fonte: Atualização Equipe Sociojurídica, 2013.

Organização: A autora, 2022.

A criação do Clube de Mães, por exemplo, erguida braçalmente pelas mulheres da comunidade, foi fundada no dia 3 de abril de 1982 e na maior parte do tempo funcionou como um ponto de apoio no que se refere aos cuidados da maternidade, especialmente, se tratando do armazenamento dos bancos de leites maternos e outras necessidades básicas, em prol de ajudar mães carentes, crianças e até mesmo idosos, tornando-se um dos múltiplos símbolos de união e resistência entre as mulheres de Piquiá.

O mais interessante é que a construção do local foi idealizada pelas próprias mulheres, uma vez que, as mesmas carregaram tijolos e ergueram o prédio. Dona Tida narra com orgulho a criação e a união das mulheres da comunidade para garantir o Clube de Mães e a Igreja Católica na região, ambas erguidas por mulheres:

A gente conseguiu o terreno, a gente pediu o terreno e ganhamos o terreno e fomos trabalhar para construir o salão. O salão não era muito grandão porque o serviço sem dinheiro e só de mulher... [...] Nós carregava água do brejo na cabeça para fazer a massa e levantar as paredes, pra tudo, tudo foi nós. Só as mulheres, não tinha homem não! Só meu marido que ajudava um pouco, ele dizia: “Eita, hoje eu tô tão cansado. Hoje eu não vou trabalhar e vou te ajudar” e ele ia no meu lugar e eu ficava em casa. Para construir tanto o salão do Clube de Mães como a Igreja, foi um serviço só de mulher. Nós chegamos pegar enxada pra arrancar os tocos de lá. Era bom, a gente fazia aquelas farofa e suco e levava pra lá. Lá a gente brincava, contava piada e arranca toco e limpava o terreno da igreja. Era um mutirão só de mulher, era muito bom (dona Tida).

A partir desse “mutirão só de mulher” que o Clube de Mães foi reconhecido como uma Entidade de Utilidade Pública através da Lei Municipal nº 388, de 11 de maio de 2012, sancionada pela Prefeitura Municipal de Açailândia-MA. A Lei 388/2012 reivindica como circunstância obrigatória o parecer anual com as atividades desenvolvidas na comunidade no intuito de preservar, documentalmente, as prestações de serviços da organização comunitária à população de Piquiá.

Queiroz e Praça (2021, p. 11-12) avaliam que é por meio destes “grupos de resistência majoritariamente femininos que destacavam-se as organizações de bairro e periferias urbanas, bem como os grupos de reflexão da Igreja católica e associações de mães”, isso porque, “uma

vez protagonistas políticas, as mães possuem grande potência de sensibilização e reunião simbólica de outros ativistas, sejam homens ou mulheres”.

A primeira conquista do Clube de Mães já como Entidade Pública está centralizada na aquisição do poço artesiano para benefício próprio da comunidade, percorrendo, desde então, outros planos de ação, como as doações de cestas básicas para famílias carentes e a viabilização de cursos e orientações para as famílias locais. Atualmente, o Clube dispõe do espaço para ministrar oficinas de artesanato proporcionando renda extra para mulheres artesãs.

Já com a instalação do parque siderúrgico na comunidade e todos os impactos eminentes contra os moradores e moradoras de Piquiá, se fez necessário ampliar as demandas sociais para além do Clube de Mães e direcionar as pautas das lutas para outros órgãos, bem como as instituições de ensino, fundações etc., na esperança de receber visibilidade e atenção do Estado que detém de ações bem mais potentes, criando, sete anos depois do Clube de Mães, a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP).

No tocante, a ACMP, citada já algumas vezes no decorrer deste trabalho, foi fundada no dia 7 de junho de 1989 pelo morador Edvard Dantas (*In memoriam*), tendo como objetivo inicial estudar e realizar projetos sociais na busca por entendimento dos efeitos provocados pelas indústrias de mineração e siderurgias e os, consequentes, danos às famílias da comunidade.

É plausível afirmar que a luta das mulheres de Piquiá vem desde a criação do Clube de Mães e da construção da Igreja ou até mesmo de antes, mas cabe aqui lembrar que Seu Edvar viabilizou-as para que dessem continuidade nas lutas e resistências pelo povoado de Piquiá a partir das participações efetivas na ACMP. Dona Tida relembra que “*quem começou a luta mesmo foi Seu Edvar, Seu Edvar Dantas Cardeal, foi ele que começou essa luta aqui. Chamando a gente para entrar nessa luta e a gente ajudou ele porque ele tava muito interessado*”.

Na tentativa de ir mais além contra as ações empreendidas pela Vale SA e as demais siderúrgicas presentes na comunidade, Seu Edvar (*In memoriam*), que na época era o presidente da ACMP, enviou, no ano de 2005, uma carta para o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) denunciando a poluição e o descaso público e relatando a situação precária em que a comunidade se encontrava, demonstrando profundo pesar pelas crianças que cresceriam no meio do efervescente pó de minério, pela saúde de todos os moradores e, especialmente, pela escassez de trabalho e moradia digna.

A súplica por saúde, justiça e dignidade escrita na mensagem de Seu Edvar (*In memoriam*) recebeu uma resposta da Secretaria da Presidência e foi primordial para que o

“pequeno presidente da associação conseguisse levar aos poucos e tecer ao seu redor uma forte rede de assessores e aliados”, mobilizando vários coletivos para que “hoje suas denúncias e reivindicações chegassem até as instituições internacionais de defesa e garantia de direitos”.¹¹

É nesse contexto que a comunidade de Piquiá se comporta diante das políticas transformadoras defendida por Freire (1992), utilizando a comunicação como um instrumento de conhecimento e experiências, discorrido no capítulo 3 deste trabalho. As cartas, por exemplo, fazem parte das inúmeras estratégias comunicacionais utilizadas pelos moradores e moradoras de Piquiá, mas também não deixa de ser uma prática de exclusão tendo em vista que o Brasil é um país “empobrecido, com poucos recursos tecnológicos e com altos índices de analfabetismo e com uma parcela considerável de brasileiros que ainda utilizam a carta como principal meio de comunicação” (GORRESE; JABLONSKI, 2002, p. 38).

Seu Edvar (*In memoriam*) foi o precursor dentro da comunidade nesse tipo de manifestação comunicacional, passando a escrever várias outras cartas, dialogando com seus sentimentos diante da luta por justiça e incentivando suas companheiras e seus companheiros, mulheres e homens, na luta pela vida digna.

Avalia-se inicialmente que vinte e uma (21) pessoas, incluindo Seu Edvar (*In memoriam*), entraram ativamente na luta contra os empreendimentos siderúrgicas. Joselma Alves de Oliveira esclarece que a sua família fazia parte das vinte e uma pessoas e que, junto a Seu Edvar (*In memoriam*), cobraram soluções e receberam mais descaso ainda.

“Nós começamos esse processo de luta com 21 pessoas e chegou no homem, que na época era presidente da empresa, lembro que Seu Edvar Dantas foi junto, que já faleceu, ele era o presidente da Associação na época, eles trataram como brincadeira” (Joselma Alves), foi a partir desse dia que o caso foi acionado na justiça e perdura até os dias de hoje na luta pelo reassentamento da comunidade.

De lá para cá outras cartas foram escritas na esperança de denunciar a situação alarmante vivenciada pelos moradores e moradoras da comunidade. No dia 23 de novembro de 2011, mais uma vez, Seu Edvar (*In memoriam*) escreveu outra carta destinada agora para seu neto, Moisés. O pedido de perdão ao neto e os relatos da luta são desenvolvidos nas seguintes palavras:

¹¹ Entrevista do Pe Dário Bossi, missionário comboniano, ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/548294-comunidade-de-piquia-de-baixo-deslocamentos-forcados-e-a-ausencia-do-estado-brasileiro-entrevista-especial-com-dario-bossi>>. Acesso em: 28 abril de 2022.

Caro Moisés, me desculpe. Quando você souber ler e conseguir entender minha carta, não sei se ainda estarei aqui (também porque dizem que toda essa poluição, além de partir o coração, mata os pulmões da gente!). Mas desde já peço desculpa por entregar-lhe uma casa e um povoado tão sujo e destruído. Tentei de muitas maneiras impedir toda essa violência, sabe? Até os padres deram risadas quando souberam que um dia, desesperado, escrevi ao presidente Lula! Estudei até a oitava série incompleta, não tinha ideia de quem podia me ajudar. Mas o presidente me respondeu, viu?! Me disse de contatar “os órgãos encarregados”. Graças a Deus que os padres e o Centro de Defesa se juntaram a mim e me orientaram. Eu sinto que são amigos. Isso queria te dizer: escolha desde cedo amigos de confiança! Um amigo não é quem faz as coisas para ti, mas quem te incentiva e ensina como fazer acontecer um sonho. Isso mesmo, um sonho. Sabe, Moisés, nunca perca seus sonhos. Hoje em dia alguém pode até querer comprá-los, como fizeram as firmas do plantio de eucalipto com os meus colegas: compraram suas pequenas terras para dar espaço à monocultura, para produzir carvão para as siderúrgicas, e com isso muitos companheiros meus venderam seus sonhos por dinheiro. Meu sonho sempre foi sair daqui. Claro, cheguei antes das siderúrgicas e teria direito de ficar no lugar delas. [...] Quando chegaram, logo se levantou uma cortina de fumaça entre as firmas e nossas casas: além da poluição, me fez pensar que desde o começo tinham algo a esconder e que todas aquelas promessas não iriam se realizar tão facilmente. [...] Às vezes também os avós se iludem e sonham que nem um jovem inexperiente... afinal é a esperança que nos sustenta. Mas aprendi, Moisés, que a esperança é uma criança que precisa de duas irmãs mais velhas: a paciência e a sabedoria. Pois é, Moisés, enquanto os pobres custam a sobreviver, os grandes continuam crescendo. Mas dessa vez a contradição está sendo gritante aos olhos de muitos, e esses empreendedores têm um medo danado de estragar sua imagem! Aqui no Piquiá costumamos repetir que também nossos gigantes têm os pés de barro! Somos nós o barro desses poderosos: até quando ficarmos calados e obedientes, eles permanecem de pé. Mas se o barro começa a se mexer, meu amigo... saiam todos da frente! Moisés: eu me mexi, também em teu nome. Espero que essa onda não se acalme mais. Com carinho, teu avô Edvar (ACERVO PESSOAL, 2011).

A partir desses registros, Gobbi (2005) identifica a produção das cartas como um documento autobiográfico de ordem individual ou coletiva, podendo ser um escrito de memórias, no qual os moradores e moradoras utilizam como exercícios de confidências, especialmente quando inseridos numa realidade brutal de esquecimento.

Certifica-se, portanto, que todas as ações construídas e encaminhadas pelas moradoras e os moradores de Piquiá em prol de uma vida digna e pelo bem-estar social, seja a construção do Clube de Mães, da Igreja local ou até mesmo das mobilizações dirigidas dentro da ACMP, possuem características comunitárias, em outras palavras, fortalecem o planejamento das famílias atingidas, objetivando e conquistando um futuro digno através do apoio das entidades não governamentais junto com as estratégias de comunicação.

4.3 Comunicação como ato e efeito: as mídias como instrumento de transformação

As articulações sociais na comunidade de Piquiá são bastante precisas e tendem a receber apoio de várias entidades não governamentais, destacam-se os missionários combonianos que atuam na Paróquia e a Associação Justiça nos Trilhos (JnT), juntamente com

outros movimentos sociais que visam defender e preservar os direitos humanos e a construção da cidadania, vejamos no quadro 4:

Quadro 4 – Entidades Não Governamentais que apoiam a luta em Piquiá-MA

ENTIDADES	ATIVIDADE
PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA	Hoje desmembrada e denominada, na área de Piquiá, Paróquia Santa Luzia é coordenada pela congregação religiosa dos Missionários Combonianos, cuja prioridade no local é a evangelização com especial atenção à promoção da justiça socioambiental e cuja metodologia é a educação e o protagonismo popular, a Paróquia atualmente abrange o inteiro distrito industrial de Piquiá e toda a área rural em sua volta.
ASSOCIAÇÃO JUSTIÇA NOS TRILHOS	Rede de comunidades atingidas pelas operações do ciclo de mineração e siderurgia ao longo do Corredor Carajás, com a assessoria de movimentos sociais, grupos de pesquisa acadêmica, pastorais e sindicatos, militantes voluntários. Tem articulações estadual, nacional e internacional e acompanha especificamente em Açailândia as questões relativas à poluição siderúrgica.
CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS – CARMEN BASCARÁN	Luta especificamente contra o fenômeno do trabalho escravo com assessoria jurídica e acompanhamento de vítimas, buscando também a prevenção de aliciamento; acompanha desde o começo a causa de Piquiá.
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST E SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE AÇAILÂNDIA	Acompanham a resistência dos moradores através de formação e articulação com alguns assentamentos de Açailândia, com troca de experiências e saberes.

Fonte: Atualização Equipe Sociojurídica, 2013.

Organização: A autora, 2022.

Ressalta-se que o apoio das entidades citadas no quadro 4 foi bastante importante para que a luta de Piquiá alcançasse uma visibilidade bem maior, além das cartas e manifestações dentro do próprio bairro como discutido anteriormente. Na verdade, a utilização das mídias foi essencial para que mulheres, homens, crianças e idosos fossem ouvidos por outras comunidades que passam pela mesma situação.

Peruzzo (1998, p. 148) define a comunicação como “[...] um processo de construção de sentido agregador de novas perspectivas de ação cidadã”. Foi por meio destes pequenos processos que Piquiá se transformou, nacional e internacionalmente, em um exemplo de luta, mobilidade e transformação diante dos contextos minero-siderúrgicos.

A primeira ação foi efetivada pela Paróquia São João Batista, chamada atualmente de Paróquia Santa Luzia, direcionada pelos missionários combonianos que exerceram e continuam exercendo dentro da comunidade apoio e incentivo à luta dos moradores e moradoras de Piquiá e região. Em 2006, por exemplo, a igreja começou a circular o primeiro jornal de Piquiá, denominado *Jornal Nossa Voz* (2006-2014)¹², tendo um período de circulação de 9 anos, o informativo foi inicialmente elaborado pela Associação Frei Tito, em Piquiá de Baixo, mas depois passou a ser produzido pela paróquia São João Batista, no intuito de defender as reivindicações dos moradores e moradoras da comunidade, apresentada na figura 5:

Figura 5 – Jornal Nossa Voz



Fonte: Acervo digital – Joimp (UFMA).

O jornal era distribuído no formato impresso. Foi identificado que as notícias que contém as mulheres no centro das pautas sempre eram associadas as famílias, isso se deve pelo fato de que as mulheres representam o grupo familiar, principalmente em Piquiá, visto que “seu corpo está, desde o início, marcado por significados culturais” (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 56).

¹² Esse material pode ser encontrado no acervo digital no site do Grupo de Pesquisa, Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP), a partir das atividades do Centro de Documentação de Jornalismo de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Acesso: < <http://www.joimp.ufma.br/acervodigital>>.

Já no ano de 2007 surgiu a Justiça nos Trilhos, inicialmente caracterizada como “Campanha Justiça nos Trilhos” e logo depois recebeu o nome de “Rede Justiça nos Trilhos”. Atualmente é chamada de Associação Justiça nos Trilhos, sendo, entretanto, uma articulação de movimentos sociais, organizações não-governamentais, grupos de estudos e cidadãos que atuam em defesa de direitos socioambientais das comunidades atingidas pela Estrada de Ferro Carajás. A criação da JnT aconteceu por meio dos missionários combonianos e, hoje, detém de uma equipe formada por jornalistas, advogados, administradores e educadores populares.

Observa-se também que o apoio das demais entidades, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia, são bastante importantes para o que Santos (2018) defende, afirmando que comunicar é conviver e dialogar entre os movimentos.

Atualmente a Associação Justiça nos Trilhos é a que mais se destaca na comunidade de Piquiá, ganhando força e notoriedade de “entidades que defendem os Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais em numerosas nações do mundo (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018)”, colaborando e inserindo os moradores e moradoras de Piquiá e região vizinha nas atividades, eventos nacionais e internacionais, e nas notícias que são publicadas nas plataformas digitais da Justiça nos Trilhos, como por exemplo: Facebook, Instagram, Twitter e o Site Oficial da JnT, resultando-se em “movimentos sociais em rede” (CASTELLS, 2013, p. 142).

É a partir dos “movimentos sociais em rede”, definido por Castells (2013), que as comunidades lideradas por mulheres vêm conquistando espaços nas esferas digitais. Observa-se na produção de conteúdo da Fanpage Justiça nos Trilhos que as mulheres da comunidade de Piquiá estão inseridas tanto na produção de conteúdo, produzindo fotos, vídeos e textos, como sendo fontes das notícias publicadas, “reinventando a democracia” e utilizando o viés da comunicação popular para “lutar, debater, evoluir e, por fim, se dissolver em suas atuais condições de existência, reaprendendo a conviver (CASTELLS, 2013, p. 142)”.

4.3.1 Justiça nos Trilhos como interface da comunicação popular: representatividade feminina na Fanpage da JnT

Em 10 de janeiro de 2012 foi criada a Fanpage da Justiça nos Trilhos com o objetivo de divulgar a luta das comunidades afetadas ao longo do Corredor Carajás e ampliar o debate público dentro da plataforma do Facebook, no intuito de proporcionar aos atingidos e atingidas

pela indústria minero-siderúrgica a existência em diferentes meios de comunicação, isso porque, “as redes amplificam a conectividade dos grupos sociais (RECUERO, 2009, p. 108)”. A comunidade de Piquiá é bastante ativa nesse tipo de ferramenta comunicacional, pois manifestam suas lutas sociais a partir dos veículos de comunicação não tradicionais, dialogando entre comunicação popular e a mídia alternativa.

Entre janeiro de 2012 a janeiro de 2022, ou seja, 10 anos da Fanpage da JnT, as mulheres da comunidade de Piquiá, por exemplo, foram as mais representadas na plataforma. Das 102 publicações sobre a luta da comunidade, elas aparecem em 71 publicações sendo líderes comunitárias e símbolos de resistência em diferentes gêneros jornalísticos, tais como: informativo, opinativo e utilitário. Essa inserção faz parte das múltiplas estratégias advindas da comunicação popular exprimindo as lutas e transformações sociais, proporcionando o exercício da cidadania e a construção da identidade de uma comunidade que luta contra o descaso socioambiental.

Observa-se que o gênero informativo se faz presente na maioria das notícias publicadas sobre as mulheres de Piquiá, sendo retratadas, portanto, em formatos como: notícias, reportagens, notas e entrevistas. Há um total de 53 publicações, das 71 em que elas estão representadas, que são do gênero informativo, tendo como objetivo principal informar sobre os acontecimentos da comunidade a partir da visão feminina, visto que muitas delas estão à frente das lutas e manifestações sociais.

Muitas das publicações homenageiam a luta feminina no bairro e apresentam o perfil da mulher em questão, contexto familiar e atuação na comunidade. Há uma publicação que expressa gentilmente o sentido dessa afirmação, como por exemplo, a do dia 2 de abril de 2017 que retratava a moradora Joselma Alves de Oliveira como uma “*mulher brasileira representando mais de 300 famílias da comunidade de Piquiá de Baixo (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017)*”¹³. Outra notícia no mesmo formato foi publicada em 21 de agosto de 2017 que homenageava todas as moradoras da comunidade, intitulada “*Mulheres fortes, de luta, que nunca deixam a peteca cair (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017)*”.

O quadro 5 mostra todas as mulheres que foram representadas nas publicações na Fanpage da Justiça nos Trilhos entre janeiro de 2012 a janeiro de 2022:

¹³ Disponível em: <

<https://www.facebook.com/page/277811738943457/search/?q=mulher%20brasileira%20representando%20mais%20de%20300%20fam%C3%ADlias%20da%20comunidade%20de%20Piqui%C3%A1%20de%20Baixo>.

Acesso em: 10 maio de 2022.

Quadro 5 – Mulheres representadas nas publicações da JnT (2012-2022)

Mulheres de Piquiá	Menções
Joseth Carvalho	2012
Joselma Alves de Oliveira	2013-2020
Dona Luza	2014
Francisca Silva (Dona Tida)	2017-2021
Dona Luzinete	2015
Dona Angelita	2016
Dona Maria Aldenir	2016
Kaya	2016
Kelly Silva	2020
Gerliane chaves	2017
Jordania Silva	2017
Carmen	2017
Rosineide Moraes	2017
Antônia Flávia Nascimento	2017- 2021
Antônia Maria Lima	2018
Wendelly	2020
Ana Maria Souza	2020-2021
Tifhanny, ex-moradora	2012

Fonte: A autora, 2022.

Essa busca na Fanpage da Justiça nos Trilhos dialoga com o método biográfico, pois nos ajuda a compreender quem são as mulheres da comunidade, como elas são representadas e como atuam pela comunidade. O quadro acima contém o nome de todas as moradoras que foram fontes das publicações, ao todo 18 mulheres foram citadas, algumas no período de um ano, e outras no decorrer de dois ou mais anos. Ressaltamos que em algumas publicações não há perfil de uma única mulher, elas são citadas no formato geral, apenas como “mulheres do bairro”, enquanto em outras publicações encontramos o nome de três ou mais moradoras.

Nomes como Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento foram os mais citados tanto em pautas que tinham como viés o olhar feminino, como em pautas quem representavam o contexto geral do bairro. A partir disso, são essas moradoras que nos permitiram entender como funciona as estratégias comunicacionais da comunidade de Piquiá, tendo em vista que elas são “as principais protagonistas nesta mudança” (FEDERECCI, 2020, p. 2).

O capítulo 5 deste trabalho vai apresentar o perfil de Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento e a importância que cada uma representa para a comunidade de Piquiá, discorrendo sobre quem são elas, o sentido da luta, as estratégias comunicacionais, o que elas defendem e qual o legado que cada uma delas estão deixando para as famílias da comunidade e as futuras gerações.

5 QUANDO VOCÊ LUTA POR UMA COISA, O SABOR É DIFERENTE

[...]

*Sinto que o respirar é cada vez mais pesado.
Sinto que o resistir tem seus altos e baixos.*

*A sensação de pertencimento a um território
se dá mais pela dor do que pelo amor. Só que é aqui
que as lutas e resistências se encontram.
Até que a gente não mais respire.*

(Wanessa Afonso Andrade, Meu território)

Abrimos o título deste capítulo com uma frase dita ao final da entrevista feita com a moradora Joselma Alves de Oliveira: “*Quando você luta por uma coisa, o sabor é diferente*”. Por esse motivo, neste capítulo nos propomos em responder as problemáticas que originaram a delimitação desta pesquisa, tendo por objetivo compreender as estratégias de comunicação, visando mudanças políticas e sociais adotadas pelas mulheres da comunidade de Piquiá contra a poluição e a morte, a partir dos seguintes problemas: quem são as mulheres que lutam pela comunidade de Piquiá-MA? o que elas defendem? Quais são as estratégias comunicacionais que elas utilizam para ecoar suas vozes na comunidade e fora dela? e, por fim, quais os legados que elas estão deixando para as futuras gerações?

Nesse sentido, analisamos as narrativas de três moradoras que se mobilizam em prol da comunidade de Piquiá, sendo elas: Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento. Trataremos elas como sujeitas de estudo, sendo, portanto, observadoras da própria realidade, baseando-nos no método biográfico, e não como triviais objetos de análise que pode ser relacionado a um fenômeno observado, assim como categoriza Bell Hooks (2019, p. 45) avaliando o termo como uma “[...] autotransformação ativa, um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito” político, na tentativa de acentuar a personalidade do indivíduo, o testemunho e a compreensão social dos fatos narrados (GOBBI, 2005).

O critério de escolha para selecionarmos, especificamente, estas três moradoras da comunidade se deve por dois aspectos: 1) O recorte aprofundado da pesquisa de Iniciação Científica (IC) desta autora sobre a representatividade feminina em Piquiá a partir das publicações na Fanpage Justiça nos Trilhos (JnT) entre os anos de 2012 a 2022, apresentado brevemente no capítulo 4 deste trabalho, na qual identificou que há uma presença efetiva das

moradoras Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento nas pautas, contendo até mesmo homenagens e; 2) As articulações sociais de Francisca, Joselma e Antônia Flávia dentro e fora da comunidade, dando destaque para as atividades desempenhadas por elas na Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá, tendo em vista que todas as três possui/possuíram cargos importantes tanto na diretoria como no conselho fiscal da ACMP.

As três entrevistas foram realizadas através do plano de atividades do Projeto de Extensão “Cartografia Social de Piquiá, em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, políticas e ativismos digitais”, na qual a autora e a orientadora desta pesquisa fazem parte, com apoio de parceiros acadêmicos, professores doutores e graduandos, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), tendo como recurso financeiro a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) a partir do edital FAPEMA nº 002/2019.

Certifica-se que as entrevistas ocorreram por meio do formato híbrido, ou seja, mesclando entre o modelo on-line e presencial, devido as orientações restritivas de distanciamento em decorrência da Pandemia de Covid-19. As primeiras entrevistas aconteceram no ano de 2021 entre os meses de julho e agosto, respectivamente com Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento, no formato on-line, a partir das plataformas Meet-Google e Zoom, como ilustrado na figura 6:

Figura 6 – Print da entrevista com a moradora Antônia Flávia

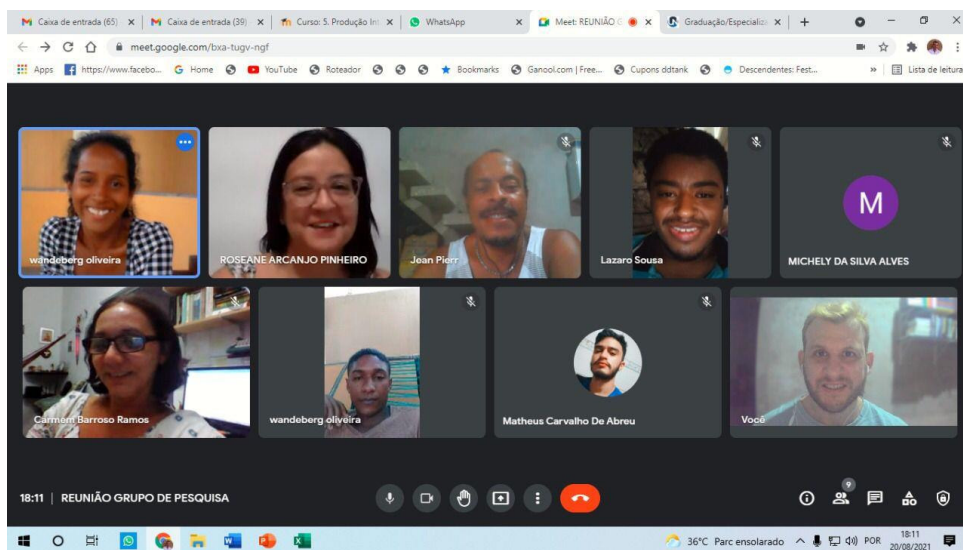


Foto: Roseane Arcanjo Pinheiro, 2021.

As entrevistas no formato on-line foram gravadas a partir de um recurso tecnológico obtido pelas próprias plataformas Meet-Google e Zoom que permitem a gravação da tela, logo obtivemos o material com som e imagem incluso. Já no ano de 2022, decidimos em equipe, a partir das flexibilizações e do uso de máscara e álcool em gel, efetuar as entrevistas no formato presencial. Para isso, contamos com a disponibilidade de Francisca Sousa Silva, presidente da ACMP, que recebeu o grupo no Centro Comunitário, localizado em Piquiá da Conquista, como exposto na figura 7:

Figura 7 – Entrevista com Dona Tida em Piquiá da Conquista, Açailândia-MA



Foto: Ramon Santos Lopes, 2022.

A entrevista feita com Francisca Silva no Piquiá da Conquista contou com dois suportes: vídeo e áudio, de modo a ter o conteúdo nos dois planos. Observa-se no decorrer das entrevistas que a situação atual da vida de cada uma das mulheres refletia muito nas falas, nos posicionamentos e no modo como a entrevista poderia ser conduzida.

Por esse motivo, a entrevista com dona Francisca Sousa Silva foi mais expansiva por já estar no formato presencial e dentro do Piquiá da Conquista; Joselma Alves de Oliveira se revelou mais aberta as perguntas sobre a luta das mulheres na comunidade e o processo de enfrentamento contra as indústrias e; Antônia Flávia demonstrou ao longo da entrevista estar um pouco mais tímida e ansiosa, devido os últimos acontecimentos em sua vida, como bem relata que *“desde a minha última gravidez tive problemas de ansiedade e foram problemas muito fortes e intensos (Antônia Flávia)”*.

Indubitavelmente, a pesquisa biográfica permite um aprofundamento ampliado acerca da apresentação inicial do perfil dos sujeitos de estudo, no caso, das sujeitas de estudo. Atingindo, contudo, uma combinação de elementos cronologicamente importantes para o desenvolvimento que “dependem diretamente do exercício da lembrança”, norteados “as várias formas dessas narrativas” (GOBBI, 2005. p. 91). Por isso, começamos descrevendo as trajetórias de vida de Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento, exatamente nessa ordem, para que adiante possamos nos entranhar nos temas sobre as estratégias comunicacionais e a luta feminina.

Começamos com Francisca Sousa Silva, conhecida popularmente como dona Tida, nasceu no estado do Ceará, no município de Campos Sales. Filha de Manuel Vieira de Sousa e Josefa Maria da Conceição, formavam uma família de onze irmãos. Por volta de 1952, quando tinha apenas 6 anos de idade, a família decidiu morar em uma cidade chamada São Domingos do Maranhão. Ao completarem dez meses morando na região, Tida e os irmãos ficaram órfãos de pai, tendo o trabalho da mãe como o principal meio de subsistência da família.

Aos 9 nove anos de idade, como era de costume para a época, Tida foi morar na casa de uma vizinha e começou a trabalhar como babá, estendendo para os serviços domésticos, para aliviar nas despesas da casa da mãe. O trabalho consistia como uma “moeda de troca”, isso porque, para aprender a costurar e a bordar, assim como a dona da casa, precisava cuidar dos filhos da patroa, lavar, passar, cozinhar e organizar, levando uma rotina de trabalho de 18 horas diárias, ficando até os 15 anos, período que conheceu seu companheiro de vida, casando e formando sua própria família.

Em 1968, decidiu, junto com o marido, Elizeu, morar na cidade de Barra do Corda, em um povoado chamado Alto Alegre dos Padres, região que era dos padres franciscanos da Itália, na esperança de ter sua própria terra e trabalhar com a agricultura familiar, chamando-o de “*cantinho do céu (dona Tida)*”. Aos 28 anos de idade iniciou as primeiras atividades em associações comunitárias ainda em Alto Alegre quando se viu obrigada a deixar a região por ameaças e disputas territoriais.

Em 1981, chegou na comunidade de Piquiá de Baixo quando ainda era integrada ao município de Imperatriz, por influência das suas irmãs que já moravam na região. Dona Tida trabalhou como costureira para ajudar nas despesas de casa, enquanto o marido trabalhava na roça dos fazendeiros, explicado no capítulo 4 deste trabalho. Cansada de trabalhar com a costura, Tida relata que fez, anos depois, a prova do concurso na cidade, já emancipada com o nome Açailândia-MA, para Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) e passou “*18 anos trabalhando de funcionária pública (dona Tida)*”. Anos mais tarde, teve a vida atravessada pelos

megaempreendimentos minero-siderúrgicos, mudando o cotidiano de toda a sua família, decidindo, por sua vez, combater a estas opressões se aliando aos movimentos sociais.

Entre os dias 13 a 22 de junho de 2012, dona Tida participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) realizada no Rio de Janeiro. Sua participação tinha como objetivo principal representar a comunidade de Piquiá e discutir sobre os tratamentos emergentes das questões ambientais. Em suas lembranças recorda que foi um momento marcante, pois era a primeira vez na cidade do Rio de Janeiro e que *“não esquece, porque foi uma luta, assim, bem pesada (dona Tida)”*.

Hoje, aos 76 anos carrega no peito a experiência de lutar por uma vida digna com moradia justa e enfrentar as dores causadas pelos megaprojetos. Mulher, viúva, mãe de nove filhos, presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), dona Tida é uma das muitas mulheres que defendem seu corpo-território, tornando-se uma mulher de luta. A figura 8 ilustra a então presidente da ACMP:

Figura 8 – Francisca Sousa Silva (Dona Tida)



Foto: Ramon Santos Lopes, 2022.

Diferentemente de dona Tida, Joselma Alves de Oliveira nasceu, cresceu e constituiu uma família na comunidade de Piquiá de Baixo. Aos 45 anos de idade detalha que nasceu ao *“lado onde hoje é a Gusa Nordeste”*, crescendo em um ambiente familiar onde o pai, João Vieira de Oliveira, *“foi o primeiro vereador do Piquiá, atuou muito dentro da comunidade”*, e a mãe, Angelita Alves de Oliveira, era professora.

Sendo a quarta filha de sete filhos, quatro mulheres e três homens, Joselma cresceu em um ambiente familiar onde os pais já estavam ativos na luta pela comunidade, mesmo antes das empresas siderúrgicas se instalarem no local. A moradora relembra que o pai, Seu João, *“lutou pelas escolas, para que tivesse de 5ª a 8ª série e negociou uma escola de ensino médio para dentro do bairro. Então assim, ele como político apoiava e negociava com quem queria alguma coisa da gente (Joselma Alves)”*. A partir disso, criou um elo com as lutas comunitárias prosseguindo aquilo que desde a infância enxergava os pais fazerem.

Tendo a mãe, dona Angelita, como o maior exemplo de luta feminina na qual a incentivava, constantemente, a estudar e se formar, Joselma viu nos estudos a primeira estratégia de luta para transformar o mundo, especialmente, a comunidade em que ela e a família habitam, afirmando que: *“as mulheres seguiram a mamãe”*, se formando e tendo uma profissão.

É através dos estudos que Joselma consegue interpretar algumas atitudes veladas por parte das indústrias, como por exemplo, o falso discurso das empresas em afirmar que chegou primeiro na região e que a partir disso os moradores e moradoras foram atraídos para lá, afirmando que *“eles chegam com Ns promessas, o que ficou para nós foi só as mazelas [...] e, eles tentam te corromper, de todas as formas. Eles te oferecem casa, dinheiro, tudo que pensar. (Joselma Alves)”*.

Em 2012, teve que se mudar, por recomendações médicas, de Piquiá de Baixo para Piquiá de Cima, próximo do reassentamento Piquiá da Conquista, por conta dos problemas de saúde ocasionados pelas indústrias.¹⁴ A partir desse cenário de violência causado pelos megaprojetos, em 2013 Joselma entrou oficialmente para à ACMP como conselheira fiscal, depois como secretária e por último como tesoureira, ficando até o ano de 2021.

Em 2 de março de 2017, Joselma Alves representou a comunidade de Piquiá em uma viagem ao Vaticano, juntamente com o padre Dário e alguns membros da La Red Iglesias y Minería [Rede Igrejas e Mineração]¹⁵, para o encontro com o cardeal Peter Turkson. Na ação, Joselma dialogou sobre a situação de calamidade vivenciada pela comunidade e debateu acerca dos problemas enfrentados diante da violência ambiental.

Atualmente, Joselma é funcionária pública, professora, com duas formações acadêmicas, em história e serviço social, e uma pós-graduação em andamento. Mãe, filha,

¹⁴ A autora deste trabalho enfatiza que na primeira visita de campo à comunidade de Piquiá de Baixo, em 2019, juntamente com o grupo que compõe o projeto “Cartografia Social de Piquiá de Baixo” visitou a casa de Joselma Alves de Oliveira e a mesma tinha passado por uma recente cirurgia nos tímpanos por conta da poluição advindas do pó de ferro e de cimento.

¹⁵ Desde 2013 a Rede Iglesias y Minería acompanha comunidades latino-americanas afetadas pela mineração, dando apoio e suporte nos encontros nacionais e internacionais de atingidos e atingidas.

esposa e avó, se mobiliza em prol daquilo que foi ensinada a acreditar, utiliza a educação como ferramenta de resistência e existência política e direciona a sua luta como espelho para que outras mulheres inseridas em comunidades afetadas pela mineração e siderurgia possam lutar também. A figura 9 ilustra a moradora:

Figura 9 – Joselma Alves de Oliveira



Foto: Acervo pessoal.

Por conseguinte, é perceptível que há algumas semelhanças no envolvimento com a luta dentro da comunidade entre Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento, ambas foram impulsionadas a lutar em defesa dos seus territórios a partir do encorajamento dos pais. Antônia Flávia Nascimento tem apenas 27 anos de idade, é natural de Açailândia-MA e entrou nas mobilizações sociais por conta do incentivo do pai, Adelson Ferreira do Nascimento, que infelizmente veio a falecer no final de 2020 em decorrência do agravamento ocasionado pela Covid-19 e outras complicações de saúde, e sua mãe, Maria José da Silva.

As palavras de Antônia Flávia expressam o sentimento de apoio ofertado pelo pai, declarando que *“o início dessa trajetória foi mais pelo empurrão do meu pai, que não está mais presente, ele fazia parte da diretoria da Associação e deu esse pontapé inicial (Antônia Flávia)”*, juntamente com a mãe, dona Maria. Antônia Flávia é a caçula de sete filhos e começou as articulações dentro da comunidade como representante do grupo de jovens da igreja católica regida pelos missionários combonianos.

Por meio destas articulações que a jovem começou a compreender a importância da sua participação dentro dos movimentos sociais, dessa forma, foi bolsista de um projeto coordenado

pela Associação Justiça nos Trilhos e integrou oficialmente na diretoria da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), desempenhando atividades como secretária e, atualmente, como segunda tesoureira.

No dia 15 de outubro de 2019, Antônia Flávia Nascimento representou a comunidade de Piquiá na atividade promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, Suíça. O evento foi intitulado de “Dams and business accountability in the Amazon region: put the draft treaty to a test” [Barragens e responsabilidade empresarial na região amazônica: colocando o projeto à prova] tendo como abordagem principal as temáticas referentes aos direitos humanos e a vida dos atingidos e atingidas pela mineração no Brasil.

Mulher negra, mãe de Ayla, Miguel e Théo, ativista socioambiental e feminista. Antônia Flávia Nascimento compartilha, apesar da pouca idade, em comparação com suas companheiras de luta, dona Tida e Joselma Alves, a potência do corpo feminino em territórios marginalizados pelos megaprojetos, na esperança de melhorar o contexto na qual estão inseridas e a vida das futuras gerações, inclusive, o futuro dos próprios filhos. A figura 10 apresenta Antônia Flávia com o filho Miguel:

Figura 10 – Antônia Flávia Nascimento



Foto: Justiça nos Trilhos, 2017.

Dona Tida, Joselma Alves e Antônia Flávia são mulheres plurais, ou seja, expressam as identidades que carregam em si, apontando perfis e idades distintas, mas compartilhando o valor da luta e da representatividade em prol da comunidade na qual estão inseridas. São essas transformações que estimulam a sagacidade de entender seus corpos-territórios, suas linhas de

enfrentamento e, principalmente, o direcionamento das suas estratégias de luta, a última sendo a maior ferramenta de existência do corpo feminino em ambientes marginalizados.

Por isso, é importante compreender quais são as estratégias comunicacionais que estas mulheres utilizam em prol da comunidade de Piquiá, tendo o conhecimento de que é “através da mobilização de suas comunidades, do diálogo com a juventude, da ação direta territorial e da auto-organização que as mulheres têm conquistado espaço e visibilidade nos enfrentamentos aos megaprojetos e na resistência por seus territórios” (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 14).

5.1 Estratégias comunicacionais em Piquiá-MA: a luta das mulheres pela comunidade

O capítulo 4 deste trabalho abordou em parte sobre os principais impactos socioambientais causados após a chegada dos megaprojetos na comunidade de Piquiá, apontando, principalmente, os danos físicos, tanto em relação a saúde dos moradores e moradoras, como a destruição do território. Ocorre que há diferentes formas de violência junto aos megaempreendimentos siderúrgicos, não se limitando apenas aos problemas de saúde como as doenças respiratórias ou irritações nos olhos e na pele, existem, todavia, as violências sociais que atingem, particularmente, a vida social das mulheres em contexto de mineração.

Ao passo que a violência social em comunidades afetadas por empresas minero-siderúrgicas se relaciona aos padrões de dominação capitalista e patriarcal, envolvendo, sobretudo, o controle comportamental, o impedimento social, a exclusão da figura feminina e a marginalização das mulheres. Para Queiroz e Praça (2021), as mulheres que residem nessas comunidades enfrentam o dobro das violências advindas dos megaprojetos, sendo, portanto: o fortalecimento da divisão sexual do trabalho; contratação de trabalhadores estrangeiros aos territórios; precarização e contaminação; aumento do trabalho reprodutivo; aumento da violência doméstica; perda da soberania alimentar; agravamento da dependência econômica da mulher e reconhecimento só do homem como responsável da casa.

É a partir desse cenário que grupos de mulheres estão se organizando, cada vez mais, em torno das suas comunidades para combater as injustiças, físicas e sociais, que são direcionadas aos seus corpos, tornando-se líderes comunitárias, ou melhor, representantes das suas comunidades. Como efeito, as mulheres de Piquiá estão partilhando, indiretamente, “[...] de um olhar feminista em organizações de mulheres rurais”, possibilitando, “mudanças no jeito de ser mulher (GOMES et al, 2016, p. 121)” e criando estratégias de luta através das comunicações, rompendo com o mito da fragilidade feminina, como bem defende Sueli Carneiro (2003).

No entanto, as estratégias comunicacionais utilizadas pelas mulheres da comunidade de Piquiá significam o planejamento da visibilidade feminina e o entendimento político dos seus contextos sociais, engendrando novas possibilidades para que essa luta seja vista e sentida por todos os moradores e moradoras do bairro e territórios que passam pela mesma situação, por isso, elas se organizam através de dois setores: social e político. Isto significa que atuam tanto dentro da comunidade, como fora dela, o quadro 6 apresenta, detalhadamente, como essas comunicações são organizadas:

Quadro 6 – Estratégias comunicacionais das mulheres em Piquiá-MA

ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS	
SOCIAL	POLÍTICO
<p>Intercâmbio entre comunidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Intercâmbio online Brasil/Moçambique; 2. Intercâmbio Piquiá-MA/Quilombo Rampa; 3. Intercâmbio Piquiá-MA/Santa Cruz-RJ. 	<p>Organização e União:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Construção do Clube de Mães; 2. Oficinas para mulheres no Clube de Mães; 3. Convites para palestras de conscientização na comunidade (Saúde); 4. Planejamento do Bairro (equipamentos públicos); 5. Inauguração do restaurantes de mulheres no Piquiá da Conquista.
<p>Fortalecimento comunitário:</p> <p>* Grupos comunitários liderados pelas mulheres:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo geração de renda: “Da horta para a cozinha”; 2. Grupo de artesanato: “Mulheres artesãs”; 3. Grupo de exercícios físicos: “Mulheres saudáveis”; 4. Grupo de teatro: “Somos todos água”; 5. Grupo de comunicadores/educadoras: “Canto do Saber José Mauro”; 6. Grupo de jovens: “Comunidade São José”. 	<p>Lideranças femininas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nove mulheres integram a ACMP (Diretoria e Conselho Fiscal); 2. Projetos comunitários liderados por mulheres; 3. Participação ativa em entrevistas para mídias locais, regionais, nacionais e internacionais; 4. Mobilização social com entidades não governamentais e grupos de pesquisa.

Assembleias na comunidade:	Denúncias e reivindicação:
1. Ordinárias: prestação de contas sobre as obras/reassentamento 2. Extraordinárias: de interesse geral	1. Representam a comunidade em conferências nacionais e internacionais; 2. Manifestação nas ruas: cartazes, banners e ocupações; 3. Solicitação de abaixo-assinado; 4. Escrita e envio de cartas para governantes políticos; 5. Presenças nas reuniões com o Ministério Público.

Fonte: A autora, 2022.

Ressalta-se que muitas das estratégias comunicacionais, inseridas no quadro acima, são organizadas e lideradas pelas próprias moradoras da comunidade de Piquiá, tendo o apoio de entidades não governamentais, como exemplo, a Justiça nos Trilhos e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, principalmente, em relação ao setor social que dispõe do intercâmbio entre comunidades, o fortalecimento comunitário e as assembleias, sendo tais atividades realizadas dentro da comunidade junto com os demais moradores e moradoras.

Em relação ao setor político, ou seja, as estratégias comunicacionais voltadas para o exercício político das ações, as mulheres continuam à frente dos seus territórios. Elas se mobilizam, representam e defendem seus direitos e de suas famílias. Destacamos aqui três momentos importantes que estão dentro do setor político como ferramenta de estratégia comunicacional: organização e união; lideranças femininas e denúncias e reivindicação, que exemplificam como essas estratégias são desempenhadas.

Partindo primeiramente para o planejamento do bairro (organização e união) e a luta por urbanizar o reassentamento de Piquiá da Conquista, há como exemplo o dia 13 de maio de 2021 em que as integrantes da diretoria da ACMP, incluindo a presidente dona Tida, assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), visando a construção de quatro equipamentos públicos no novo bairro: praça da família acompanhada de quadra poliesportiva, mercado, escola acompanhada com creche e Unidade Básica de Saúde (UBS). A figura 11 mostra o momento exato da assinatura do termo:

Figura 11 – Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)



Foto: Kelly da Silva, 2021.

Definimos o primeiro tema como “organização e união” pela importância política que estas mulheres estão conquistando através do planejamento e do convívio entre elas, oportunizando os direitos civis que todos nós cidadãos necessitamos, sendo, portanto: a assistência escolar, o lazer e a saúde para todos. A figura 12 ilustra a presidente da ACMP, dona Tida, junto com outro morador já com o documento TAC assinado:

Figura 12 – Dona Tida e morador de Piquiá com o TAC assinado

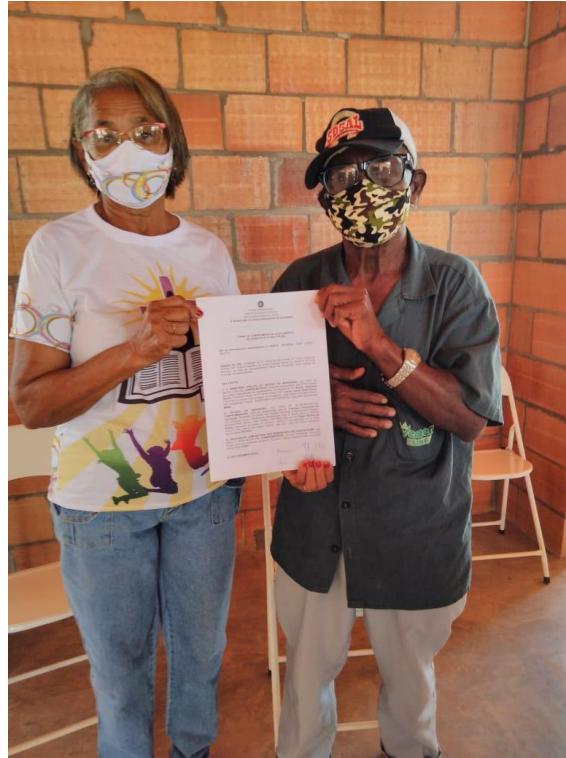


Foto: Kelly da Silva, 2021.

Os equipamentos públicos estão previstos para serem entregues até o dia 31 de junho de 2022, tendo como testemunhas as promotoras Letícia Tereza Sales e Sandra Fagundes junto com a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP). Provavelmente o prazo poderá ser estendido até o final do ano de 2022, período de conclusão das obras do reassentamento Piquiá da Conquista, por conta dos atrasos orçamentários.

Já no tema “lideranças femininas”, ainda dentro do setor político das estratégias comunicacionais, destacamos o item 3 que envolve a participação ativa das mulheres da comunidade de Piquiá como principais fontes para as reportagens em mídias regionais, nacionais e internacionais. Para isso, evidencia-se a matéria exibida no dia 28 de dezembro de 2020, pautada pelo Jornal Nacional da Rede Globo, tendo como fonte principal a presidente da ACMP, dona Tida. A figura 13 mostra o recorte da reportagem no Portal G1:

Figura 13 – Matéria sobre Piquiá-MA no Jornal Nacional



Fonte: Portal G1, 2020.

É de suma importância entender o significado dessas inclusões, onde mulheres que atuam numa comunidade localizada no interior do Maranhão estão ganhando espaço midiático e, assim, participando do principal telejornal do país, o Jornal Nacional. A matéria contou com uma duração de 5 minutos e 30 segundos e uma publicação no Portal G1, dona Tida detalhou a situação da comunidade e a perda do seu marido por conta da poluição advinda do pó de ferro.

Por último, apresentamos como exemplo de mobilização feminina, dentro do tema “denúncia e reivindicação”, o item 4 que tem como estratégia comunicacional o envio de cartas para os governantes políticos. No capítulo 4 deste trabalho destacamos a importância das cartas para as comunidades e como elas foram e continuam sendo recursos comunicacionais indispensáveis para a transformação social em Piquiá, dando origem ao início da luta contra a guseiras. Na figura 14 há o recorte da carta escrita pelas mulheres da ACMP e enviada ao então ex-governador, Flávio Dino:

Figura 14 – Carta das mulheres de Piquiá para o ex-governador Flávio Dino

Carta ao governador

Excelentíssimo governador do Estado do Maranhão, Senhor Flávio Dino.

Nós, mulheres da diretoria da Associação de Piquiá de Baixo...

Viemos por meio desta carta pedir que você atente pela nossa comunidade que há mais de 30 anos está sofrendo com as vilões ambientais e doenças públicas, sem saneamento básico, sem direito a uma moradia digna e direito a uma saúde de qualidade.

Muitas pessoas perderam seus entes queridos devido a poluição, algumas famílias vivem com sua saúde afetada por não possuírem meios de sair em busca de mercado melhor, estão expostos a covid por causa dos pulmões afetados pela poluição.

16/03/20 (desseis de março de dois mil e vinte).

precisa uma grande enchente onde muitas famílias perderam suas casas, e estão morando de favor.

Fonte: Site Piquiá de Baixo, 2021.

Nesse caso, a carta foi escrita e assinada pelas mulheres da diretoria da ACMP no dia 11 de janeiro de 2021, no intuito de descrever a calamidade que o bairro de Piquiá vem enfrentando há 30 anos com as violências ambientais e o descaso público e, por conseguinte, as recentes enchentes do período devido às fortes chuvas na região, abaixo a carta na íntegra:

Carta ao governador. Excelentíssimo governador do Estado do Maranhão, Senhor Flávio Dino. Nós, mulheres da Associação de Piquiá de Baixo, viemos por meio desta pedir que você olhe pela nossa comunidade que a mais de 30 anos está sofrendo com as violações ambientais e os descasos públicos, sem saneamento básico, sem direito a uma moradia digna e direito a uma saúde de qualidade. Muitas pessoas perderam seus entes queridos devido a poluição, muitas famílias vivem com sua saúde afetada por não possuírem meios de saírem em busca de moradia melhor e estão exposto a covid por causa do pulmão afetado pela poluição. Em 16/03/20 (dezesseis de março de dois mil e vinte) houve uma enchente onde muitas famílias perderam suas casas e estão morando de favor. Com muitas lutas e batalhas dos moradores em busca de uma moradia melhor, hoje estamos com a obra do reassentamento de Piquiá da Conquista. Porém, não (ter) os recursos necessários para finalizar essa obra e por este motivo estamos lhe escrevendo para que possamos nos reunir pessoalmente para tratar com amor meios que possam ajudar a realizar a construção das casas. Senhor governador, precisamos de uma reunião com o senhor, se possível venha até nós ou nos receba em seu gabinete. Atenciosamente, Mulheres da Diretoria da ACMP: Andreia da Silva Machado, Francisca Souza Silva, Carmem Suane Rodrigues da Silva, Keyla da Costa Silva Nascimento, Maria do S.S. Barbosa e Thaís Bruna Magalhães Souza.

Na compreensão de Gorrese e Jablonski (2002, p. 40), “a carta permite a eternização do presente, dos ditos e trocas pessoais. [...] com temas de interesse coletivo, endereçadas a indivíduos com posições sociais significativas”, isto é, é uma das diversas ferramentas políticas no campo da comunicação. A partir do que foi apresentado até agora, observa-se que as mulheres da comunidade de Piquiá estão desempenhando importantes estratégias comunicacionais e, principalmente, realizando as atividades divididas em social e político, apresentada no quadro 6.

Os exemplos citados a partir das pautas políticas serviram para ilustrar como elas se organizam dentro e fora da comunidade, buscando segurança social, qualidade de vida e espaços de inclusão. Elas defendem o exercício da cidadania, a luta por moradia digna, e, especialmente, a profundidade epistêmica de proteger seus corpos-territórios, respaldadas nos princípios dos direitos humanos e dos direitos fundamentais das mulheres.

Desse modo, Colling (2019, p. 35) salienta que “a reivindicação dos direitos humanos para as mulheres ainda está em construção”, mas que apesar disso é crescente a luta feminina, dos mais diversos movimentos, pela transformação social. Inclusive, as ferramentas comunicacionais utilizadas pelas mulheres de Piquiá, por exemplo, tem uma abordagem mais afetiva, mesmo quando estão reivindicando direitos básicos, quando dizem na carta acima:

para tratar com amor meios que possam ajudar a realizar a construção das casas”, buscam compreensão, empatia e amor nas palavras.

Por isso, no tópico a seguir buscamos entender como funciona a relação de luta das mulheres em Piquiá a partir da comunicação afetiva, atrelada aos relacionamentos com as famílias e a vida de todos os moradores e moradoras. Trataremos sobre a questão do amor pela comunidade, a cumplicidade entre as famílias e a motivação em continuar lutando pelo que todos acreditam.

5.2 Comunicação afetiva: laços de amor, companheirismo e luta

São múltiplas as formas de se pensar a comunicação, mas, do ponto de vista social, ela envolve a troca e a interação entre os sujeitos, isto significa que a prática da comunicação tem como processo a afetividade, ou seja, o contato empático com as emoções, os comportamentos e os sentimentos que, juntos, são “realizado e influenciado através do relacionamento com outras pessoas (OLIVEIRA, 2011. p. 14)”, se estendendo, especialmente, em comunidades.

Quando Bell Hooks (2021, p. 113) afirma que “não há lugar melhor para aprender a arte do amor que numa comunidade”, ela nos conduz a enxergar o amor e o companheirismo como “éticas de vida”, ou seja, entendê-los não apenas como um sentimento, mas como uma responsabilidade social que envolve a convivência e a união entre os indivíduos que partilham dos mesmos espaços e dos mesmos interesses. Em Piquiá, por exemplo, a união entre as famílias foi o primeiro laço de amor e solidariedade para que a luta prosseguisse, resultando em uma comunidade comprometida com a vida social e o meio ambiente.

A moradora Joselma Alves de Oliveira recorda que a primeira manifestação de afeto que identificou em Piquiá foi quando: *“o processo de luta se iniciou com as 21 famílias que foram na empresa para poder falar que estava poluindo demais e que eles queriam ser indenizados para sair, só que quando eles começaram esses processos perceberam que iria ficar o resto das famílias no local”*. Surpreendentemente, não existe empatia maior que colocar os interesses coletivos acima dos individuais, isso nos remete ao pensamento de Oliveira (2011, p. 15) entendendo que “o afeto é a âncora para o desenvolvimento da comunicação” e é através dessa proteção que os laços se formam.

A comunidade de Piquiá se destaca por ter uma luta baseada não união dos grupos, seja pelas mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, é conhecida, nacional e internacionalmente, por ser engajada dentro dos movimentos sociais a partir da ação coletiva. O provérbio brasileiro “a união faz a força” abrange bem o sentimento de respeito e generosidade diante do outro e de

si mesmo em Piquiá, unindo até mesmo vertentes religiosas que, mundialmente, são marcadas por conflitos, podendo ser definido como “espírito de vizinhança”, tendo como força o “companheirismo, cuidado e respeito” entre todos e todas (HOOKS, 2021, p. 96). Antônia Flávia Nascimento salienta que:

Dos bairros que conheço, acho que Piquiá tem uma ação muito forte porque as igrejas elas são muito unidas, as pessoas tanto da Assembleia, quanto da Madureira e da Igreja Católica, minha comunidade São José, são muito unidos. [...] Esse ânimo de estar apresentando o bairro em si para eles já demonstra o amor que eles têm pelo bairro e o tanto que significa para eles (Antônia Flávia).

De acordo com Renato Nogueira (2020, 24 e 49), “[...] o amor é uma emoção coletiva, amar é escutar. Por meio do amor, o ser humano foi capaz de tecer comunidades inteiras”. Essa argumentação pode explicar o motivo da convivência entre as diferentes congregações religiosas na comunidade de Piquiá, exercendo, por assim dizer, o diálogo entre as igrejas e os moradores. Joselma Alves avalia as ações da comunidade em duas esferas, a convivência e a vivência entre os grupos, acentuando que “a nossa relação no período de vivência, quando ainda estava lá o grupo unido e lutando, foi o que a gente fez, conversando entre si e fomos nos fortalecendo e nos unindo”, e acrescenta dizendo que “[...] Serviço de convivência fortalece os vínculos sociais, familiares e culturais”.

Para dona Tida, os vizinhos são sua família. Aqui percebemos que o conceito de família está dentro do amor philia, que engloba amizade, afinidade e proximidade, e que a comunidade não é movida apenas por luta e justiça, mas também pelo direito ao lazer e a comunhão, observando que desde a criação do Clube de Mães as moradoras se organizavam para celebrar a vida de quem estava por todos, entrando na ideia defendida por Bell Hooks (2021, p. 69), em que “a maioria dessas mulheres [...] desenvolveram estratégias construtivas de resistência”. Como bem recorda dona Tida:

Os vizinhos todos eram bons, Graças a Deus. Agora na rua que ainda hoje tenho minha casa não tinha vizinho bom, não tinha assim muita amizade, eu tinha uma família. Até hoje os que tem lá é uma família, considero eles minha família porque são gente muito boa. [...] No final de ano, meio de ano... a gente se encontrava com as mães de Açailândia e as de Piquiá e fazia um evento o dia todo. Fazia festinha, fazia tudo. Quando a gente não ia pra lá, eles vinham para o Piquiá. Era muito bom na época (Francisca Sousa, Dona Tida).

Logo, evidencia-se, ainda de acordo com Bell Hooks (2021, p. 176) que “existe alegria na luta” e, por vezes, pode estar relacionada ao amor das pessoas umas com as outras. É

importante ressaltar que o amor e o afeto citados até o momento não tem intenção nenhuma de reforçar estereótipos em cima dos corpos femininos ou entendê-las no movimento como uma “organização harmonizada”, mas esclarecer como funciona as abordagens políticas e sociais na luta pelos direitos em Piquiá.

Do ponto de vista de Miguel e Biroli (2014, p. 44), há um estereótipo feminino “que identifica a mulher com o amor e o afeto”, só que para as mulheres da comunidade de Piquiá o amor e o afeto são aproximações políticas para continuar lutando, isso porque, a luta está enraizada na dor e no sofrimento das famílias. Desse modo, as mulheres se solidarizam com os mais diversos conflitos sociais, ampliando suas visões para o mundo, isto é, para acontecimentos que ocorrem dentro e fora da comunidade.

É a partir desse direcionamento que a comunicação afetiva, discutida até então, exercida em Piquiá está além dos interesses apenas da comunidade, ela está, gradualmente, acolhendo outras lutas, apoiando outras territorialidades e, principalmente, dando jus a quem estiver falando. A figura 15 representa a participação pacífica destas mulheres a partir da comunicação afetiva:

Figura 15 – Cartazes de protesto elaborado pelas mulheres em Piquiá da Conquista



Foto: Ramon Santos Lopes, 2022.

Mensagens como “Mulheres de Piquiá da Conquista apoiam o impeachment do deputado Arthur do Val”¹⁶ ou “Para as mulheres ucranianas, que a paz reine em seu País. Deus

¹⁶ Deputado estadual que direcionou falas sexistas para as mulheres ucranianas em meio a guerra entre Rússia e Ucrânia. No dia 20 de abril de 2022, o então ex-parlamentar renunciou do cargo, podendo ficar inelegível por 8 anos.

abençoe”, são formas de entender de que amor estamos falando, isso se deve pelo fato de as mulheres estarem presentes “[...] em intensas lutas para defender o “bem comum”, se conscientizando sobre a necessidade de autoeducação e formação política (FEDERECI, 2020, p. 3)”.

O cartaz que tem como mensagem “Nós, mulheres, enfrentamos uma guerra contra a mineração” pode vir a ser o mais emblemático de todos os cartazes expostos na parede do Centro Comunitário no Piquiá da Conquista, isso porque, o amor e a dor estão juntos nessa luta. A luta feminina em comunidades, atravessadas por megaprojetos, são regidas por sentimentos de perda, luto e vazio. Quando dona Tida diz: “*Trabalho aqui com amor e por amor para aquela comunidade que sofre muito*”, ela entende que a importância do amor é, reiteradamente, a melhor forma de lidar com o luto constante que as envolvem.

Nesse sentido, Renato Nogueira (2020, p. 188) avalia que o “o amor é uma arte político-afetiva. Amar é um ato político, e, como todo fazer político, o amor enfrenta desafios”, o autor pontua que os desafios enfrentados no amor são justamente a dor do luto, seja ela qual for. Da mesma forma, Bell Hooks (2021, p. 159) argumenta que o luto pode ser triste e cheio de adversidades, mas “é uma expressão do nosso compromisso, uma forma de comunicação e comunhão”, ou seja, o luto pode se transformar em luta. É mais do que alteridade, é resignificação.

5.2.1 Transformando o luto em luta: resignificando a dor causada pelos megaprojetos

O conceito da palavra luta tem vários direcionamentos, um deles está ligado ao corpo social, inserido nos movimentos e tendo como relevância a união dos grupos. Para Queiroz (2021, p. 7), “a luta muitas vezes é a forma de reacender suas forças e se manter viva diante de tantas injustiças e expropriações”, em outras palavras, lutar significa enfrentar situações de sofrimento e angústia, sendo assim, é um verbo que está em constante transformação, se estendendo para o reconhecimento dos direitos sociais. Não obstante, a luta e o luto compartilham características similares, como por exemplo, a superação. No caso, trataremos especialmente sobre a superação em comunidades atingidas por grandes indústrias.

De fato, as comunidades afetadas por megaprojetos enfrentam o luto por meio da luta e cabe aqui reforçar o questionamento feito pela jornalista Isabelle Rodrigues (2021b, p. 132): “a quem interessa quando o lucro vem do luto?”, acrescentamos outra indagação, quem são as pessoas que mais sofrem com essas injustiças? Como resposta, observamos que “as empresas vendem a narrativa dos efeitos positivos dos megaempreendimentos”, monopolizando-se dos

territórios e dos corpos dos moradores e moradoras e que os grupos mais afetados são as mulheres, “que mais sofrem com o luto constante, a derrota diária na luta por justiça e reparação” (RODRIGUES, 2021b, p. 135).

Portanto, o luto não está vinculado somente a morte. O luto, muitas vezes, pode estar associado a perda da identidade, dos direitos sociais, direitos reprodutivos e até mesmo dos direitos relacionados a saúde ou a qualidade de vida, ou seja, tudo isso é luto. Como bem diz Chimamanda Ngozi Adichie (2021, p. 15), o luto tem várias características e, conseqüentemente, vários estágios, sendo um deles “uma sensação de eterna dissolução”, ou melhor, um sentimento de impotência diante da própria vida.

A moradora Antônia Flávia Nascimento, por exemplo, relata a experiência do luto em dois momentos: 1) as violências causadas pelos megaprojetos e 2) a morte do seu pai, Seu Adelson. Ela descreve o primeiro ponto discorrendo nas seguintes palavras: *“Então, está funcionando o britador, a termelétrica e a fábrica de cimento que em algumas semanas atrás teve um surto enorme de coceira naquela parte próxima do rio, ninguém sabia o que era. Algumas pessoas disseram que era por conta do pó de cimento”*. Nota-se que a falta de informação sobre a origem da coceira na comunidade já é um fator crucial para enquadrarmos como luto, visto que “um dos muitos componentes notáveis do luto é a criação da dúvida” (ADICHIE, 2021, p. 109).

Outro momento atravessado pela dor na vida de Antônia Flávia ocorreu no primeiro ano da pandemia de Covid-19, com a morte do seu pai. No dia 3 de dezembro de 2020, Seu Adelson faleceu por complicações da doença, isso porque, seu pulmão já estava comprometido por conta da poluição de pó de ferro e pó de cimento. A Fanpage da Justiça nos Trilhos publicou uma homenagem e se solidarizou com Antônia Flávia e toda sua família, como ilustra a figura 16:

Figura 16 – Publicação na Fanpage da Justiça nos Trilhos em homenagem ao Seu Adelson



Foto: Justiça nos Trilhos, 2020.

De acordo com Isabelle Rodrigues (2021a, p. 27), as comunidades atingidas por megaprojetos utilizam a luta como perspectiva, afirmando que “é oxigênio em meio ao pó e a fumaça. [...] é não aceitar ser só mais uma estatística” e foi a partir desse viés que a Justiça nos Trilhos publicou uma nota sobre a morte de Seu Adelson, reforçando todo carinho e solidariedade a Antônia Flávia e seus familiares:

Hoje e sempre iremos nos solidarizar a história de vida e as perdas que Antônia Flávia da Silva Nascimento, filha de seu Adelson, moradora da comunidade de Piquiá de Baixo e também uma lutadora social, e seus familiares enfrentam diariamente. Seu pai faleceu hoje [3 de dezembro de 2020] em decorrência da Covid-19 e outras complicações de saúde. Mas continua presente em nossos corações. Que a luta de seu Adelson e de seus familiares nos impulse a seguirmos combativos na construção de um mundo pautado pela justiça social. Que nunca nos falte companheirismo, alegria e solidariedade. Seu Adelson, presente! (FACEBOOK JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2020)¹⁷.

Consideramos importante destacar que além dos moradores e moradoras sofrerem, cotidianamente, com as violências dos megaprojetos, partilham do mesmo tipo de luto. Muitas famílias da comunidade estão perdendo seus entes queridos por causa da poluição e das condições insalubres em que vivem, são essas perdas que intensificam os cinco estágios do luto defendido pela psicologia, sendo, portanto: negação, raiva, negociação, depressão e aceitação. Em Piquiá desconsideramos o estágio da “aceitação”, porque ela é automaticamente redirecionada para o sentimento de justiça, ou seja, de luta.

Por isso, recordamos aqui que meses antes da morte de Seu Adelson, pai de Antônia Flávia, especificamente, em 23 de janeiro de 2020 morreu na cidade de Salvador-BA, aos 76 anos de idade, o ex-presidente da ACMP, Seu Edvar Dantas Cardeal, mencionado no capítulo 4 deste trabalho, em decorrência de complicações pulmonares. Semelhantemente, anos antes ocorreu a morte do marido de dona Tida, Seu Elizeu, que enfrentou por um ano e dois meses a mesma doença no pulmão, levando-o, infelizmente, a falecer. Dona Tida recorda o acontecimento com exaustão:

A perda do meu esposo foi uma coisa que fiquei bem ruim, a gente já tinha 48 anos casados, juntinhos, sem nunca se separar. Na perda dele fiquei triste, fiquei muito abatida porque ele sofreu muito e não foi fácil pra mim. Só que fiquei acamada numa rede, não tinha planos, não comia. Ainda devo esse favor para o padre Dário, teve um dia que ele chegou lá em casa e fez eu sair da rede, ele conversou tanto comigo que fez eu sentir o chão, fez eu me levantar e aí senti vontade de me alimentar e devo esse favor pra ele sempre. É um favor que devo pra ele, porque ele fez isso comigo. No início ele [marido] deu AVC, mas como a gente morava debaixo daquela empresa

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/justicanostrilhos/photos/a.331514950239802/3587810604610204/>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

que tinha muito pó de ferro e ele ficou acamado e o pulmão dele encheu de ferro, ele não se mexia, eu levava ele pra tudo... para o banho, para a cama, para a rede, para a cadeira descansar um pouquinho. Foi um ano e dois meses nessa luta, joga para um canto, joga para outro, até que ele faleceu. O médico foi lá e disse que ele tava com o pulmão completo de pó de ferro, ele mesmo não tinha mais vida não. Ele deu 30 dias e ele só passou 22 [dias] e sofreu muito (dona Tida).

Observamos nas palavras de dona Tida sobre a morte do seu marido, Elizeu, a sensação cruel caracterizada pelo luto, principalmente, em contextos de mineração, em que a vulnerabilidade é maior do que a noção de justiça. Ao relatar: “*fiquei muito abatida porque ele sofreu muito e não foi fácil pra mim. Só que fiquei acamada numa rede, não tinha planos, não comia*”, identificamos o exercício da negação e da depressão atribuída as fases do luto, só que em Piquiá há uma necessidade de transformar o luto em luta, pois, “é um ato de resistência e uma recusa” ao mesmo tempo (ADICHIE, 2021, p. 108).

O cenário pandêmico também levou dona Tida a perder amigos e parentes para o vírus Sars-Cov-2, ela lembra que “*durante a pandemia foi muito triste. Eu mesma passei 90 dias sem sair de dentro de casa. [...] Achei muito ruim nesse tempo e também faleceu pessoas, amigos da gente, faleceu o meu cunhado, meu genro. Fiquei muito triste na pandemia, morreu muitos amigos (dona Tida)*”. Nesse caso, direcionamo-nos a partir da compreensão de Chimamanda Ngozi Adichie (2021, p. 41) que atribui o luto como “não é etéreo; ele é denso, opressivo, uma coisa opaca”, cheio de contrariedades e apreensão.

O luto na família de Joselma Alves de Oliveira, por exemplo, aconteceu sob o mesmo efeito, causando medo e preocupação. No capítulo 4 deste trabalho mencionamos a trágica morte do primo de Joselma Alves, Gilson, em que o mesmo teve o corpo inteiramente queimado por conta das munhas de carvão vegetal. Ocorre que Gilson Alves não foi a primeira criança a morrer nessas condições e que situações como estas acontecem, corriqueiramente, em comunidades afetadas por empresas minero-siderúrgicas. Nas palavras de Joselma, a morte do primo desencadeou diversos gatilhos emocionais na família:

A morte do meu primo já devia ter uns dois ou três anos que as empresas estavam instaladas na comunidade, até hoje nunca superamos psicologicamente. Nesse processo nós sofremos danos de todos os jeitos, psicológicos, materiais e é muito complicado, são coisas que machucam até a alma e se recuperar é muito difícil, e se recuperar e ainda ter coragem para lutar. [...] meu primo não foi a única criança que morreu, teve outra criança que morreu queimada (Joselma Alves).

Para Rodrigues (2021b, p. 132), “o corpo vira lugar de passagem e dor, golpeado pelas mais diversas formas de violências físicas e psicológica e exposto a condições paralisantes que não interessam a quem ocupa os cargos de poder”, por isso, quando Joselma explica que é

“muito difícil se recuperar e ainda ter coragem para lutar”, ela está falando que *“o processo de convencimento e de conscientização das pessoas de lutar por qualidade de vida não é fácil, as pessoas estão tão marginalizadas que elas não conseguem enxergar que elas têm o direito de lutar, [...] se acham incapaz de lutar contra o sistema (Joselma Alves)*. Sendo assim, é extremamente fundamental a mobilização feminina nas comunidades, visto que elas *“são o respiro que dão o sentido para lutar pela vida em um cenário de ideologias e práticas de morte. São fortaleza quando não há outra escolha”* (RODRIGUES, 2021b, p. 25).

Os relatos de Tida, Joselma e Antônia Flávia são significativos para compreendermos as dores que lhes foram ocasionadas a partir das irresponsabilidades dos megaempreendimentos instalados na região, e que as mulheres ainda continuam passando pelo processo do luto. No entanto, vale destacar o motivo pela qual o luto se transforma em luta em Piquiá, sendo ele em nome de todos os que já foram e, especialmente, dos que ficaram para fazer a transfiguração dos sentidos luto-luta, o que não é um processo fácil. No tópico a seguir discorreremos sobre as percepções das mulheres sobre a luta feminina em Piquiá.

5.3 Essa luta é nossa, essa luta é do povo: Tida, Joselma e Antônia Flávia

O objetivo deste tópico é dialogar sobre a luta feminina na comunidade de Piquiá contra os megaprojetos através das narrativas das moradoras dona Tida, Joselma Alves e Antônia Flávia, abordamos os seguintes temas: 1) Ser mulher em uma sociedade machista e patriarcal, posicionamento nas lutas sociais e dentro de casa; 2) Ser mãe, divisão entre a maternidade e o ser dona de casa; 3) a luta dentro dos movimentos sociais, inserção feminina nas diretrizes político-social e o enfrentamento pelo direito de usar a própria voz em espaços, desigualmente, masculinos.

Por conseguinte, separamos em três subtópicos as experiências e vivências de cada mulher. A primeira a discorrer sobre o contexto dos temas abordados será dona Tida, que ainda permanece no cargo de presidente da ACMP, e, em termos de idade, é a mais experiente na luta por justiça social e na participação das mulheres nos movimentos. No segundo momento, apresentamos as percepções da moradora Joselma Alves sobre as temáticas indicadas acima, visto que também foi integrante da diretoria da ACMP e que enfrentou o machismo e a misoginia na pele por estar nesses espaços, e por fim, a moradora Antônia Flávia Nascimento que é a mais jovem das suas companheiras de luta aqui mencionadas, mas tem participações importantes dentro e fora da comunidade, assim com dona Tida e Joselma Alves.

Ressaltamos que no decorrer das narrativas das mulheres, as temáticas podem estar interligadas umas nas outras, ou seja, a forma como será discutida por cada mulher não necessariamente estará nessa ordem de como é ser mãe, ser mulher ou ser ativista/feminista, podendo estar todos os temas relacionados em um único diálogo. Com isso, compreendemos que é uma forma de entender a vivência das mulheres nesses ambientes e a defesa pelo seus corpos-territórios, explicado teoricamente no capítulo 3 deste trabalho.

É consideravelmente importante enxergar a luta feminina de Piquiá como uma luta ampla, que envolve todos e todas, assim como no hino dos movimentos sociais que tem como trecho: “essa luta é nossa, essa luta é do povo”, as mulheres da comunidade de Piquiá encaram o direito de lutar como um direito coletivo. A figura 17 ilustra bem o recorte da canção, mostrando dona Tida no centro da imagem, com as mãos levantadas e Joselma Alves ao lado, de boné branco e capacete na mão:

Figura 17 – Mulheres de Piquiá em manifestação contra as empresas siderúrgicas



Foto: Justiça nos Trilhos, 2017.

A partir disso, nos propomos em entender como funciona a luta feminina em Piquiá, relacionando-a com as narrativas das próprias mulheres. Os temas debatidos a seguir não seguem uma ordem exata, como explicado anteriormente, podendo estar agrupados. Reunimos as narrativas de dona Tida, Joselma Alves e Antônia Flávia, mulheres que não apenas reivindicam a transferência da comunidade para um novo reassentamento, mas que lutam, diariamente, pelo respeito a vida social e pela política das mulheres.

5.3.1 Até o último dia das nossas vidas: Francisca Sousa Silva (Dona Tida)

Ainda neste capítulo quando nos debruçamos sobre o paradigma do que era luta e, principalmente, como era interpretada a luta feminina nas comunidades atingidas por megaprojetos, explicamos sobre a força das mulheres em contextos de mineração em transformar o luto em luta. Nesse mesmo sentido, quando perguntada sobre como as mulheres de Piquiá se organizam para combater tamanhas opressões, dona Tida expressou as seguintes palavras: “*quando as mulheres se reúnem elas são fortes. Tem fortaleza*”.

Na concepção de Federici (2020, p. 3), as mulheres de luta estabelecem estratégias de resistências baseadas nas forças femininas, essa força pode ser atribuída através do ato de ressignificação de valores moldados pela cultura patriarcal, ou seja, “por sofrerem diretamente as consequências das crises que afetam suas comunidades, as mulheres, por sua vez, criaram formas mais autônomas de reprodução social, ao refazerem a trama comunitária”, isto é, elas participam ativamente da construção de novos sistemas sociais em que possam, visivelmente, se enxergar neles.

Dando importância para essa discussão, abordamos a temática da luta a partir dos movimentos sociais. Questionada sobre qual foi o momento mais marcante, enquanto mulher, dentro da comunidade de Piquiá e levando em consideração a sua trajetória em lutas sociais, dona Tida respondeu que:

Um momento marcante que a gente passou foi quando a gente fez uma greve com frente a Gusa, tinha uma multidão de gente e a gente tomou a estrada e foi uma confusão. A gente passou 32h na frente das empresas, tinha muita gente nos ajudando e a gente pôs fim lá na promotoria. Mas a gente ganhou, porque a gente tava na luta pra eles pagarem o terreno que eles ainda não tinha pagado. A gente tava com dois anos esperando e a empresa disse que ia pagar aqui esse terreno e não tinha pagado e a gente se manifestou. Ai chegou o chefe e disse que ia resolver na promotoria e a gente foi e lá a gente ganhou, eles assinaram uma ata e com 25 dias pagaram o terreno pra poder ter esse terreno aqui. Foi muita luta, mas valeu a pena. Mas a gente sofreu, a gente entrou lá 4h da manhã com panela, prato, isqueiro pra fazer comida por lá. Quando amanheceu, o padre Dário foi no colégio pedir pra diretora que os alunos e os professores fossem todo mundo pra lá. Quando foi mais tarde, chegou uma chuva muito forte que arrancou a casa que a gente tinha feito os barraquinhos (dona Tida).

Percebe-se no decorrer do relato o tanto que dona Tida utiliza a expressão “a gente”. Em cada passo narrado, ela expressa a grandiosidade que foram às 32 horas de manifestação junto aos demais moradores e moradoras em prol dos recursos para o reassentamento, isso ocorre, novamente, pelo fato da união entre os grupos. Quando afirma: “*tinha muita gente nos ajudando. Foi muita luta, mas valeu a pena*”, ela compreende a importância da sua força

feminina nas organizações sociais dentro da comunidade em que vive e a aliança com os outros moradores.

Por sua vez, o momento marcante descrito por dona Tida aconteceu em 6 de março de 2014, foi o dia em que os moradores e moradoras da comunidade de Piquiá iniciaram um protesto em frente as empresas Gusa Nordeste e Grupo Queiroz Galvão (Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré [Covap] e Siderúrgica do Maranhão [Simasa]). O objetivo da manifestação foi garantir recursos financeiros do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA) para o reassentamento do novo bairro. A figura 18 mostra os manifestantes exatamente como narrado por dona Tida, debaixo de chuva e em frente as empresas:

Figura 18 – Moradores de Piquiá protestam em frente da siderúrgica Gusa Nordeste



Foto: Imirante Imperatriz, 2014.

Ainda relacionado aos encontros burocráticos que as mulheres da diretoria da ACMP tinham com os representantes do SIFEMA, dona Tida avaliou que nunca era um momento fácil de lidar, tendo em vista que sempre acontecia agressões verbais direcionadas as mulheres que estavam à frente da comunidade. Ela narra os encontros com o presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão, Cláudio Donizete Azevedo, com muita angústia e tristeza, refletindo que:

Com o presidente do SIFEMA quando a gente se encontrava era triste, porque ele era muito bravo. Assim, quem se encontrava mais com ele era eu, a Joselma, doutor Danilo [advogado da JnT]. Comigo mesmo ele sempre me respeitou, mas com a Joselma eles brigavam demais e com o doutor Danilo. Era uma briga muito feia, porque eles brigavam mesmo. Só faltava se agarrar, mas eles brigavam mesmo. Só que a Joselma era bem forte, ela o enfrentava e o doutor Danilo também, agora comigo ele nunca foi bravo e ele sempre me respeitou. Por quê? Não sei. Mas foi muitas confusões que a gente teve, em São Luís, no Fórum. Teve uma vez no Fórum de Joselma chorar e eles quase se agarrar, mas ela era muito forte e ele era bem desafiado (dona Tida).

Outra vez entra a questão do termo “mulher forte”, agora direcionado a moradora Joselma Alves. Dona Tida relata que os encontros com o presidente do SIFEMA eram marcado por ofensas e insultos e que Joselma sempre se mostrava ser forte diante das acusações. É preocupante enxergarmos as mulheres somente pelo prisma da fortaleza, porque isso implica dizer que a mulheres de luta são inabaláveis, esquecendo, portanto, a exaustão feminina em continuar tendo de reafirmar seus espaços. Conforme Queiroz (2021, p. 176), essas denominações podem gerar cansaço no corpo feminino, sendo “uma das sensações mais recorrentes entre mulheres que vivem em contexto de impactação por megaprojetos”.

Em dado momento, dona Tida conta que “*ele [Cláudio Azevedo, presidente do SIFEMA] chamava ela de vagabunda, mandava ela ir trabalhar, mas ela era forte. Ela chorava, mas ela também ia em cima. Agora comigo, não. Comigo ele nunca falou nada. Ele sempre me respeitou*”. O “respeito” mencionado por dona Tida está associado, diretamente, a idade da mesma, caso contrário se enquadraria no crime de injúria qualificada, ou melhor, violência empregada a condição da pessoa idosa.

Já em relação aos xingamentos dirigidos a Joselma Alves, salientamos para o emprego dos vocábulos “*vagabunda*” e do “*vai trabalhar*”, isso acontece dentro da dominação masculina em que inferiorizam o sexo feminino através das opressões misóginas e sexistas, redirecionando o papel da mulher para situações de imoralidade e desocupação. Conforme apontam Zanello e Gomes (2010, p. 270), os palavrões direcionados as mulheres são feitos a partir do sentimento de superioridade e virilidade masculina, assumindo a ofensa ao “feminino que está relacionado à falta, falha, falência e vulnerabilidade”, apenas por ser mulher.

Dona Tida também enfrenta, diariamente, o peso do gênero em suas lutas. Por possuir o cargo de presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá, sendo mulher, ela explica que vive sendo desacreditada dentro e fora da cidade de Açailândia e que, indiretamente, é acusada de desviar o dinheiro das obras do reassentamento. Perguntada sobre qual foi o pior momento como presidente da ACMP, ela reflete que:

Teve muitos, não posso dizer detalhes por detalhes. Recebi, assim, pancada dos outros, né? Dizendo que a presidente roubava dinheiro e por isso as casas não estavam prontas. Isso aqui já era pra tá pronto há muito tempo e as vezes a gente pega o táxi e vai pra cidade, lá para o centro e os taxistas não conhecem a gente e fica dizendo: “ah, isso aí não ficou pronto ainda porque a presidente já roubou o dinheiro todinho. O governo já deu muito dinheiro”. Já entrou muito dinheiro, sim, e tem muita obra pronta, muita obra feita. Eu mesma muitas vezes fiquei triste de receber aquilo que eu nunca fiz e a pessoa acusar que a gente fez, fiquei triste muitas vezes. A gente ouvia os áudios de muita gente que discriminava a gente, cansei de sair daqui e chegar em casa sem ânimo. Só chegava em casa, tomava banho, nem jantava e só chorava e dormia. Passava a noite todinha triste, porque as pessoas não entendem e fica jogando na cara da gente, mas aí a gente tem que entender que o ser humano é assim mesmo, porque nem Deus foi bom pra todo mundo (dona Tida).

Neste ponto, salientamos a problemática das expectativas de gênero. Observa-se que quando uma mulher assume uma gestão, seja ela na república ou comunitária, ela sempre será questionada por suas ações e, principalmente, pelas adversidades que possam vir a acontecer dentro do mandato. O mesmo não acontece quando é um homem, isso porque o homem está no lugar que deveria estar, de acordo com as políticas da masculinidade, em que “é uma configuração de prática em torno da posição dos homens nas estruturas das relações de gênero” (CONNEL, 1995, p. 188).

Na perspectiva de dona Tida, “o ser humano é assim mesmo, porque nem Deus foi bom pra todo mundo”, mais uma vez, ela prefere interpretar a situação sob a ótica do amor. Dona Tida encara as críticas com respeito as diferentes opiniões, mesmo que sejam declarações infundadas sobre ela. Ao ser questionada sobre quem a apoiava na família para continuar lutando, Tida diz que todos os filhos a apoiam, principalmente, as mulheres: “eles apoiam, agora pra falar nos meus filhos é assim... eu tive cinco homens e quatro mulheres. As mulheres estão toda vida pertinho de mim, inclusive, elas vem pra cá também [Piquiá da Conquista], são casadas e tem uma casa aqui também”.

Reiteradamente, constatamos que nas comunidades as mulheres costumam acreditar em outras mulheres, mesmo não sendo uma regra. A presença da figura feminina é a força dos movimentos sociais, é também o lugar de onde vem a luta, mesmo sendo uma luta árdua e cheia de contradições. Assim como esclarece dona Tida, essas lutas na comunidade de Piquiá em busca por qualidade de vida e reconhecimento do gênero acontecerá “até o último das nossas vidas”.

5.3.2 *Mulheres de posicionamentos fortes, mulheres de pulso*: Joselma Alves de Oliveira

O paradigma sobre o que é ser mulher dentro da sociedade ainda é algo que vem sendo desconstruído e reformulado, não obstante, a natureza feminina ainda está associada a idealização da mulher como cuidadora e protetora do lar (ALMEIDA, 2018). Ao abordarmos sobre a relação com sua família sob o ponto de vista desta temática, Joselma relatou as seguintes palavras: “*minha mãe sempre falava que para mulher era importante ter um casamento, mas ter uma formação era mais importante ainda*”, essa declaração nos remete ao pensamento de Figueiredo e Diniz (2018, p. 102), em que “as mudanças ocorridas nas relações sociais correspondem às transformações nessas representações de poder”, ou seja, a construção sobre o papel da mulher na sociedade tem que ser transformada a partir do seio familiar.

Em relação ao início da sua luta dentro da comunidade de Piquiá, Joselma declara que sempre recebeu o incentivo necessário por parte dos pais para atuar nos movimentos sociais, principalmente, depois que seu pai, Seu João, sofreu um acidente vascular cerebral (AVC), mas que o marido desaprovava a entrada. Ela narra a situação dizendo: “*o meu processo de entrada na Associação foi muito marcante porque minha mãe queria que eu entrasse, mas o meu esposo nunca me apoiou. Então, a primeira barreira que eu enfrentei, como mulher, para fazer parte de uma associação foi a aceitação do meu esposo*”. Nessa situação, observa-se, mais uma vez, o peso do gênero em cima das mulheres, em que mesmo sendo apoiadas por parte da família continuam perdendo, até mesmo, a própria autonomia sob suas escolhas.

Para Miguel e Biroli (2014, p. 54), “a instituição do casamento foi criticada por ser “irreparavelmente injusta””, isto é, o casamento não envolve somente a relação entre os cônjuges, mas a carga de ser esposa, mãe, dona de casa e, em alguns casos, ter uma carreira profissional. Nos relatos de Joselma, ela descreve que teve de convencer o próprio marido para que ele aceitasse sua entrada nos movimentos sociais, discorrendo que:

É um processo para nós, como mulher, muito difícil porque para um homem sair de casa para participar da reunião ele fazia uma articulação, e eu na época tinha que fazer várias articulações porque eu era funcionária pública, então quando eu saía tinha essa dificuldade, a minha mãe queria e o meu esposo não me apoiava. Toda vez que tinha que viajar, o primeiro processo que tinha que fazer era convencer ele de que eu tinha que participar, eu começava a luta por aqui, depois organizava tudo dentro do serviço para poder ir, depois tinha que deixar tudo organizado em casa para poder passar aqueles dias fora: fazer comida, limpar a casa. Foram 8 anos de muita batalha (Joselma Alves).

Quando Joselma relata que “*começava a luta por aqui*”, entende-se que para “conseguir militar e se organizar, muitas vezes as mulheres iniciam seus enfrentamentos dentro de casa, posicionando-se à revelia dos maridos” (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 11). Além disso,

Joselma narra que para realizar as viagens antes tinha de fazer comida, limpar a casa e se organizar no serviço, nota-se que a dupla jornada de trabalho da mulher, identificada pelos pesquisadores de gênero, se torna “múltiplas jornadas” para as mulheres que lutam dentro dos movimentos sociais. Ainda conforme Miguel e Biroli (2014, p. 49), a “responsabilidade exclusiva pela gestão da vida doméstica corresponde, ao mesmo tempo, à vulnerabilidade na vida privada”.

Na concepção de Joselma, o entendimento sobre os papéis socialmente atribuídos ao gênero feminino foi ganhando destaque a partir do momento que ela começou a interpretar o cenário em que estava inserida, ela explica que: *“depois de 4 anos, meu esposo começou a me apoiar, já ia me deixar no aeroporto e me buscar. Eu tive que me impor até dentro de casa para ter minha própria autonomia. Hoje em dia eu não preciso dizer “posso fazer?”, eu digo “estou indo””*.

Muitos desses posicionamentos são adquiridos dentro dos próprios movimentos, isso porque, as mulheres “são pensadoras políticas que fazem escolhas políticas” (HOOKS, 2019, p. 201), correspondendo também as formas de enxergar o gênero não como um empecilho, mas como uma característica de decisão política, assim como defende Joselma: *“esse processo me ajudou muito em outras questões pessoais minhas, de posicionamento”*.

Já oficialmente integrada aos movimentos sociais com o apoio da família e, especialmente, do marido, Joselma reflete sobre as dificuldades de adaptação nos ambientes de luta. Ela discorre sobre as seguintes palavras: *“me senti rejeitada dentro dos movimentos sociais pelas pessoas, tive que enfrentar várias barreiras. Eu penso assim, tive que enfrentar em casa e chego aqui e sou rejeitada pelo próprio pessoal do movimento”*. Essa rejeição descrita por Joselma se refere a forma, física e possivelmente simbólica, que as pessoas a rotulava dentro dos espaços de luta, ela esclarece que:

[...] meu primeiro empecilho foi esse e o segundo foi entender como as pessoas me olhavam quando eu chegava nos eventos. Meu primeiro evento que participei foi o ‘Seminário Carajás 30 anos’, em São Luís, tinha gente do mundo inteiro e das comunidades próximas do Maranhão todo, quando eu fui participar da Associação ninguém me falou que eu tinha que ter uma certa característica para participar, só me convidaram para participar. Eu tenho meu jeito, ainda hoje tenho, gosto de andar arrumada, cabelo escovado e o pessoal olhava para mim ficava “essa daí que é de movimento social”, me senti discriminada. Se eu estou lutando por direitos, eu tenho o direito do meu jeito de ser! Ouvi críticas de pessoas que falavam que todo mundo estava na chuva, mas eu tinha uma sombrinha. Ouvi isso, engoli isso e continuei lutando pela comunidade (Joselma Alves).

Destacamos a importância dos estudos de Djamila Ribeiro (2020, p. 57) sobre a categoria “lugar de fala”, a autora salienta que em determinados casos há “[...] certas referências que vêm questionando quem pode falar”, como se houvesse um arquétipo próprio para ocupar os espaços de luta. No caso de Joselma Alves, a situação está vinculada a sua personalidade, como por exemplo, a vestimenta, o corte de cabelo e até mesmo os adereços que levava nas reuniões, como o guarda-chuva, e não os traços de violências causados pelos megaprojetos, o que, de fato, deveria ser o mais importante. Ao afirmar: “*eu tenho o direito do meu jeito de ser*”, ela compreende que a luta está além da forma de se vestir ou de se expressar, é vivência.

Repetidamente, evidenciamos sobre a condição da mulher nos espaços de luta, ou seja, a forma como as mulheres são inseridas nesses ambientes. Ao ser questionada sobre como era participar das lutas sociais, enquanto mulher, representando a comunidade de Piquiá, Joselma responde que:

Então assim, é muito difícil lutar, hoje, principalmente sendo mulher porque a primeira coisa que o pessoal faz logo é desacreditar porque você é uma mulher, acha que você não tem capacidade, força para enfrentar. A gente tem enfrentado várias dificuldades e a gente tem se saído muito bem como mulher aqui dentro da comunidade e vejo que a nossa atuação na diretoria passou uma certa segurança porque mais mulheres se sentiram seguras para se candidatar em cargos dentro da própria Associação e fora outras coisas que as mulheres tem tomado a frente dentro da nossa comunidade, mulheres que estão nos coletivos, mulheres que estão participando da geração de renda, as mulheres estão no topo da comunidade, lutando e buscando, os homens estão apoiando. Na verdade, o pessoal já olha para nós, mulheres, achando que somos fracas. Só que eles têm tido várias surpresas com as mulheres de Piquiá de Baixo, porque, hoje, a nossa presidente da Associação é uma mulher, a nossa vice-presidente é uma mulher, nossa tesoureira é uma mulher, a nossa segunda tesoureira é uma mulher. Então assim, na nossa Associação tem um homem hoje.

Assim como explicado no capítulo 4 deste trabalho, as organizações comunitárias em Piquiá são construídas a partir da participação feminina. Contudo, as mulheres ainda enfrentam muitas violências sociais por estarem nessas lutas, mas precisam “[...] desenvolver a consciência política e compartilhar conhecimento” para adquirirem força o suficiente nesses espaços (HOOKS, 2019, p. 46). Ao abordamos sobre qual foi o pior momento, enquanto mulher, nesses ambientes, Joselma descreve que foi na reunião dentro do Ministério Público em que foi difamada pelo presidente do SIFEMA, Cláudio Donizete Azevedo, o mesmo caso mencionado por dona Tida no subtópico 5.3.1:

Eu como mulher, já participei de reunião que o cara queria porque queria me calar e achava que era uma mulher que estava falando e ele era um homem, e nunca me calei, e não me calo. Sempre me impus. Dentro do Ministério do Meio Ambiente já

fui gritada, do homem gritar “ela vai falar?” e eu levei um susto. Quando eu comecei a falar, o Cláudio Azevedo, presidente do SIFEMA, gritou: “ela vai falar? Ela vai continuar falando?”. Ele passou por mim e disse “vai caçar o que fazer”, sabe? E eu falei “Não se preocupe, estamos nos preparando para entrar em uma ação conjunta contra vocês”. Tem vez de homem olhar para gente com raiva querendo nos matar por estar ali, a gente passa por cada coisa nesses processos de luta, passei por situações que eu me questionava “não acredito que passei por isso”, do homem me mandar calar a boca no meio de todo mundo. Sempre consegui me impor, mas é um processo muito difícil (Joselma Alves).

A dominação masculina, teorizada por Bourdieu (2020), exemplifica a narrativa de Joselma. Por sua vez, a dominação está baseada nas estruturas simbólicas, isto é, a ideia dominante de que existem lugares reservados aos homens, como assembleias e a política, e conseqüentemente, as partes reservadas as mulheres, o lar e a gestação. Nas declarações de Joselma, ela salienta que foi sentenciada a “caçar o que fazer” pelo presidente do SIFEMA no momento que pediu permissão a debatedora da comissão para falar sobre a luta de Piquiá contra as guseiras dentro do Ministério Público e que Cláudio, agressivamente, perguntou se ela iria ter direito a voz ali com todos os presentes. Joselma reforça que “nessa questão de luta, a gente encontra muitos homens em cargos que querem nos intimidar, com falas ou com tons de voz e algumas colocações”.

De acordo com Djamila Ribeiro (2020, p. 89), “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado”, ou seja, uma mulher como Joselma, que defende sua comunidade violada e marginalizada e participa desses encontros, estaria rompendo com as estruturas dominantes que sugerem a noção dos “grupos subalternos não ter direito a voz”. Joselma diz que “até nesses momentos eles tentam nos calar. Achou que por eu ser mulher iria ficar calada para ele, vários encontros que ele me encontrou e tentou me diminuir, me envergonhar, me rebaixar, querendo se impor em cima de mim”, mas ela sempre rebatia os insultos com firmeza e coragem.

Conforme Jurema Werneck (2010, p. 16), as mulheres utilizam o viés do posicionamento diante das submissões como uma “tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria”. Joselma acredita que é a partir do posicionamento político-social dentro e fora da comunidade que as lutas femininas estão ganhando um sentido mais amplo, tanto em relação ao gênero como relacionado a postura dentro dos movimentos sociais:

Eu vejo que as mulheres têm levantado uma bandeira de luta e marcharam firme para levar as mensagens que elas têm sobre a luta e vejo em todas as mulheres que tenho convivido que todo mundo cresceu muito tanto de conhecimento quanto de força, mudanças de hábito, interesse em querer estudar mais, se qualificar mais. Eu aprendi o que é luta social, que tudo na vida tem que ser documentado e que minha fala não basta (Joselma Alves).

A partir disso, abordamos a temática sobre qual foi o momento mais marcante nas lutas sociais para Joselma. A mesma disse que o momento que ficou marcado em suas lembranças foi o encontro com a, então ex-presidente, Dilma Rousseff no Palácio do Planalto em Brasília:

A gente teve muitos momentos marcantes positivos também, não esqueço o dia que o nosso projeto foi selecionado pelo Ministério das Cidades, que hoje é Ministério da Cidadania, quando saiu o resultado eu chorei, sorri. Nosso processo de seleção foi os últimos projetos selecionado e assinado pela presidente Dilma Rousseff, fui para lá mais a dona Tida e a gente assinou em um dia e com dois dias a Dilma Rousseff foi desbancada como presidente. Nós fomos os últimos, conseguimos o nosso processo na prorrogação do jogo, porque depois disso nenhum projeto foi selecionado.

O momento referido aconteceu no dia 6 de maio de 2016 em Brasília, na qual duas representantes da comunidade de Piquiá, sendo, portanto, Francisca Sousa Silva (dona Tida) e Joselma Alves de Oliveira, assinaram o contrato do projeto de reassentamento na Cerimônia do Programa Minha Casa Minha vida, como ilustra a figura 19:

Figura 19 – Mulheres de Piquiá assinam contrato do projeto de reassentamento em Brasília



Foto: Carlos Cristiano, 2016.

Ao lado direito de Dilma está dona Tida, com blusa bege e calça branca, já ao lado esquerdo da ex-presidente está Joselma Alves, com blusa estampada e calça jeans. Na visão de Joselma, foi um momento marcante não apenas para os moradores da comunidade por estarem conquistando o direito ao reassentamento, mas pelo fato de “dois dias depois a Dilma Rousseff foi desbancada como presidente”, marcando a história dentro da política.

Ainda sob a perspectiva do gênero, observa-se, tanto na narrativa de dona Tida como de Joselma e mais adiante de Antônia Flávia, os desgastes físicos e emocionais das mulheres nas

lutas sociais. Deveras as mulheres seguem transformando os espaços de luta, mas muitas delas precisam fazer longas pausas para cuidar do esgotamento mental e moral. No ponto de vista de Joselma, foi necessário esse intervalo para que a mesma pudesse descansar e cuidar de si diante de toda violência sofrida nesses ambientes, afirmando que:

Hoje, acho que preciso passar por uma psicóloga para retornar nos movimentos, fui passando por tudo isso e colocando debaixo do tapete e fui acumulando coisas e não estava mais suportando, pretendo voltar, mas são sequelas que ficaram nesses processos de luta, nós mulheres somos marginalizadas dentro desse processo. É importante a gente falar, sempre me omitir de falar porque eu acho que não vai ser só eu, vai ter outras pessoas que possam passar por isso, talvez eles possam agir, eu deixei e adoeci.

Djamila Ribeiro (2020) salienta que a luta por representação tem seus limites. Compreendemos que os limites em que a autora discute é justamente as doenças emocionais adquiridas nos processos de luta, Joselma, por exemplo, relata que “*não tem condições de continuar, psicologicamente, fui tão machucada nesse processo de luta, foram tantas humilhações, tantos dedos na cara e rebaixamento*”. Desde dezembro de 2021, Joselma não faz mais parte da diretoria da ACMP, mas continua admirando a luta das mulheres de Piquiá, principalmente, a “*luta de dona Tida*”, pois, “*ela tem uma capacidade de luta que eu admiro*”.

Nesse mesmo sentido, Carla Akotirene (2020) nos direciona para o termo “ferramenta ancestral” em que a luta das mulheres, especialmente as mulheres negras, seria o progresso para o desenvolvimento e a revolução social. Nas palavras de Joselma, a luta feminina em Piquiá é a força da comunidade e o sentido de continuar lutando pelos direitos sociais a partir dos seus posicionamentos políticos, ela discorre que “*são mulheres de posicionamentos fortes, não se abalam fácil, mulheres de pulso, admiro muito o posicionamento das mulheres daqui*”.

5.3.3 *É pela minha família, pelas crianças e idosos: Antônia Flávia Nascimento*

A metade das famílias que residem em Piquiá e que estão, efetivamente, nas lutas sociais, revelam nas assembleias que essa luta além de ser coletiva é motivada por algo ou alguém. Esse senso de justiça por si e pelos outros é visto, especialmente na América Latina, como uma reorganização circunstancial das relações sociais, ou seja, indica uma transformação diante das estruturas dominantes através das experiências que os cercam (QUIJANO, 2005). Antônia Flávia, por exemplo, salienta que “*toda vez que me perguntam o que me motiva estar lutando, sempre falo a mesma coisa, é pela minha família, pelas crianças e que algumas delas não sabem falar, não sabem explicar o que significa, e também pelos idosos*”.

Ocorre que não é uma tarefa fácil para as mulheres, especificamente das comunidades, representar os grupos nas lutas sociais, isso porque, elas tendem a abdicar de outras coisas nas suas vidas para estarem presentes nos movimentos. Por essa razão, as mulheres, principalmente mulheres negras, assim como Antônia Flávia, se articulam a partir do diálogo com suas comunidades na intenção de expandir suas identidades e os valores das suas lutas.

A pesquisadora em política social, Rosália de Oliveira Lemos (2016) denomina esse fenômeno, baseando-se nos diálogos e na organização comunitária, como “focos de resistência” em que militantes, homens ou mulheres, dedicam suas ações em prol das pessoas que participam ativamente das suas vidas. No caso de Antônia Flávia, a maternidade protagoniza a natureza das suas mobilizações. Ao ser perguntada como é a relação entre ser mãe e continuar lutando, ela discorre sobre as seguintes palavras:

Qualquer trabalho que une ser mãe e o trabalho é um pouco complicado, mas fui para dois países e passei um mês fora de cada e é muito difícil, porque, primeiro, você não está acostumado a sair e, segundo, é que você tem uma criança ali que depende de você e você vai ter que deixar ela aos cuidados de outra pessoa. Então, isso já se torna muito complicado. É por eles que eu ainda sigo, porque é muito difícil você está numa luta tentando sobreviver e tentando trazer vidas para outras pessoas e mesmo assim você ser apontada de várias coisas terríveis que não dá nem para descrever (Antônia Flávia).

Destacamos duas afirmações importantes ditas por Antônia Flávia: “é muito difícil está numa luta tentando sobreviver” e “tentando trazer vidas para outras pessoas”. Para uma mulher negra não basta só reivindicar por saúde, moradia e educação, é necessário exigir o direito de se manter viva para, assim, alcançar os direitos básicos e melhores condições de vida. Para Antônia Flávia, o diálogo com a juventude e o exercício da escuta com os mais velhos são primordiais para entender a persistência em continuar nos movimentos e nas articulações sociais.

Quando abordamos a questão de como é lutar nesses ambientes, enquanto mulher, Antônia Flávia respondeu dessa forma: “acho que cada mulher sofre um pouquinho, sendo mãe e, principalmente sendo negra. Cada uma sofre um pouquinho, mas isso são pedras e pedras a gente coloca no caminho e segue”. Em concordância com Lélia Gonzalez (2020, p. 269), dentro das lutas sociais “há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria”.

Mesmo diante de tantas barreiras estruturais, as mulheres de Piquiá continuam tentando garantir seus espaços nas lutas sociais. Apesar disso, existem momentos de tensão e, até mesmo, de intimidações morais e psicológicas para que elas desistam de suas vertentes. Ao ser

perguntada sobre qual foi o pior momento na luta, enquanto mulher negra, Antônia Flávia narra que:

Ali todas as mulheres da diretoria sofreram e foi por uma pessoa que não faz parte da lista e não mora no bairro, e a gente sofreu muito, era uma pessoa que queria saber de algumas coisas que não tinha nada a ver com ele. Então, ele ameaçava na voz, falava mais alto com a mulheres, falava em tom mais agressivo e se a gente ia ele dizia “eu não quero falar com você” ou “a tua voz não tem que ser direcionada a mim”. Várias vezes tive medo de sair de casa, porque era uma pessoa que a gente não conhecia.

Coincidentemente, tanto dona Tida como Joselma Alves relataram casos de silenciamento vindos de homens. Após discutirmos sobre a dominação masculina nas narrativas anteriores, entendemos que a situação se revela bem mais densa sobre os corpos das mulheres de luta em Piquiá, isso porque, não apenas o machismo se faz presente nesses ambientes, mas também a característica da misoginia, isto é, o ódio as mulheres e a tentativa violenta de tentar silenciá-las. Em determinado momento, Antônia Flávia testemunha que: “[ele] falava mais alto que as mulheres. [...] várias vezes tive medo de sair de casa”, compreendemos, no entanto, que a “força da ordem masculina se evidencia na visão androcêntrica” (BOURDIEU, 2020, p. 24).

Como efeito, as mulheres de luta de Piquiá se organizam para representar a comunidade, nacional e internacionalmente, através das estratégias comunicacionais, explicado ainda neste capítulo. Antônia Flávia se tornou, ainda jovem, exemplo na comunidade, representando “no seu gesto que a luta continua sendo de todos, o mais velho e o mais jovem, que é para garantir futuro, e dignidade”, inspirando “jovens, mulheres, mães a assumirem sua identidade, sem cansaço, sem medo de denunciar, com bravura e coragem” (PEREIRA et al, 2019, p. 83).

Paralelamente, Antônia Flávia foi convidada pela rede ecumênica Iglesias y Minería [igrejas e mineração] para participar do sínodo, evento com líderes religiosos, no Vaticano. O objetivo do encontro era apresentar a história da comunidade de Piquiá de Baixo e de Cima e as redes de enfrentamento contra as indústrias. Ao ser perguntada sobre qual foi o seu maior aprendizado nessas viagens, Antônia Flávia salienta que:

Digo que o maior aprendizado foi ver pessoas interessadas em querer ouvir a história de Piquiá, a história de luta da nossa comunidade. E fora do sínodo [no Vaticano], mas também incluindo o sínodo. Em Genebra estive presente com o relator de resíduos tóxicos que fez com que ele viesse até Piquiá e conhecesse de perto a realidade que a gente vive. eu também fui representar a comunidade em Peru, fui participar de uma escola sobre Direitos Humanos. Ali não estava representando como secretária e, sim, representando uma comunidade de Piquiá de Baixo com mais de mil habitantes, é um momento de muita responsabilidade.

É inegável destacar que nas viagens ao Vaticano, Suíça e Peru, Antônia Flávia tinha uma responsabilidade muito grande de explicar o contexto da comunidade em nome dos moradores e moradoras. Em 16 de outubro de 2019, por exemplo, Antônia Flávia se dedicou em “testemunhar o drama e a resistência de sua comunidade por ocasião do Sínodo da Amazônia”, evento anunciado pelo Papa Francisco em 2017 para tratar de assuntos relacionados aos biomas de nove países latino-americanos (IGREJAS E MINERAÇÃO, 2019). A figura 20 ilustra a jovem debatendo no evento:

Figura 20 – Antônia Flávia Nascimento no Sínodo no Vaticano



Foto: Divulgação/Igrejas e Mineração, 2019.

É evidente que Antônia Flávia representa a força da juventude. Mesmo assim, os espaços de luta ainda detêm de muita fragilidade, principalmente, se relacionarmos com os esforços emocionais e psicológicos. Tal como Joselma Alves, a moradora Antônia Flávia também se sentiu abalada psicologicamente nos processos de luta. Ela relembra dos momentos de tensão e das crises de ansiedade:

Sempre tem momentos tensos, mas foram bons. [...] Em alguns momentos eu pensei em desistir, um deles foi quando estava nessa crise de ansiedade, são coisas que nesse momento você está alegre e dois minutos depois você fica triste, eu sempre falava para minha mãe: “Mãe, não dá mais para mim. Não consigo ir a frente, não consigo falar nada, em algumas reuniões não tinha ânimo de estar ali”.

É impressionante como o impacto da luta nas comunidades afetam os corpos femininos de variadas formas, em outras palavras, “as mulheres sentem de forma particular as lutas territoriais” (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 14), seja pelo cansaço físico, emocional ou,

simplesmente, a disponibilidade de continuar lutando por uma vida digna. Apontamos que a resistência é uma das principais ferramentas de luta em Piquiá, o reassentamento Piquiá da Conquista, por exemplo, continua sendo fonte de resistência e perseverança para todos e todas.

5.4 Reassentamento, Já: Piquiá da Conquista resiste

O processo de conquista para que os moradores e moradoras de Piquiá garantissem o direito ao reassentamento da comunidade durou em média 10 anos, isso porque, ocorreu várias ações burocráticas tanto por parte dos órgãos públicos, quanto em relação as empresas siderúrgicas. Em 2011, por exemplo, a comunidade garantiu o direito ao reassentamento, a partir das mobilizações sociais, tal como: as manifestações nas ruas e os processos de denúncias jurídicas.

Sem retorno dos órgãos estatais mesmo tendo garantido o direito do reassentamento, os moradores e moradoras entraram com um recurso junto à ACMP para que começasse de imediato a coleta socioeconômica das famílias, por isso, as obras foram pleiteadas através do Programa Minha Casa Minha Vida, assegurado pela Caixa Econômica Federal. Como requisito, a Caixa avaliou o contexto e decidiu que só poderia entrar efetivamente com as obras a partir de uma caracterização socioeconômica financiada pela própria comunidade, sendo apresentada oficialmente a Prefeitura Municipal de Açailândia validando a aprovação das obras.

Em 2013, a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP) junto com uma equipe sociojurídica conseguiu realizar e entregar os dados das mais de 312 famílias por meio de uma pesquisa socioeconômica para a validação da prefeitura local. Entre 2014 e 2015, o projeto básico do reassentamento foi admitido pela Caixa Econômica Federal, sendo, portanto, selecionado no Ministério das cidades, atualmente chamado de Ministério do Desenvolvimento Regional ou Ministério da Cidadania, garantindo “cerca de 60% dos recursos (públicos) necessários à construção do novo bairro, que já tem nome registrado em cartório: Piquiá da Conquista” (COMBATE RACISCO AMBIENTAL, 2018)¹⁸.

Assim como apresentado no tópico 5.5.2, no ano de 2016 dona Tida e Joselma Alves assinaram em Brasília o contrato do reassentamento diante da ex-presidente Dilma Rousseff pelo Programa Minha Casa Minha Vida, certificando a compra do terreno e a construção das casas. O dinheiro que financia as obras está sendo pago, desproporcionalmente, tanto pela Caixa Econômica Federal como pelas empresas siderúrgicas, isso porque, o acordo admite que:

¹⁸ Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/01/24/piquia-de-baixo-luta-ha-10-anos-por-reassentamento-longe-da-poluicao/>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

O arranjo financeiro para o custeio das obras, avaliadas em mais de R\$ 29 milhões, foi garantido com aportes da Caixa Econômica Federal (CEF), por meio do programa federal Minha Casa Minha Vida, sendo que do valor total somente R\$ 2 milhões e 130 mil (7,5%) foram aportados pelas empresas siderúrgicas, através do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA) e pela Vale S.A., por meio do Termo de Cooperação Técnica assinado entre a empresa, a Fundação Vale, a Caixa e a entidade organizadora, foi repassado o aporte de R\$ 6,24 milhões (BRASIL DE FATO, 2020)¹⁹.

Esse arranjo financeiro ainda não consegue abarcar todo sentimento de justiça que os moradores e moradoras reivindicam, visto que as despesas das empresas siderúrgicas totalizam apenas 7,5% dos recursos. Mesmo assim, a população de Piquiá continua resistindo para que seus direitos sejam garantidos, tornando a luta um ofício público em que todas as pessoas possam ter interesse em entender o contexto habitacional do bairro e as lutas travadas contra as empresas minero-siderúrgicas. Um exemplo disso foi a mobilização da comunidade para nomear o reassentamento através do voto popular, em que todos e todas pudessem participar desse momento de decisão.

No dia 26 de novembro de 2016, os moradores e moradoras da comunidade de Piquiá realizaram um voto popular para eleger o nome do reassentamento, tendo como escolha dos nomes: Piquiá da Conquista, Piquiá da Vitória e Piquiá de Baixo. De 133 votos, 96 foi para o nome de Piquiá da Conquista, como dito anteriormente, já registrado no cartório. No dia 2 de dezembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Açailândia lançou o Decreto nº 766, de 1º de dezembro de 2016, aprovando o loteamento denominado de Piquiá da Conquista, equivalente a uma área de 384.410,00 m². A figura 21 ilustra o projeto de Piquiá da Conquista:

¹⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/24/comunidade-citada-na-onu-por-sofrer-efeitos-da-mineracao-cobra-bolsonaro-por-silencio#:~:text=Com%20o%20esfor%C3%A7o%20da%20ACMP,bairro%20do%20Piqui%C3%A1%20da%20Conquista>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

Figura 21 – Planejamento do reassentamento Piquiá da Conquista



Foto: Ramon Santos Lopes, 2022.

Salientamos que mesmo depois de tantas mobilizações por parte dos moradores e moradoras em prol do reassentamento, as obras foram pausadas, ao menos, uma vez. Ocorreu-se que em janeiro de 2021, por meio de um pedido da Caixa Econômica Federal, houve uma quebra da autogestão sobre as obras em Piquiá, a mesma que em 2013 foi concedida pela própria Caixa, para uma contratação de “minuta”, ou seja, de uma construtora aprovada pela Caixa, na intenção de fazer o levantamento das plantas do terreno, atrasando, assim, as obras.

A previsão da entrega das casas vai até dezembro de 2022, mas 80 famílias, o equivalente a 266 pessoas, não estão nas listas de famílias reassentadas. Verifica-se que anos atrás essas pessoas não assinaram o acordo de reassentamento, mas a ACMP está lutando para que essas famílias sejam amparadas. De acordo com dona Tida, 312 serão reassentadas e que a ela, presidente da ACMP e toda a diretoria estão lutando para que os direitos destas 80 famílias sejam assegurados:

312 famílias vem para cá, mas eram mais. Nem todas quiseram, não acreditaram no projeto e não fizeram o cadastro. Os 312, sim. E tem umas que não fizeram e a gente conversou com assistente social e o prefeito para arrumar casas para eles, porque quando a gente mudar, lá não pode ficar ninguém. Vão ter que arrumar casa pra esse pessoal que ficou, se eu não me engano parece que já tá em oitenta e pouca famílias que não tem casa aqui (Dona Tida).

As mulheres de Piquiá construíram estratégias para a realização de um sonho coletivo, o reassentamento Piquiá da Conquista. Dona Tida, por exemplo, acredita que Piquiá da Conquista vai ser seu mais novo “*cantinho do céu*” e que com a mudança para o novo bairro será feliz para sempre, longe da poluição e das empresas:

O que eu desejo aqui é que nós vamos ser feliz para sempre. Sair daquele sofrimento ali e se mudar para aqui e acho que a gente vai viver a vida, vai respirar um ar livre e viver a vida. [...] Eu tô achando que vai ser um cantinho do céu, porque fica longe das empresas, da poeira, do barulho... e aqui a gente vai viver novas vidas diferentes, as casinhas que não é tão grande, mas são bem-feitas de um projeto bom que foi feito aqui. Eu acho que vai ser um cantinho do céu e espero que seja (dona Tida).

Já em relação a moradora Joselma Alves, a vida em Piquiá da Conquista vai ser direcionada para a construção de uma nova luta, a garantia dos equipamentos públicos e a preservação dos mesmos. Mas antes ela discorre sobre as seguintes palavras: *pretendo me cuidar mais, meu psicológico, me fortalecer mais, porque eu sei que quando a comunidade estiver dentro do novo bairro a gente vai ter que desenvolver uma nova luta e, principalmente, na parte do serviço social mesmo, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)*”.

Para Antônia Flávia Nascimento a concretização do reassentamento Piquiá da Conquista é o seu maior sonho, ela compreende que a comunidade de Piquiá já esperou tempo demais por aquilo que é seu por direito. Antônia Flávia reflete que a luta será estendida para a garantia dos equipamentos públicos:

O nosso sonho é o Piquiá da Conquista, ver ele concretizado e com os equipamentos públicos e com tudo que a comunidade sempre teve direito e esses direitos foi tirado e a gente não sabe o porquê. O meu sonho, particularmente, é o sonho de todo mundo da comunidade que é o Piquiá da Conquista concretizado e com tudo que a comunidade sempre teve direito e que nunca teve (Antônia Flávia).

Observa-se a partir das narrativas das mulheres de luta de Piquiá, o quão importante é entender a forma como Tida, Joselma e Antônia Flávia se percebem no reassentamento Piquiá da Conquista, todas elas com suas perspectivas e compartilhando o mesmo sonho, buscando, juntas, o bem-estar delas e das famílias e o asseguramento dos seus direitos sociais e humanos. A forma como elas se expressam sobre o reassentamento são os seus legados, sendo, portanto, a luta contínua e a transformação social para as novas gerações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa apontaram que as principais estratégias comunicacionais realizadas pelas mulheres da comunidade de Piquiá estão na mobilização e na articulação social dentro e fora da comunidade, ou seja, as mulheres se organizam em dois campos de atuação, o social e o político, para conseguir desenvolver suas atividades e ampliá-las a partir dos recursos comunicacionais, que vai do diálogo com os moradores nas ruas do bairro ou em assembleias até a presença nas mídias tradicionais, atuações moldadas pela percepção de serem agentes das mudanças sociais, sendo, entretanto, a conquista da vida digna e dos direitos socioambientais nos embates contra as indústrias da mineração.

A luta das mulheres de Piquiá foi se constituindo ao longo de um processo de não aceitação do silenciamento imposto pelas narrativas hegemônicas que buscavam justificar o “progresso” no bairro através do desrespeito à vida dos moradores e moradoras do lugar. Por meio das mobilizações políticas e das articulações, local, nacional e internacional, amparada também por movimentos sociais, romperam o isolamento e denunciaram a degradação do bairro e das vidas delas, dos maridos, filhos, netos, vizinhos, amigos, jovens, idosos e crianças.

Com suas vozes fortes e seus corpos imbuídos de esperança, materializaram uma experiência sociopolítica ao inspirar outras comunidades e mulheres, coagidas por modelos de desenvolvimento econômico autoritários e desumanos. Nesse sentido, as mulheres trabalham em conjunto com os outros moradores de Piquiá e com as entidades não governamentais, tendo como exemplo os trabalhos de fortalecimento comunitário desempenhados pela Justiça nos Trilhos (JnT) e pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDHCB).

Não se luta só, nos dizem elas, faz-se necessário compreender a opressão e seus mecanismos, questionar imposições, fortalecer novas formas de atuação política, aglutinar pares e apoiadores, amplificar suas falas, antever as problemáticas, esperar com trabalho coletivo, afeto e consciência do poder da comunidade. Não desistir, saber que a luta pela vida é permanente, todos os dias.

Observamos que a utilização do método biográfico nos permitiu entender que as narrativas das mulheres de Piquiá são, significativamente, importantes para a compreensão da história de luta da comunidade e que foi através das memórias e lembranças das vidas de Francisca Sousa Silva (Dona Tida), Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento e suas respectivas interpretações sobre a luta feminina que conseguimos explorar a trajetória de

luta da comunidade de Piquiá, tendo como apoio material as fotos, cartas e notícias. Refletimos acerca da representatividade feminina na comunidade, as mulheres se organizam para participar dos eventos nacionais e internacionais, debatendo e dialogando sobre os impactados causados pelos megaprojetos.

Concluimos que Tida, Joselma e Antônia Flávia são mulheres que enfrentam o peso do gênero nas lutas comunitárias, mas que estão à frente da comunidade se mobilizando e utilizando abordagens como o companheirismo e os laços de amor entre as famílias, mesmo enraizados no luto constante, para combater a poluição e a morte. Ressaltamos, ainda de acordo com as narrativas apresentadas no decorrer desta pesquisa, que Tida, Joselma e Antônia Flávia não reivindicam apenas a transferência da comunidade para um novo reassentamento, mas lutam pelo direito de poder contar a própria história sem deturpações, ou seja, pela preservação das suas memórias; pelos direitos sociais e humanos de todos os moradores e moradoras da comunidade e, principalmente, pelo respeito a vida social e política das mulheres.

Incluimos que as lutas das mulheres de Piquiá tem semelhança com as correntes teóricas defendidas pelos movimentos feministas, uma vez que o termo “corpo-território”, conceito político para mulheres suburbanas, indígenas e camponesas que lutam contra a exploração dos seus territórios, está de encontro com as ações das mulheres atravessadas por megaprojetos, especificamente das mulheres de Piquiá. Ao classificarmos as mulheres que lutam em prol das suas comunidades com algumas das vertentes políticas dos feminismos estamos progredindo para que suas ações se tornem visíveis e alcancem outras proporções. Cabe aqui salientar a tese defendida por Djamila Ribeiro (2020), alegando que a invisibilidade mata e que a classificação dos movimentos pode impulsionar outras qualidades na vida de quem enfrenta as opressões diariamente.

Por fim, ressaltamos a importância deste estudo para outras áreas do conhecimento científico, não se restringindo apenas para as ciências sociais aplicadas. A situação habitacional da comunidade de Piquiá envolve muitas particularidades investigativas, temas como: saúde, moradia, educação, esporte, lazer, desenvolvimento, infraestrutura ou até mesmo gênero, raça, classe estão presentes na comunidade e precisam de notáveis levantamentos de dados e linhas aprofundadas de análises.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o luto**. São Paulo: Companhia das letras, 2021.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todas Feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2016.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2019.
- ALMEIDA, Thaís Marcello. “A natureza feminina”: considerações sobre a idealização da mulher como cuidadora e protetora do lar. In: XVIII Encontro Internacional de História da Anpuh-Rio: Rio de Janeiro, 2018.
- ARAÚJO, Betânia Maciel de. O pensamento de Paulo Freire no ensino da comunicação. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 21, 1998, Recife. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5e8042a5861ae5b5103c53a96e308f19.PDF>> Acesso em: 02 fev 2022.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Pedro Constantin Tolens. 5ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO PEQUIÁ DE BAIXO. **Estatuto Social da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá de Baixo**. Açailândia, Maranhão, 2013.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Do mundo editado à construção do mundo. **Comunicação & Educação**, São Paulo: Moderna, n. 1, p. 7 -14, set. 1994.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BARONI, Patrícia. Sobreviver, esperar, vagalumar. **Revista Vagalumar**, v. 1, n. 1, p. 65-74, 2021.
- BARROS, Zelinda. “Escola, racismo e violência”. In: **Projeto Gênero, Raça e Cidadania no Combate à Violência nas Escolas – Caderno para Professores**. NEIM/UFBA, 2005. p. 35-39.

BELFORT, Gilson dos Santos. **A Dinâmica Socioespacial recente do município de Açailândia – MA.** 2016. p. 95. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/PPGDSE, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação.** Brasiliense, 1982.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Edusp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Verso e reverso**, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011.

BRUSTOLIN, Cíndia; SILVA, Sislene Costa da. Territórios, mulheres e megaprojetos: um estudo de caso sobre a Estrada de Ferro Carajás – MA. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (org). **Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos.** 1. ed. Rio de Janeiro; Instituto Pacs, 2021. p. 105-135.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CANABARRO, Ivo dos Santos. Entre memória e esquecimento: o desafio dos direitos humanos no mundo contemporâneo. In: CANABARRO, Ivo dos Santos; Strücker, Bianca. (org) **Memória e Direitos Humanos: desafios contemporâneos.** - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 17-34.

CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 25, p. 317-328, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLING, Ana Maria Colling. Direitos humanos e direitos das mulheres – desafios contemporâneos. In: CANABARRO, Ivo dos Santos; Strücker, Bianca. (org) **Memória e Direitos Humanos: desafios contemporâneos.** - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 35-50.

CONNEL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 2, nº 20, 1995, pp.185-206.

COSTA, Jessica Gustafson. Jornalismo e feminismo: a ressignificação do conceito de objetividade a partir de uma proposta crítica feminista. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's World Congress.** 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. **Descolonizar o feminismo. Brasília: Editora do IFB**, p. 32-51, 2019.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso; MACHADO, Rafael Costa; SEQUEIRA, Daniele. **Teoria da comunicação na América Latina: da herança cultural á construção de uma identidade própria**. Editora UFPR, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE FIGUEIREDO, Mariana Grasel; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 27, n. 60, p. 100-119, 2018.

DE MORAES, Dênis. O papel da mídia na batalha ideológica da América Latina. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 1, n. 1, p. 14-30, 2017.

DE OLIVEIRA LEMOS, Rosalia. Por um brasil para chamar de meu. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 18, p. 339-370, 2016.

DIAS, Bruno Santos Nascimento. América Latina por uma epistemologia decolonial da comunicação. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 38, p. 46-74, 2020.

DIMENSTEIN, Magda; SILVA, Gabriel de Nascimento e; DANTAS, Candida; MACEDO, João Paulo; LEITE, Jáder Ferreira; ALVES FILHO, Antonio. “Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latinoamericano”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e61905, 2020.

DOS SANTOS CEZAR, Mariana; OLIVEIRA, Samuel Rocha. É tempo de esperar: contribuições da epistemologia freireana na/para uma formação continuada. **Revista Teias**, v. 22, n. 67, p. 203-216, 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge.; Barros, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicações**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FEDERICI, Silvia. “Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina”. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, 2020.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 691-713, 2016.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1051-1065, 2009.

FIDH. **Quanto valem os direitos humanos: os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderúrgica em Açailândia.** Revista, nº 563, Maio, 2011.

FIGARO, Roseli. Paulo Freire, comunicação e democracia. **Comunicação & Educação**, v. 20, n. 1, p. 7-15, 2015.

FIRMINO, Flávio Henrique.; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./ jun. 2017. ISSN: 1413-2060.

FRANKLIN, Adalberto. **História econômica.** Imperatriz-Ma: Ética, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 48ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOBBI, Maria Cristina. Método biográfico. In: Duarte, J.; Barros, A. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas S.A, 2005, p. 84-97.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 65-82, 2018.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 115-124, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORRESE, Gisela; JABLONSKI, Bernardo. Da comunicação do afeto ao afeto da comunicação: as cartas de fãs de telenovelas. **Interações**, v. 7, n. 14, p. 35-58, 2002.

HERSCOVITZ, Heloiza. A pesquisa em comunicação na América Latina: desafios nos anos 90. **Comunicação & Sociedade**, n. 23, p. 111-128, 1995.

HOBBSAWM, Eric John. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** Curitiba: Elefante, 2021.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 193-210, 2015.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Dossiê mulheres negras**. p. 53-80, 2013.

MALDONADO-TORRES, N. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas: em decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

MARQUES DE MELO, José; TOSTA, Sandra Pereira. **Mídia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 333-357, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLINA, Anelise. **Epistemologia Feminista na Pesquisa em Comunicação: Mulher, Feminino e a Inclusão de outros Corpos/Corpus**. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba. 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2229-1.pdf>. Acesso em 20 de mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **In: III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**, 2003. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

NOGUERA, Renato. **Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2020.

OLIVEIRA, Miriam dos Santos Ribeiro de. **Promoção a comunicação afetiva**. Orientadora: Hellen Roehrs. 2011. 43f. TCC (Especialização) – Curso de Especialização em Saúde para professores do Ensino Fundamental e Médio, Universidade Federal do Paraná, Tapira, 2011.

OLIVEIRA, Ohana Boy. Contribuições para descolonização do pensamento na Comunicação. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 16, n. 27, p. 221-241, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296, 2016.

PEREIRA, Aline Araujo et al. O grito e a beleza em Piquiá, de Cima a Baixo. In: SILVA, Ainá Oliveira da; PINHEIRO, Carla Cristina B.; BRUSTOLIN, Cíndia; COSTA, Clara Fernanda S.; CASTRO, Maria Ecy L. de; SOUZA, Neuziane; SILVA, Sislene Costa da. (Orgs). **Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um**. São Luís: EDUFMA, 2019.

PERUZZO, C. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: comunicação e cultura**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, cidadania e o direito a comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. São Leopoldo (RS): Unisinos, v. 11, n. 1, jan-abr 2009a.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**, n. 17, p. 131-146, 2009b.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 24, n. 1, 2017.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia comunitária. **Comunicação & Sociedade**, n. 30, 1998.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

QUEIROZ, Ana Luisa. A arte e os largos horizontes que se abrem com pequenos furos. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (Org.). **Teias de luta: narrativas feministas em resistência aos megaprojetos**. Rio de Janeiro: Pacs, 2021. p. 165-177.

QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina. Dos Impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (org). **Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos**. 1. ed. Rio de Janeiro; Instituto Pacs, 2021. p. 9-20.

QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (org). **Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos**. 1. ed. Rio de Janeiro; Instituto Pacs, 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina**. Buenos Aires: Clasco-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. História da comunicação no Brasil: um campo em construção. **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X/Globo Universidade, p. 13-26, 2008.

ROCHA, Milene Rocha Vieira Santos; SILVA, Dyllean de Cássia Oliveira; LOIOLA, Edney. AMAZÔNIA ORIENTAL: impactos socioambientais em Pequiá de Baixo no Município de Açailândia-Ma. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, v. 12, n. 1/2, p. 17-30, 2015.

RODRIGUES, Isabelle. Morte em vida: a dor como reação à falta de humanidade. *In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (Org.). Teias de luta: narrativas feministas em resistência aos megaprojetos.* Rio de Janeiro: Pacs, 2021a. p. 131-139.

RODRIGUES, Isabelle. O que é luta? *In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (Org.). Teias de luta: narrativas feministas em resistência aos megaprojetos.* Rio de Janeiro: Pacs, 2021b. p. 23-27.

RÜDIGER, Francisco. A comunicação no saber pós-moderno: crítica, episteme e epistemologia. **Cenários, teorias e epistemologias da comunicação.** Rio de Janeiro: E-papers, p. 11-26, 2007.

SÁ, Maria Adísia Barros de. Do existir, do pensar e do comunicar. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza (CE), v. 3, n. 1, p. 67-75, 1973.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. Gênero na Teoria Social-Papéis, Interações e Instituições. **Virtu. Revista Eletrônica do ICHL/UFJF**, v. 4, p. 4, 2007.

SANTOS, Larissa Pereira. **Justiça nos Trilhos: Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A na Amazônia.** 2018. p. 186. Dissertação (Mestrado Acadêmico Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SENKEVICS, Adriano; POLIDORO, Juliano. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. **Revista da Biologia. São Paulo**, v. 9, n. 1, p. 16-21, 2012.

SILVA, Dyllean de Cássia Oliveira. **A Degradação da vida no Distrito Industrial do Pequiá de Baixo, município de Açailândia/MA, a partir da implantação do Polo Siderúrgico da Empresa VALE.** 2016. p. 127. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ PPGSS, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, G. S. S.; QUERIDO, E. A. A. Polo siderúrgico de Açailândia-MA e o crescimento econômico da região. **In: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2018, 2018, Buriticupu.** Anais da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia IFMA/BTC, 2018.

SILVA, Lucas Ribeiro da. Impactos socioambientais na Amazônia Oriental um olhar a partir da atividade siderúrgica na comunidade Piquiá de Baixo-Açailândia (MA). **Geopauta**, v. 3, n. 4, p. 5-18, 2019.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda; LOPES, Fernanda Tarabal; JÚNIOR, Admarco Bonifácio Gomes. Gênero e Feminismos: conceitos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 32, n. 1, p. 405-430, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010.

ZANELLO, Valeska; GOMES, Tatiana. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, 2010.

Sites acessados:

CASTRO, Mariana. Comunidade citada na ONU por sofrer efeitos da mineração cobra Bolsonaro por silêncio. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/24/comunidade-citada-na-onu-por-sofrer-efeitos-da-mineracao-cobra-bolsonaro-por-silencio#:~:text=Com%20o%20esfor%C3%A7o%20da%20ACMP,bairro%20do%20Piqui%C3%A1%20da%20Conquista.>>. Acesso em: 10 julho de 2002.

COMUNIDADE do interior do Maranhão sofre com problema ambiental há mais de 10 anos. **Portal de Notícias G1 – Globo**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/28/comunidade-do-interior-do-maranhao-sofre-com-problema-ambiental-ha-mais-de-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 25 abril de 2022.

GUERRA entre Rússia e Ucrânia: com valor do ferro gusa mais caro, fundições sofrem impacto inflacionário na produção no centro-oeste de minas. **Portal de Notícias G1 – Globo**, Divinópolis, 06 de abril de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2022/04/06/guerra-entre-russia-e-ucrania-com-valor-do-ferro-gusa-mais-caro-fundicoes-sofrem-impacto-inflacionario-na-producao-no-centro-oeste-de-minas.ghtml>>. Acesso em: 25 abril de 2022.

IMESC. Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão (2010-2014). Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/PIB_Municipal_2010-2014_divulga%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>>. Acesso em: 31 de março de 2022

MARANHÃO é uma importante fronteira mineralógica, rica em gás natural. **IBRAM**, 2011. Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/maranhao-e-uma-importante-fronteira-mineralogica-rica-em-gas-natural/#:~:text=Segundo%20Nunes%2C%20o%20Maranh%C3%A3o%20%C3%A9,co%20maranhense%2C%20revelou%20Rocha%20Neto.>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

PIQUIÁ de Baixo luta há 10 anos por reassentamento longe da poluição. **Combate Racismo Ambiental**, 2018. Disponível em: < <https://racismoambiental.net.br/2018/01/24/piquia-de-baixo-luta-ha-10-anos-por-reassentamento-longe-da-poluicao/>>. Acesso em: 10 julho de 2022.

PIQUIÁ de Baixo: uma história de esperança para o sínodo. **Repam**, 2019. Disponível em: < <https://repam.org.br/piquia-de-baixo-uma-historia-de-esperanca-para-o-sinodo/>>. Acesso em: 10 julho de 2022.

ANEXO – Roteiro das entrevistas realizadas com as moradoras de Piquiá-MA, Francisca Sousa Silva, Joselma Alves de Oliveira e Antônia Flávia Nascimento.

1. Nome, idade e data de nascimento
2. Local de nascimento
3. Nomes dos pais e irmãos
4. Razões da mudança para Açailândia, se for de outra localidade
5. Por que foi morar em Piquiá de Baixo?
6. Como era o bairro quando chegou?
7. Atividades que desenvolveu no bairro
8. Relação com vizinhos e outros moradores
9. Como é o dia a dia da família?
10. Mudanças que percebeu no bairro ao longo dos anos
11. Situação bairro após a vinda das empresas siderúrgicas
12. O que deseja com o reassentamento?
13. Oito mulheres integram a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), quais os nomes e que função/atividade cada uma delas desempenham?
14. Lembranças da criação do Clube de Mães.
15. Qual a pior dificuldade enfrentada, enquanto mulher, nas lutas contra as indústrias de minério?
16. A luta feminina é muito presente na comunidade, qual legado as mulheres estão deixando para Piquiá-MA?